



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

**CONTRIBUIÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS TRABALHADORES
DOMÉSTICOS E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO:
O CASO DE GANA**

Evelyn Benjamin-Sampson

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Economia Social e do Trabalho, sob a orientação do Prof. Dr. Alexandre Gori Maia.

Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendido por Evelyn Benjamin-Sampson em 08/09/2010 e orientado pelo Prof. Dr. Alexandre Gori Maia.

CPG, 08/09/2010

Alexandre Gori Maia

Campinas, 2010

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

B438c	Benjamin-Sampson, Evelyn. Contribuição socioeconômica dos trabalhadores domésticos e suas condições de trabalho: o caso de Gana / Evelyn Benjamin-Sampson. – Campinas, SP: [s.n.], 2010 - Orientador : Alexandre Gori Maia. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. 1. Gana – Aspectos economicos. 2. Trabalhadores – Gana. 3. Empregados domésticos. I. Maia, Alexandre Gori. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título. 10-048-BIE
-------	---

Título em Inglês: Socioeconomic contributions of domestic workers and their working conditions: the Ghanain situation

Keywords: Minimum Wage ; Ghana – Economic aspects; Workers – Ghana; Domestic workers.

Area de Concentração : Economia Social e do Trabalho

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora: Prof. Dr. Alexandre Gori Maia
Prof. Dr. Amilton José Moretto
Profa. Dra. Maria de Fátima Guedes Chaves

Data da defesa: 08/09/2010

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Dissertação de Mestrado

Aluna: EVELYN BENJAMIN-SAMPSON

“Contribuição socioeconômica dos trabalhadores domésticos e suas condições de trabalho: o caso de Gana”

Defendida em 08 / 09 / 2010

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. ALEXANDRE GORI MAIA
Orientador – IE / UNICAMP



Prof. Dr. AMILTON JOSÉ MORETTO
IE / UNICAMP



Profa. Dra. MARIA DE FATIMA GUEDES CHAVES
FACAMP

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado ao meu querido marido Joseph Gyedu Cobbinah; e minhas preciosas crianças: Sarah Amoah Gyedu, Michel Awienzy Gyedu, Lois Mushia Gyedu e Pearl Ahu Gyedu; que encararam a dificuldade de continuamente permanecer sem sua Esposa e sem sua Mãe pelo período de 15 meses de minha estadia e estudos na UNICAMP, Campinas – Brasil.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus, minha fonte de vida, sabedoria, força e tudo o mais, que graciosamente me sustentou, me dando tudo o quanto foi necessário para obter sucesso do começo ao fim do curso.

Eu não poderia ter realizado este trabalho sozinha, sem as contribuições extraordinárias de algumas importantes pessoas. Eu sou, de fato, tocada pelo comprometimento, assistência e encorajamento do meu orientador, Professor Alexandre Gori Maia. Por seus esforços imensos, eu sou extremamente grata. Eu também devo à Professora Eugenia Troncoso e ao Professor Marcelo Proni agradecimentos por seus conselhos e incentivo que me ajudaram a melhorar meu trabalho.

A todos os professores da GLU-Brazil que foram prestativos e merecem ser elogiados por suas diversas contribuições ao meu sucesso acadêmico, não esquecendo os funcionários do CESIT – UNICAMP. Eles contribuíram, de um jeito ou de outro, para os processos deste trabalho, e deste modo eu digo “muito obrigada”.

Agradeço o Secretário Geral da Organização da Unidade dos Sindicatos Africanos (OATUU em inglês) – Companheiro Hassan A. Sunmonu, Secretário Geral Assistente; Chefe da Unidade de Organização e Gênero – Companheiro Demba Diop; e Companheiro Michael P. Besha – Secretário Geral Assistente, responsável por Pesquisa, por seu incentivo e contribuições que foram de muita ajuda.

Por último, mas não menos importante, o Companheiro Anthony Yaw Baah – Secretário Geral Adjunto do Congresso de Sindicatos de Gana; Companheiro Isaac K. Yanney e Srta. Ann Amoah merecem reconhecimento por suas contribuições. Deus abençoe a todos eles.

RESUMO

Há uma força de trabalho cuja presença, contribuição e impacto no desenvolvimento socio-econômico não pode ser negado em nenhum lugar do mundo, embora haja pouco ou nenhum reconhecimento. Em função disso, em muitos casos, esses trabalhadores sofrem negligência e condições de trabalho inaceitáveis: os trabalhadores domésticos.

Vindos de um background de trabalho familiar não pago e servidão que engloba acompanhamento (de crianças a idosos) e faxina, pessoas que se encontram neste trabalho – normalmente mulheres de famílias pobres – são comumente não consideradas como trabalhadores que merecem tratamento decente e direitos básicos no trabalho como todos os outros trabalhadores. Nas décadas recentes, em países avançados, a participação das mulheres na força de trabalho aumentou em muitas economias. Este período é caracterizado por alterações nos arranjos de trabalho e intensidade de trabalho e o sempre declinante Estado de Bem Estar Social, no qual as provisões do estado considerando serviços sociais estão escassos.

A importância dos trabalhadores domésticos em tais circunstâncias – ambos nativos ou migrantes – não pode ser exagerado. De fato, serve como base para muitas economias ao redor do mundo. No entanto, pouco tem sido feito para melhorar e minimizar os desafios que esses trabalhadores enfrentam, como remuneração baixa, falta de proteção social, exploração, discriminação, trabalho infantil, tráfico de seres humanos, desregulação, abuso sexual, entre outros abusos. Gana é um dos países onde o trabalho doméstico é cada vez mais comum e estabelecido, mas não sem os desafios mencionados acima, em especial o trabalho infantil. No contexto de um país em desenvolvimento como Gana, o Estado dificilmente oferece soluções para famílias que permitiria que as pessoas trabalhassem fora de suas casas com tranquilidade. Muito precisa ser feito no intuito de promover condições de trabalho decentes para os trabalhadores domésticos.

ABSTRACT

There is a workforce whose presence, contributions and impact on socio-economic development cannot be denied anywhere they are found in the world, in spite of no or little recognition accorded them in several places - domestic workers. In many cases, they suffer neglect and unacceptable working conditions due to lack of adequate recognition of their presence as well as the value of their work to societies and economies. Coming from a background of unpaid family work and servitude that entails care-giving and housekeeping, people who find themselves in this work - often women and from poorer backgrounds - are usually not considered as workers that deserve decent treatment and basic rights at work like all other workers. In recent decades, in advanced and developing countries, women's labor force participation is increasing in many economies. This very period is characterized by changes in work arrangement, intensity of work in the face of ever declining welfare state where provisions of the state concerning care as well as social services are lagging. The importance of domestic workers in such circumstances - both as nationals or migrants- cannot be overemphasized. Indeed, paid domestic work is serving as a backbone to many economies worldwide. Notwithstanding, not much have been done to improve upon challenges they face that include low remunerations, lack of social protection, exploitation, *de jure* and *de facto* discrimination, child labor, human trafficking, unregulated agencies, sexual harassment and other abuses. Ghana is one of the countries where domestic employment is increasingly prevalent - but not without challenges such as mentioned above, especially child labor. In the context of a developing country like Ghana, the state hardly provides solutions for household concerns to enable people work outside households in tranquility. This makes domestic workers important partners for development of Ghana. However, a lot needs to be done in order to promote decent working conditions for domestic workers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
-----------------	---

CAPÍTULO UM

O PAPEL DO TRABALHO DOMÉSTICO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL CONTEMPORÂNEO: QUESTÕES A RESPEITO DO TRABALHO DIGNO

Introdução.....	7
1.1 Trabalho doméstico remunerado, o que é isto?.....	8
1.2 Trabalho doméstico: Mercado e não-mercado	10
1.3 Tempo de trabalho (Mercado) doméstico, atribuição de tempo e seus salários.....	15
1.4 Mulheres e trabalho doméstico remunerado.....	23
1.5 Trabalho doméstico e migração	28
1.6 Proteção social e trabalhadores domésticos	30
1.7 Trabalhadores domésticos e sindicatos.....	32
Conclusão.....	33

CAPÍTULO DOIS

TENDÊNCIAS E CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NA NOVA ECONOMIA

Introdução;;.....	35
2.1 A “Nova Economia” e a Participação Econômica das Mulheres.....	36
2.2 Trabalho doméstico: sustentando e redefinindo papéis familiares e trabalho em um novo mundo globalizado.....	46
2.3 Características gerais do trabalho doméstico e experiências das trabalhadoras domésticas remuneradas.....	50
Conclusão.....	56

CAPÍTULO TRÊS

CONTRIBUIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS EM GANA E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Introdução.....	59
-----------------	----

Material e Métodos.....	61
3.1 Uma visão geral de Gana: a posição social, econômica e demográfica.....	62
3.2 Tendências de Trabalho em Gana e Participação Feminina na Força de Trabalho.....	66
3.3 Trabalho doméstico em Gana.....	69
3.3.1 Definindo trabalho doméstico no contexto ganense.....	70
3.3.2 Migração e Trabalho doméstico em Gana.....	71
3.3.3 Mediadores e Agências.....	72
3.4 Quem constitui a mão-de-obra doméstica remunerada em Gana?.....	73
3.5 O contexto de Acra.....	75
3.6 Contribuições sócio-econômicas dos trabalhadores domésticos em Gana.....	77
3.7 Condições de trabalho das trabalhadoras domésticas ganenses – questões referentes ao trabalho digno.....	81
3.7.1 Sindicatos.....	83
3.7.2 Proteção Social.....	84
3.7.3 Sistema institucional e trabalhadoras domésticas.....	86
3.8 A resposta dos sindicatos para os desafios que as trabalhadoras domésticas em Gana enfrentam.....	89
3.9 Recomendações para melhorar a situação.....	90
3.9.1 O Estado.....	91
3.9.2 Empregadores.....	94
3.9.3 Trabalho organizado ou sindicatos.....	95
3.9.4 Todas as partes interessadas.....	96
Conclusão.....	97
 CONCLUSÃO	 99
 BIBLIOGRAFIA.....	 103
Siglas.....	109
Notas de rodapé.....	109

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos houve um aumento considerável no número de pessoas em trabalho doméstico (Lutz, 2002). O trabalho doméstico, às vezes chamado de "trabalho de cuidados", "trabalho reprodutor" ou "trabalho de amor" refere-se ao trabalho da casa como limpar, lavar roupas, cozinhar, cuidar de crianças, entre outros, realizado para um empregador em troca de remuneração (OIT, 2010b).

De acordo com a Organização Mundial do Trabalho (OIT, 2010a), o trabalho doméstico constitui uma das mais antigas e importantes ocupações para milhões de mulheres ao redor do mundo e tem suas raízes na história global de escravidão, colonialismo e outras formas de servidão. Embora o trabalho doméstico não seja novo na história do trabalho, sua expansão e relevância não são suficientemente enfatizadas no desenvolvimento sócio-econômico de hoje. Nos últimos tempos, poderíamos dizer que não é somente uma ocupação importante para mulheres ao redor do mundo, mas também primordial em movimentar adiante sociedades e economias. A força de trabalho doméstica, abrindo mão da oportunidade de procurar trabalho pago fora dos lares, geralmente toma conta dos cuidados da casa para permitir que outras mulheres, em particular, se envolvam em atividades econômicas fora dos lares. Na sociedade contemporânea, o trabalho de cuidar da casa é vital para que funcione a economia fora do lar. Apesar das importantes contribuições que a mão-de-obra doméstica faz no desenvolvimento econômico, ela constitui uma das mãos-de-obra mais vulneráveis na história do mundo.

Não há como negar que os trabalhadores domésticos formam uma grande parte da força de trabalho, em especial nos países em desenvolvimento, e que seu número tem crescido - mesmo no mundo industrializado (OIT, 2010a). A OIT (2007) destacou o fato de que os trabalhadores domésticos remunerados têm direitos porque são trabalhadores. Estes trabalhadores são representativos na nossa força de trabalho, especialmente na África e em outras partes do mundo em desenvolvimento, absorvendo "entre 4 e 10 por cento do total de empregos" em países em desenvolvimento e 1 e 2.5 por cento em países industrializados (OIT, 2010a). Em um relato da situação na Índia, por exemplo, a OIT (2010c) notou que entre o período de 2004 e 2005, 4.75 milhões de trabalhadores foram empregados em residências particulares, incluindo 3.05 milhões de mulheres urbanas. O setor, de acordo com a OIT (2010c), está crescendo 222 por cento desde 1999-2000.

Nas últimas três décadas, embora a composição dos trabalhadores domésticos remunerados varie de um

país para outro, a procura para esses trabalhadores tem crescido em todo lugar (OIT, 2010a). A incorporação em massa de mulheres na força de trabalho, o envelhecimento das sociedades, a intensificação do trabalho e a frequente falta ou insuficiência de medidas de policiamento para facilitar a reconciliação da vida familiar e o trabalho marcam essa tendência - criando procura por força de trabalho doméstica em muitos lugares, especialmente nas áreas urbanas (OIT 2010 a,b). Como dito acima, a vasta maioria de trabalhadores entrando nessa força de trabalho são mulheres, tanto em seu país quando no exterior, das seções mais pobres de nossas sociedades, especialmente, países em desenvolvimento. As persistentes desigualdades e discriminação entre os sexos, geralmente baseadas em classe, raça e etnia, além de políticas econômicas desfavoráveis em alguns países em desenvolvimento, constituem fatores importantes que levam as mulheres ao trabalho doméstico (MEIGO, 2008; Tsikata, 2009). Quando elas entram nesse trabalho, entretanto, sua situação raramente melhora. A OIT (2010) notou que as trabalhadoras domésticas lidam com baixos salários, horários de trabalho indefinidos, exclusão de descansos semanais, ausência de desenvolvimento de habilidades, "tornam-se vítimas nas mãos de traficantes/agências e até sofrem violência, abuso e assédio sexual no ambiente de trabalho". Além disso, em muitos casos, suas condições desfavoráveis, que envolvem a ausência de desenvolvimento de habilidades, continuam perpetuando níveis de pobreza entre a força de trabalho doméstica e seus lares, deixando muitas destas trabalhadoras desprovidas de educação ou com baixos níveis dela, e com poucas habilidades profissionais, além de suas habilidades em cuidar das casas e dos outros. Quando elas têm filhos, às vezes seus filhos também se tornam pobres, e se envolvem com o trabalho doméstico infantil - criando um ciclo vicioso de vulnerabilidade social e econômica. O trabalho que eles realizam - limpar e cozinhar, cuidar de crianças e de idosos - é quase universalmente considerado trabalho das mulheres, o que significa que homens raramente competem com mulheres nesse mercado de trabalho (OIT, 2010a). Há uma clara indicação de que o trabalho doméstico constitui uma das poucas oportunidades de trabalho abertas para a mulher - especialmente aquelas de países menos desenvolvidos que não tiveram outras oportunidades para a educação formal - para o bem-estar econômico e o sustento próprio, ainda que outros (especialmente imigrantes) que tiveram educação formal também se envolvam nesse setor. Ainda assim, são difíceis de coletar as informações sobre os trabalhadores domésticos, de acordo com a OIT (2010), uma vez que se caracterizam por "falta de informação precisa e comparável, grande incidência de domésticas não declaradas e as consequentes declarações." (OIT, 2010).

É importante destacar o fato de que o trabalho doméstico remunerado constitui um grande apoio à promoção de outras oportunidades sócio-econômicas favoráveis em nossas sociedades. Ao envolverem-se em atividades de cuidados com a casa e com pessoas, as trabalhadoras domésticas remuneradas permitem que outras pessoas – especialmente mulheres – com outras habilidades possam atuar em vários setores da economia. Mulheres qualificadas, por exemplo, podem criar uma família e trabalhar com a mente sã, pois têm o apoio – ‘a espinha dorsal’ – de uma atendente para suas crianças ou governantas. Alguns dos empregados também dão assistência a outros trabalhadores informais cuja ocupação se dá no ambiente doméstico. Os trabalhadores domésticos que estão envolvidos com atividades comerciais em casa, por exemplo, estão contribuindo para a promoção do sustento em economias onde o trabalho formal está se tornando cada vez mais raro. Isto deveria ter constituído um grande ganho na criação da riqueza, aumento da produtividade e erradicação da pobreza para os trabalhadores domésticos e seus empregadores, bem como para as economias de maneira geral, mas na realidade, a história é bem diferente em muitos casos. Seu trabalho é pouco valorizado, mal regulado ou, em alguns casos, totalmente não regulado.

Na maioria dos casos, as condições sob as quais estas mulheres, e às vezes crianças, trabalham são insalubres, antiéticas e cheias de abusos aos direitos humanos e falta de trabalho digno. Elas normalmente têm trabalho demais, ganhando pouco e sem proteção. O trabalho doméstico tipicamente continua o trabalho não remunerado que é tradicionalmente realizado nos ambientes domésticos por mulheres, o que explica porque o trabalho doméstico é pouco valorizado em termos monetários, muitas vezes informal ou não documentado (MEIGO, 2008, OIT, 2010). Nesta força de trabalho igualmente substancial, o aumento da vulnerabilidade que caracteriza a maioria das trabalhadoras também advém do fato de que elas permanecem virtualmente invisíveis, uma vez que não trabalham em fábricas ou escritórios. Além disso, sua proximidade com seus empregadores e com as famílias destes às vezes resulta em “fronteiras diluídas” e, por conseguinte, em tratamento arbitrário (OIT, 2010b), o que é também composto e perpetuado por um sistema jurídico nacional que normalmente as exclui.

Infelizmente, devido a todos estes problemas, os trabalhadores domésticos remunerados têm poder de barganha limitado, dado ao seu isolamento, que frequentemente impede que se organizem por melhores condições ou pertençam a sindicatos. É muito importante para as partes envolvidas reconhecer bem como compreender as circunstâncias específicas das trabalhadoras domésticas, caso elas tenham acesso

e possam manter um trabalho digno. O trabalho doméstico precisa ser igualmente respeitado e propriamente regulado, como qualquer outra ocupação existente. Com os desafios que confrontam os trabalhadores domésticos, bem como o tamanho de sua vulnerabilidade, são necessárias medidas estratégicas substanciais para cuidar das questões da força de trabalho doméstica, incluindo as que envolvem o estado, os empregadores e os sindicatos.

Cada momento gasto executando trabalho doméstico, se valorizado efetivamente, poderia criar riqueza e melhorias na vida sócio-econômica de muitas mulheres, crianças, e da sociedade de modo geral. As coisas que fazemos com nosso tempo, regular e repetidamente, em um ciclo diário, semanal ou mensal, podem compor nosso conjunto de capacidades pessoais, e, portanto, os recursos que determinam nossas chances de vida a longo prazo (Jonathan *et al.*, 2004). O uso do tempo influencia nosso status social e econômico (seja em termos de capacidades de ganho ou classe social) através da acumulação de diferentes tipos de “capitais” ou “capacidades” em si (Jonathan *et al.*, 2004). Em sua discussão sobre “o problema do desequilíbrio entre trabalho e vida”, Kimberly *et al.* (2004) claramente mostra os perigos que as horas de trabalho não reguladas e abusadas representam para a qualidade de vida de uma pessoa: “O discurso popular adverte sobre os perigos sobre a qualidade de vida quando as responsabilidades do emprego remunerado das pessoas dominam outros aspectos da vida cotidiana” (Kimberly *et al.*, 2004). O tempo gasto na execução do trabalho doméstico não pode ser negligenciado se desejamos promover oportunidades iguais, independência econômica e bem-estar, assim como procurar trabalho digno e eficiente para todos. A OIT surgiu com convenções – mas as trabalhadoras domésticas ainda esperam poder se beneficiar substancialmente de qualquer uma delas. Como podemos explorar completamente os recursos humanos, com especial ênfase nas trabalhadoras domésticas, enquanto garantimos seus direitos humanos básicos de acordo com a abordagem da OIT aos princípios fundamentais da igualdade do tratamento? (OIT, 2007).

Objetivo

Este Projeto de Mestrado tem como objetivo analisar um aspecto da economia onde negligência e abuso são muito predominantes – a força de trabalho doméstica – e suas condições e contribuições sócio-econômicas. O estudo focará na sua contribuição no desenvolvimento sócio-econômico bem como nas condições gerais de seu trabalho, incluindo o uso de seu tempo, preocupações de segurança social, além de seus salários. Especificamente, analisaremos as contribuições sócio-econômicas de

trabalhadoras domésticas em Gana, e suas condições de trabalho.

Justificativa

O trabalho doméstico, além de ser um setor envolve principalmente mulheres, é uma área onde o trabalho infantil é às vezes predominante, especialmente em países em desenvolvimento (Jacquemin, 2009). De maneira geral, este setor da atividade econômica não tem recebido muita atenção, mas tem um papel importante no desenvolvimento sócio-econômico onde quer que se encontre. Analisaremos primeiro o papel de trabalhadores domésticos no desenvolvimento sócio-econômico bem como os desafios que eles enfrentam em geral. Depois disso, vamos nos concentrar no caso de Gana em particular. Até o momento, não foi realizada extensa pesquisa sobre as atividades dos trabalhadores domésticos em Gana. Recentemente, porém, algumas pesquisas foram conduzidas nesta área de interesse. Um estudo sobre o trabalho doméstico conduzido pela LAWA-Gana (2003) sobre as trabalhadoras domésticas em Gana; Dzodzi Tsikata (2009) também conduziu uma análise sobre regime e prática legais em Gana. Nesta pesquisa em particular, conduziremos uma investigação sobre

- i. o trabalho doméstico remunerado, as contribuições sócio-econômicas que os trabalhadores domésticos remunerados estão fazendo nas economias e sociedades em geral
- ii. o impacto sócio-econômico de condições desfavoráveis de trabalho dessa força de trabalho em geral
- iii. delimitar os itens acima mencionados (i & ii) a Gana (Acra em particular).

Metodologia

Para atingir o objetivo dessa pesquisa, as análises usarão informações secundárias e métodos qualitativos, bem como estudos de caso na cidade capital (Acra). Entrevistas serão usadas para complementar a análise, que por sua vez será baseada em revisão de literatura, a fim de oferecer informações esclarecedoras sobre as condições das trabalhadoras domésticas em Gana.

Pessoas entrevistadas: Informantes-chave, incluindo empregadores de trabalhadores domésticos, agentes para o fornecimento de força de trabalho doméstica, Congresso de Sindicatos de Gana (CSG) e funcionários no Ministério das Mulheres e Crianças, Departamento de Trabalho (Gana), Departamento de Assistência Social e LAWA-Ghana, uma ONG envolvida com a mobilização desta força de trabalho. Também serão entrevistados pesquisadores sobre o trabalho doméstico em Gana, além de 12

trabalhadoras domésticas.

O estudo será composto de três categorias principais

I. Perspectiva teórica do trabalho doméstico, levando em conta o papel que o setor tem no desenvolvimento sócio-econômico. Estudaremos as dimensões do trabalho doméstico em relação ao sexo, alocação de tempo e qualidade de vida. O foco da pesquisa será na extensão em que o setor é capaz de providenciar uma oportunidade econômica para mulheres. Além disso, a pesquisa relacionará esse fato com as condições econômicas das mulheres inseridas nesta força de trabalho, e analisará as implicações de tais condições na dinâmica de sua vantagem ou desvantagem social.

II. Em geral, tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento estão observando mudanças econômicas nas condições de trabalho doméstico que estão, na verdade, mudando o caráter do sustento de muitas mulheres, embora haja algumas diferenças em suas experiências dependendo da região onde se encontram. O estudo nos permitirá analisar tendências das condições de trabalho das trabalhadoras domésticas nos países desenvolvidos e naqueles em desenvolvimento, identificando as características comuns bem como suas diferenças no que diz respeito às circunstâncias sócio-econômicas, a fim de encontrar os fatores restritivos com as quais elas lidam enquanto trabalhadoras domésticas, bem como o nível de impacto que essas restrições representam para estas trabalhadoras.

III. A pobreza rural e as políticas neoliberais, juntamente com outros fatores sociais, culturais e econômicos, estão definindo o contexto no qual se encontram as mulheres no trabalho doméstico. Além disso, o setor de trabalho doméstico em Gana vem observando mudanças significativas, uma vez que atualmente vem sendo administrado através de agentes e agências (Tsikata, 2009). Esta pesquisa examinará as condições econômicas e sociais dos trabalhadores domésticos ganenses com a visão de fazer recomendações para a melhoria de suas condições sócio-econômicas. Esta análise focará principalmente na capital de Gana – Acra.

CAPÍTULO UM

O PAPEL DO TRABALHO DOMÉSTICO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL CONTEMPORÂNEO: QUESTÕES A RESPEITO DO TRABALHO DIGNO

Introdução

Um número crescente de mulheres, no contexto da recente globalização econômica, está recorrendo ao trabalho doméstico para seu sustento nos tempos atuais. Uma série de fatores incluindo tendências demográficas, sociais e profissionais estão contribuindo para a demanda contínua por serviços domésticos (MEIGO, 2008), representando uma atividade de melhoria sócio-econômica vital, mas que também é tratada com desprezo e descaso. O que constitui o trabalho doméstico remunerado? Este possui qualquer importância no desenvolvimento sócio-econômico? Se o trabalho doméstico possui qualquer significância na nossa distribuição sócio-econômica atual, então as condições sob as quais trabalham as pessoas também são importantes. Dado que as sociedades e as economias se beneficiam do trabalho doméstico, o trabalhador deve também se beneficiar ou desfrutar de vantagens sociais e econômicas assim como outros trabalhadores em nossas sociedades.

A OIT (2007) descreve o trabalho digno como aquele que implica tratamento igual e equitativo para todos os trabalhadores sem discriminação (OIT, 2007, p. 41). O conceito de trabalho digno, que compreende seis dimensões, a saber, oportunidade para trabalhar, trabalho produtivo, liberdade para trabalhar, igualdade no trabalho, segurança no trabalho e dignidade no trabalho, foram categorizadas em quatro componentes – emprego, proteção social, direitos dos trabalhadores e diálogo social (OIT, 2007, pp. 17, 18). Existem grandes desafios relacionados ao trabalho digno com os quais se deparam os empregados do setor de trabalho doméstico? Estas questões, entre outras, recentemente vem chamando a atenção de muitos.

Neste capítulo, focaremos nas especificidades do trabalho doméstico em relação a suas características, o papel que o setor tem no desenvolvimento sócio-econômico bem como análises relacionadas ao trabalho digno no crescente setor do trabalho doméstico. Ao relacionar o estudo a preocupações sobre trabalho digno, não entraremos em análises mais profundas do conceito de trabalho digno; entretanto, as análises refletirão as categorias e componentes de trabalho digno mencionados acima. O estudo analisará as dimensões do trabalho digno na promoção de empregos e sua contribuição sócio-econômica, usando a literatura internacional. Serão analisadas ainda outras áreas de interesse em

relação a gênero, atribuição de tempo e qualidade de vida. O estudo focará na extensão em que trabalho doméstico é capaz de oferecer uma oportunidade econômica a mulheres, relacionará isto às condições econômicas de trabalho de sua mão-de-obra e analisará as implicações de tais condições para a dinâmica de sua vantagem ou desvantagem social.

Ao todo, as análises serão apresentadas em 3 partes principais neste capítulo: o destaque das diferenças entre as atividades mercantis e não mercantis em consideração ao trabalho doméstico remunerado – como a diferença de trabalho por gênero e o desprezo pelo trabalho no ambiente doméstico perpetuou uma distinção obscura entre trabalho doméstico remunerado e não remunerado; o tempo de trabalho doméstico remunerado e a atribuição de tempo para o trabalho doméstico; bem como as condições gerais de trabalho da mão-de-obra doméstica na perspectiva do trabalho digno.

1.1 Trabalho doméstico remunerado, o que é isto?

O trabalho doméstico, de acordo com a OIT, é geralmente descrito como aquele que basicamente ocorre no “ambiente doméstico” (OIT, 2010a, p. 28). A OIT (2010a) em seu relatório enfatizou que países diferentes têm termos diferentes para trabalho doméstico, mas claramente afirma que muitas legislações pesquisadas nem definem o trabalho doméstico, o que explica a razão porque tais trabalhadores são “especificamente excluídos da legislação nacional ou têm sua inclusão implícita” (OIT, 2010). A OIT classifica ainda o trabalho doméstico como aquele que inclui atividades de governo da casa – governantas e trabalhadores afins, e cozinheiros; trabalhadores de cuidados pessoais e afins, incluindo trabalhadores que cuidam de crianças e trabalhadores que cuidam de pessoas em casa. Ela também menciona, além de ambientes domésticos, hotéis, escritórios e outros estabelecimentos:

“... ajudantes domésticos e faxineiros... varrem, aspiram, limpam, lavam, enceram, cuidam das roupas, fazem compras para a casa, preparam comida, servem refeições, e realizam várias outras atividades domésticas.” (OIT, 2010, p. 30).

Em termos gerais, as palavras ‘doméstico’ e ‘ambiente doméstico’ são usadas às vezes de maneira indistinta para significar a mesma coisa – trabalhador doméstico/do ambiente doméstico (REIRE/UITA, 2006)

BLOFIELD (2009), por exemplo, define o trabalhador doméstico como “aquele que trabalha na residência particular de um empregador para cozinhar, limpar, cuidar de crianças ou realizar outros serviços.”

MEIGO (2008) define os trabalhadores domésticos como aqueles “empregados em casas particulares pelo

dono da casa para realizar tarefas como limpar, lavar roupas, cozinhar, fazer compras, cuidar do jardim, cuidar de crianças ou de idosos”.

Para os fins desta análise, definiremos um trabalhador doméstico remunerado como a pessoa que realiza trabalho sob a autoridade de outra pessoa por remuneração, geralmente na casa do empregador.

Muitas mulheres em muitos países ao redor do mundo envolveram-se, desde os tempos antigos, nesta ocupação significativa que tem suas raízes na história global de escravidão, colonialismo e em outros tipos de servidão. O trabalho doméstico, mesmo nos tempos contemporâneos, manifesta hierarquias associadas a “raça, etnia, status inerente, casta e nacionalidade” (OIT, 2010, p. 5). Estas infelizes características no passado continuam a dominar a percepção das pessoas sobre o trabalho doméstico, uma ocupação que emprega muitas mulheres especialmente hoje, o que constitui um importante motivo para perpetuar a impunidade mesmo em democracias pós-transição.

Isto, entre outras coisas, explica porque as pessoas que recorrem a ganhar a vida com o trabalho doméstico estão normalmente colocadas em posição de desvantagem, para o benefício de seus “senhores e senhoras” que na maioria das vezes as tratam como animais domésticos, e que algumas vezes respeitam e tratam animais domésticos melhor que seus empregados (REIRE/UITA, 2006). Isto revela a extrema situação em que alguns trabalhadores domésticos se encontram, embora alguns deles desfrutem de boas condições e relacionamento com seus empregadores.

Segundo REIRE/UITA (2006), a preocupação acima mencionada levou ao debate sobre o termo “doméstico” usado em referência às pessoas empregadas para trabalhar em ambientes domésticos. REIRE/UITA (2006) destaca isto no seguinte trecho:

“... pode-se inferir desrespeito nos termos ‘doméstico’ e ‘domesticado’; este último se refere a animais sendo treinados para morar em casas e remete ao fato de que trabalhadores domésticos podem receber termos de abuso como ‘gato’...” (REIRE/UITA, 2006)

Em alguns países, especialmente aqueles na América Latina, por este motivo, fez esforços dedicados para que o termo “doméstico” fosse trocado por “do lar”. As terminologias a respeito de trabalhadores domésticos, porém, dependem amplamente do país onde eles operam. Mas o uso de “doméstico” persiste e é geralmente aceito, especialmente devido ao fato de que uma mudança de terminologia poderia criar dificuldades em alguns países onde o termo é usado em legislação trabalhista (REIRE/UITA, 2006).

De acordo com a OIT (2010), as legislações normalmente especificam a inclusão ou exclusão de trabalho doméstico baseado em lista inesgotável de categorias ocupacionais específicas. A seguir estão alguns exemplos:

Mordomo é usado no Quênia, Malásia, Estados Unidos (Califórnia), Guarda de criança/babá/governanta/enfermeira de crianças são usados em Burquina Faso, Quênia, Malásia, Paraguai, Suíça (Genebra), Estados Unidos (Oregon); Funcionário de lavanderia/lavadeira... Burquina Faso, França, Quênia, Malásia, Paraguai, Suíça (Genebra)...; Empregado da casa/mantenedora do lar/servente de casa/criada/"garoto" usado por Burquina Faso, Camboja, França, Quênia, Malásia, Paraguai, Zimbábue... (OIT, 2010)

Anderson (2000) expressou a dificuldade em descrever o que é o trabalho doméstico, considerando as tarefas realizadas pelos trabalhadores domésticos. O trabalho é caracterizado pela realização de várias tarefas simultaneamente. O trabalho doméstico é melhor compreendido como uma série de processos, ao invés de uma série de tarefas que funcionam ao mesmo tempo. O trabalho doméstico, entretanto, é mais que a combinação de processos, já que não implica somente trabalho físico, mas também trabalho mental e emocional – por exemplo, para uma pessoa preparar comida, ela terá que fazer muita análise mental, calculando o tempo e considerando opções ou a adequação de vários ingredientes. Cuidar de uma criança necessitaria engajar-se em habilidades que requerem a aplicação de emoções e atenção extrema por parte do cuidador. O trabalho doméstico envolve habilidades; se não fosse assim, muitas pessoas não treinadas, especialmente homens, não o teriam achado difícil de ser realizado adequadamente sem assistência ou treinamento de mulheres que geralmente gerenciam o processo. Anderson (2000) enfaticamente declarou:

“É válido enfatizar que o trabalho doméstico é altamente capacitado, tanto em termos de gerenciamento de tempo quanto do que é realizado de fato” (Anderson, 2000, p.12)

A diferença sobre este tipo de habilidade é que muitas mulheres, como resultado das funções de gênero às quais elas são designadas nos lares, têm a habilidade de exercer esta tão importante capacidade, mesmo sem educação formal.

1.2 Trabalho doméstico: mercado e não mercado

“Como este serviço constitui culturalmente o lugar da mulher e a execução de sua tarefa não requer qualificação, é o refúgio de trabalhadoras com pouca escolaridade ou treinamento, sendo considerado pela sociedade como uma ocupação baixa, não mercantil. Esta qualificação,

porém, varia dependendo de quem faz o trabalho”. (Pareira de Melo, 1998)

Com frequência, o trabalho doméstico remunerado é pouco valorizado e generalizado como não sendo uma atividade econômica ou uma importante atividade, mesmo se considerado como tal. O trabalho doméstico tem sido tratado com extremo desrespeito em muitas instâncias: “Está ligado à história global de escravidão, colonialismo e outras formas de servidão” e “perpetua hierarquias baseadas em raça, etnia, status inerente, classe e nacionalidade”. Estas perspectivas adversas do trabalho doméstico persistem em tempos contemporâneos (OIT, 2008, p. 5) por causa de suas especificidades: o trabalho que os empregados domésticos realizam não corresponde a “o que é geralmente tido como ‘mercado de trabalho’”. O trabalho doméstico remunerado não ocorre em fábricas ou escritórios, mas dentro dos lares das pessoas (OIT, 2010).

O desrespeito pelo trabalho tem sido traduzido como desrespeito por seus trabalhadores, aumentando os constantes abusos de seus direitos com impunidade em muitos casos. A força de trabalho nessa categoria de atividade econômica é geralmente tratada como ‘inferior’ em relação a outros empregados em outros setores como Löfmarc (2007) coloca: “... o status da pessoa realizando o trabalho da casa também pode diminuir.” (Löfmarc, 2007, p. 70). Pereira de Melo (1998), comentando a situação do Brasil, também salienta que o fato de que muitas trabalhadoras domésticas são mulheres que tiveram pouca escolaridade ou nenhum treinamento formal tem influência no baixo status associado ao trabalho doméstico por parte da sociedade. Os sentimentos relacionados ao baixo status e ao desrespeito pelas trabalhadoras domésticas, além disso, estão construídos em bases raciais, como indicado acima.

Há também a tendência de classificar o trabalho doméstico remunerado como recreativo ou voluntário, somente pelo fato de que é normalmente realizado nos ambientes domésticos. Na realidade, estas tendências de classificar o trabalho doméstico como recreativo ou voluntário são altas e Löfard (2007) destacou que “em várias análises, o tempo gasto fazendo trabalho doméstico ainda é visto como tempo de lazer apenas” (Löfmarc, 2007, p. 70). É por esta razão que a importância da distinção entre “trabalho mercantil” e “trabalho não-mercantil” deve ser enfatizada. Alguns economistas, incluindo Jenkins (1995), Ironmonger (2001) e Löfmarc (2007), expressaram a importância de se traçar uma clara distinção entre atividades mercantis e não mercantis. Jenkins, por exemplo, enfatizou a necessidade para uma “divisão entre horas mercantis e não mercantis” (Jenkins et al, 1995, p. 268). Da mesma

maneira que as pessoas executam seu trabalho em escritórios específicos em locais específicos e ainda desfrutam de alguns direitos e respeito por seu trabalho, é muito importante aceitar que em nosso mundo contemporâneo, muitas pessoas, em sua maioria mulheres, estão ganhando seu sustento através de trabalho em ambientes domésticos, e não apenas por prazer ou voluntariado. Logo, o trabalho executado dentro e em torno de ambientes domésticos não é sempre resultado de prazer e não deve ser caracterizado como tal. England (2005), por exemplo, indicou que “o trabalho de cuidados é feito na casa bem como em mercados por pagamento”. Este trabalho ou produção em ambientes domésticos não rendem lucro como aqueles em fábricas ou lojas fora dos ambientes domésticos, mas ainda é trabalho que envolve um empregador e um empregado, e é remunerado. O relatório IV da OIT sobre Planejamento de Trabalho Digno para Trabalhadores Domésticos enfatiza a necessidade de reconhecer o lar como um local de trabalho, enquanto menciona a diferença entre trabalho para uma família e trabalho por remuneração:

“O lar é o ambiente de trabalho. Porém, o trabalho que serviço doméstico empreende não corresponde ao que é geralmente tido como “mercado de trabalho” e reflete uma dicotomia entre trabalho e família” (OIT, 2008, p. 7).

Ironmonger (2001) também destacou a “dicotomia entre a produção doméstica e produção mercantil” que às vezes “não conseguem ser categorizadas adequadamente...” (Ironmonger, 2001, p. 4). Os trabalhadores domésticos, infelizmente, acabam caindo nesta categoria onde o trabalho mercantil e o trabalho não-mercantil são confundidos ou colocados juntos, resultando na subvalorização dos trabalhos realizados neste setor.

Em nosso estudo sobre o trabalho doméstico, portanto, há a necessidade de traçar a distinção entre a dicotomia acima mencionada – trabalho que é encontrado numa categoria de “trabalho mercantil” ou trabalho que é realizado na família que também é conhecido como “produção doméstica”, conforme afirmado por Ironmonger (2001). De acordo com ele, a produção doméstica constitui a produção de bens e serviços por um membro de um ambiente doméstico, a qual é feita para consumo próprio, usando seu próprio capital e seu próprio trabalho não remunerado. Esta produção inclui acomodação, refeições, roupas limpas bem como cuidado de crianças (Ironmonger, 2001, p. 3). O trabalho doméstico remunerado, entretanto, não deve ser confundido com aquilo que é não remunerado, feito por membros

da família para seu próprio consumo.

Obviamente, uma pessoa não se pagaria por serviços feitos para si ou para o consumo de sua família. Uma pessoa pode decidir cuidar de um membro doente da família ou contratar outra pessoa para realizar este trabalho em seu nome – o que não será gratuito, mas por uma remuneração. Há também o que Ironmonger chama de produção voluntária, onde alguém pode oferecer ajuda a outras casas sem recompensa monetária, e, às vezes, executada no sistema “de-casa-a-casa” ou em base cooperativa, através de organizações voluntárias. Isto é uma realidade, e é por este motivo que não devemos confundir um com o outro. De acordo com a OIT (1992), ambas as produções mercantis e não-mercantis constituem a atividade econômica total. Destacar a distinção entre mercado e não-mercado é uma indicação de que as atividades econômicas incluem produção não-mercantil (OIT, 1992, p. 15).

Os dois fatores de produção – trabalho e capital – devem estar presentes, mesmo no nível doméstico, para que a produção doméstica ocorra (Ironmonger, 2001). Portanto, a produção doméstica acontece sempre que as famílias executam seu próprio trabalho e capital, embora essa categoria de produção não seja remunerada, já que é para consumo da família ou membros da própria casa. Membros de uma casa, por exemplo, não se pagam por lavarem suas próprias roupas. Logo, Ironmonger observa que “não há pagamentos monetários feitos pelos [próprios] usuários” (Ironmonger, 2001, p. 4).

Considerar o trabalho doméstico como “trabalho” ou produção doméstica, como destacado acima, pode ser muito importante para fins de objetividade intelectual, mesmo se não for remunerado; mas no caso de empregados domésticos remunerados, seu trabalho é remunerado. Stanford (2008), fazendo uma contribuição sobre o que ocorre nos ambientes domésticos, denominou-o como uma forma ampla de reprodução que não está confinada ao processo biológico de re-criar a raça humana, mas também de educá-los, cuidar deles, “e também treinar pessoas, para que elas possam ter vidas economicamente plenas”. Tais preocupações, além disso, levam em consideração cuidar até de adultos, que para que eles possam descansar e ter prazer de modo que estejam fortes e aptos para trabalhar no dia seguinte (Stanford, 2008, p. 111). O autor salientou, portanto, que as contribuições domésticas pouco valorizadas são a razão porque muitos economistas tendem a ignorar tal reprodução como fator não-econômico, já que não se movimenta nenhum dinheiro e não há nenhum lucro. O trabalho doméstico deve ser menosprezado?

O trabalho doméstico é geralmente realizado em casa privadas como indicado acima, mas atualmente pessoas estão realizando este trabalho como fonte de sustento econômico. O trabalho doméstico, quando realizado como uma atividade mercantil, tem significado e objetivo diferentes já que neste caso, as pessoas “contratam um trabalhador remunerado para realizar uma importante parcela de serviços... dona de casa eficiente” (Reid, p. 61). O serviço doméstico, executado por mulheres predominantemente de minorias, é realizado a troca de salário por trabalhadoras que não são da família (Pei-Chia, 2003, p. 188). A OIT (1992), ao comentar sobre a produção mercantil, destacou o fato de que pessoas que se envolvem com atividades mercantis de produção o fazem para obter remuneração, já que seu motivo para engajar-se em tal ocupação não é somente para seu próprio consumo, mas, sim, para remuneração.

Ironmonger (2001), ao mencionar capital e trabalho em produção, enfatizou que modos separados de produção ocorrem baseados no fato de que o mercado garante capital ou trabalho. Segundo ele, a produção doméstica ocorre quando a casa providencia seu próprio capital e seu próprio trabalho. O mercado, entretanto, pode providenciar qualquer um dos dois fatores de produção. Por exemplo, uma governanta pode ser empregada para preparar refeições, limpar a casa e as roupas. O tempo remunerado desta governanta seria o uso de “trabalho de mercado” em conjunção com o capital da casa (Ironmonger, 2001, p. 4).

Aqui, percebemos que apesar do fato de que o trabalhador pode nem sempre ter que providenciar seu próprio capital além de seu trabalho – como um dono de um táxi que dirige por conta própria ou um dono de creche que cuida das crianças de outras pessoas – o trabalho remunerado pode ser usado com capital já existente nos lares. Por exemplo, uma pessoa pode garantir comida, brinquedos e uma casa para um empregado utilizar, fazendo uso de suas habilidades, tempo e energia para propósitos produtivos, e seu trabalho tem que ser remunerado como uma atividade econômica igualmente importante, ainda que o trabalho seja considerado um modo não-capitalista de produção. Anderson (2000) salientou que trabalho doméstico é central para o capitalismo, “ele produz uma mercadoria que é central para o capitalismo: a força do trabalho em si”. Ela é necessária para manter o trabalhador como um trabalhador (Anderson, 2000, p. 12).

É muito importante enfatizar a diversidade na natureza do trabalho mercantil, não importa onde ele seja

realizado ou como seja executado. Burda *et al.* (2006), ao comentar o uso de tempo e tempo de trabalho dentro e fora do mercado, afirmou que a natureza do trabalho difere entre membros da força de trabalho, e que pelo menos todo trabalho pode ser visto como algo a que indivíduos devem ser induzidos a realizar, através do recebimento de salários. Tal homogeneidade, segundo ele, não existe com a ampla categoria de tempo de não-trabalho. Ele foi mais adiante e citou um exemplo de que meia hora gasta trocando a fralda suja de uma criança é provavelmente menos agradável que meia hora de atividade sexual, enfatizando que as duas são totalmente diferentes conceitualmente: a primeira é algo que uma pessoa pode ser paga pra fazer; a segunda não pode ser “contratada” (Burda *et al.*, 2006, p. 7).

Apreciar as diferenças nos padrões de trabalho bem como as variedades em atividades que compõem o dia de um indivíduo nos possibilitará evitar o preconceito de subestimação que está, há tempos, associado ao trabalho remunerado doméstico ou do lar. O “trabalho de mercado” da mão de obra doméstica exige preocupação e atenção, já que para ela constitui uma grande atividade econômica. Um dos maiores desafios que confronta as trabalhadoras domésticas envolve identificar e traçar uma clara distinção entre lar e trabalho, já que os dois se confundem, especialmente quando tais trabalhadoras domésticas remuneradas “moram no local” (OIT, 2009).

1.3 Tempo de trabalho (de mercado) doméstico, atribuição de tempo e seus salários

De acordo com Gershuny *et al* (2004), o uso do tempo deve ser uma preocupação central na economia e na sociologia. Neste estudo, o autor enfatizou a importância do uso do tempo devido a sua habilidade de moldar a vida sócio-econômica de uma pessoa para o bem ou mal, considerando a cultura de longas horas de trabalho a que os trabalhadores domésticos estão sujeitos a trabalhar, mesmo onde leis nacionais lhes dão alguma forma de reconhecimento. Blofield (2009) comentou sobre o fato de que as horas de trabalho legais de trabalhadores domésticos são mais longas em todos os países, com apenas algumas exceções, se é que elas existem (Blofield, 2009, p. 163). Isto chama a atenção, já que horas mais longas têm suas repercussões.

Gershuny (2004) demonstrou com razão que coisas que nós fazemos regularmente e rotineiramente com nosso tempo, seja em base diária, semanal ou mensal, podem compor nosso “conjunto de capacidades pessoais” e, portanto, compor os recursos que determinam nossas chances de vida a longo

prazo. O uso do tempo de uma pessoa define seu status ou posição social e econômica (Gershuny *et al.*, 2004). Isto reflete a medida em que o valor do tempo conta em todos os aspectos de nossas empreitadas, e quão crucial é para que nossas sociedades relacionem preocupações com o uso do tempo a todas as categorias de grupos sociais, sob a perspectiva dos nossos níveis crescentes de desenvolvimento sócio-econômico, para beneficiar a todos, incluindo aqueles marginalizados, como os trabalhadores domésticos.

A OIT (2010) insiste na importância do tempo, e indica que os trabalhadores “devem ser capazes de recuperar suas forças” depois do trabalho de uma semana bem como ter tempo adequado para cumprir seus deveres como pais e cidadãos enquanto também se beneficiam de um grau de distração intelectual, de modo que os trabalhadores sejam vistos como seres humanos, e não máquinas (OIT, 2010). De acordo com o autor, os limites no tempo de trabalho continuam sendo uma das principais exigências avançadas de sindicatos internacionais, consideradas como legítimas e válidas. Hoje, a persistência de horas de trabalho longas e inadequadas, apesar de várias regulamentações nacionais de horas de trabalho, representa o maior desafio para a OIT. A situação é pior com trabalhadores vulneráveis como os trabalhadores domésticos.

Reconsiderar tempo de trabalho e atribuição de tempo para os trabalhadores domésticos e colocar ênfase na sua reparação ajudará muito a diminuir a diferença crescente de desigualdades sócio-econômica, promoverá uma distribuição de renda melhorada e mais justa em nossas sociedades e melhorará seu padrão de vida.

Cowling (2007), em seu teste empírico de teorias concorrentes sobre a cultura de longas horas, argumentou que o setor da indústria, status ocupacional, sexo e segurança no emprego constituem os maiores determinantes de longas horas de trabalho. Em todas as categorias acima, os trabalhadores domésticos são afetados negativamente, determinando sua vulnerabilidade excessiva no que diz respeito ao seu uso de tempo e o resultado disso. Os trabalhadores, segundo Cowling (2007), tendem a trabalhar mais horas quando os salários são altos. No caso dos trabalhadores domésticos, a prática é geralmente diferente. Exploração e desrespeito pelo tempo designado para seu trabalho se tornaram rotina na maioria das sociedades, levando a horas de trabalho mais longas, o que, na verdade, não se reflete nos seus salários. Contudo, estes trabalhadores normalmente vulneráveis geralmente não são

com desorganizados como categoria e na maioria dos casos não são cobertos por sindicatos por serem praticamente invisíveis, já que seu trabalho ocorre nos ambientes domésticos.

Há muitas histórias não contadas em relação a abusos de uso de tempo de empregados domésticos, especialmente entre aqueles que moram nas casas onde trabalham. Na maioria dos casos, eles são privados de lazer, mas esta privação não é contada como "hora extra" e paga de acordo. A OIT (2007) indicou que muitas pessoas fazem horas extras e em horários atípicos e não sociais, e elas o fazem para complementar sua renda (OIT, 2007, p. 40). Na maioria das situações, entretanto, os trabalhadores domésticos não se beneficiam de suas horas excessivas de trabalho. Além disso, são privados, na maioria das situações, da escolha ou do direito básico de determinar que tempo deseja gastar ou não com lazer.

A OIT (2007) colocou ênfase no fato de que a remuneração adequada de um trabalhador pode ser medida baseada no tempo gasto na execução do trabalho:

"O salário de um trabalhador é adequado somente se for possível ganhar o suficiente sem ter que trabalhar horas excessivas. A proporção de trabalhadores realizando horas excessivas é um indicador válido de pagamento inadequado."

A intensidade e extensão do trabalho doméstico, não obstante, geralmente não lhes garante remuneração correspondente, com destaque para as inadequações em suas rendas e sua vulnerabilidade econômica.

Sem dúvida alguma, foi provado que o trabalho da casa é uma das ocupações que mais usam o tempo intensamente no mercado de trabalho (OIT, 2010). Ao elaborar algumas dimensões de atividades do trabalho doméstico em seu relatório (IV), destacando as preocupações sobre trabalho digno para trabalhadores domésticos, a OIT (2010) nos dá uma idéia da carga de trabalho do trabalho doméstico, em termos de intensidade: trabalhadores domésticos de cuidado pessoal cuidam de necessidades pessoais em geral, providenciam cuidados para pessoas com necessidades; enfermeiras domésticas prestam assistência a pessoas para sair e voltar à cama e fazer mudanças de vestuário apropriadas; trocar lençóis da cama e ajudar pessoas com seus banhos e idas ao banheiro; providenciar e garantir que as pessoas tomem os medicamentos necessários, entre outras (OIT, 2010, p. 30). Quando uma pessoa é empregada para cuidar de uma criança, por exemplo, ela deve cuidar de atividades diárias,

incluindo: ajudar as crianças a tomar banho, vestir-se e alimentar-se, levar as crianças para a escola ou para fora de casa para recreação, fazer brincadeiras com as crianças, ou entreter as crianças lendo ou contando histórias, manter a ordem nos dormitórios ou quartos de brinquedos das crianças, para mencionar algumas (OIT, 2010, p. 30). Além disso, o trabalho de cuidar de uma criança ou idoso requer engajamento emocional.

Surpreendentemente, como indicado acima, a maioria das trabalhadoras nesta categoria têm que combinar múltiplas tarefas simultaneamente. Por exemplo, não é uma surpresa ver uma única trabalhadora doméstica envolvida em limpar a casa inteira, lavar as roupas, cozinhar, cuidar de crianças e de idosos ao mesmo tempo (Anderson, 2002). Bonke (2004) enfatizou que a execução de várias atividades domésticas ao mesmo tempo, enquanto medida de produção, tem uma relação adversa entre as diferentes atividades realizadas simultânea e apressadamente ao longo do dia. Segundo ele, (Bonke, 2004, p. 53), existe uma relação entre estar apressado ou estressado e pontos de realização de muitas tarefas simultâneas. Esta questão do estresse que advém do tempo de trabalho alocado para atividades econômicas de trabalhadores domésticos pode, a longo prazo, afetar sua saúde e torná-los mais vulneráveis economicamente.

É muito relevante analisar as diferenças entre os ambientes domésticos que causam impacto no emprego e na atividade econômica. Uma área importante como trabalho doméstico não deveria ficar inexplorada. As atividades neste tipo de trabalho não somente requerem muito tempo, mas também constituem valor econômico considerável (Löfmarc, 2007, p. 70). Burda *et al.*, (2006), em suas análises sobre alocação de tempo e participação da força de trabalho, também mencionaram a relevância desta importante distinção, chamando-a de “tempo gasto em trabalho no mercado e trabalho fora do mercado” (Burda *et al.*, 2006, p. 7), o que deveria ser claramente explicitado. Tempo, para o economista, é de grande importância, considerando o fato que constitui um dos recursos na produção de bens mercantis e domésticos (Löfmarc, 2007), daí sua importância para o trabalho doméstico também.

Em se tratando de lazer, embora algumas pessoas achem conveniente usar seu próprio tempo para substituir bens e serviços de mercado e considerá-lo prazer – e, portanto, apreciar fazer algum trabalho doméstico – elas ainda podem pagar alguém para fazê-lo por elas. Elas mesmas não são pagas para

realizar tais serviços (Burda *et al.*, 2007). A pessoa que considera prazeroso o trabalho de casa executa suas próprias responsabilidades. Sempre que alguém é recrutado para fazer o trabalho doméstico, esta pessoa tem que abrir mão do engajamento em outras atividades econômicas possíveis enquanto realiza as tarefas de casa combinadas e atribuídas. Esta ocupação de que o trabalhador se encarrega é de importância sócio-econômica, já que se torna a sua fonte de sustento. Segundo Burda *et al.* (2007), a medida em que as atividades de produção doméstica são contratadas é importante para avaliar níveis e mudanças no bem-estar da casa, já que medimos bem-estar econômico por PIB – o que é produzido no mercado (Burda *et al.*, 2007, pp. 9, 10). Para o trabalhador doméstico também, “tempo é dinheiro”, já que este tempo é usado para produzir bem-estar para os lares.

Consideravelmente, os efeitos do engano sobre o fornecimento de trabalho e falta de apreciação da diversidade de padrões de trabalho e de valor do tempo, em grande parte, incluem redução do valor de trabalho exercido na execução do trabalho doméstico bem como da importância econômica dos bens e serviços produzidos em casa. O descaso contínuo pelo trabalho doméstico é certamente uma injustiça social e econômica que não deve ser perpetuada, levando-se em conta o quanto o trabalho desta categoria de mão-de-obra colabora para melhorar o bem-estar dos lares, economias e sociedades em geral.

Lareau *et al.* (2008) destacou a necessidade da pesquisa sobre atribuição de tempo ser complementada, considerando-se fatores que podem sistematicamente afetar a experiência qualitativa do tempo. As verdadeiras perspectivas de análises sócio-econômicas do valor de capital humano e sua contribuição para o desempenho econômico e social não serão refletidas adequadamente se as contribuições feitas nos ambientes domésticos, e também as atividades dos trabalhadores domésticos remunerados, forem subestimadas uma vez que demandam tanto tempo. É de grande importância o valor ou a qualidade do uso de tempo e a extensão em que as atividades são “marcadas por prazos” (Lareau *et al.*, 2008, p. 421) na produção doméstica. Uma pessoa que foi empregada para cuidar de uma criança, por exemplo, pode ser considerada como alguém que tem o dever moral de alimentá-la na hora, providenciar remédios na hora, para mencionar alguns. Mesmo se o atendente não teve um grau superior de educação, sua presteza no horário – o que é muito importante no trabalho de casa – é apenas um exemplo ao avaliar o valor do trabalho realizado. O desprezo pelo trabalho feito dentro dos lares, e, por conseguinte, também pelo trabalho doméstico, significa limitar “nosso entendimento acerca do comportamento da oferta de

trabalho, desenvolvimento de ganhos e preços relativos” (Löfmarc, 2007).

Infelizmente, a quantidade de tempo necessária no trabalho doméstico, predominantemente feito por mulheres, reflete a negligência que elas sofrem na maioria das situações frente a preocupações sócio-econômicas. Gershuny (2004) indicou que tempo alocado por si só não oferece base suficiente para completa compreensão de estrutura sócio-econômica, e enfatizou a necessidade de se buscar conhecimento sobre reservas de capital fixo e humano, normas coletivas, valores e crenças e sobre padrões de regulamentação pública e provisão de serviços (Gershuny *et al.*, 2004). A questão levantada por Gershuny *et al.*, (2004), como podemos ver, não tangencia somente valores e crenças sociais, mas também padrões de regulamentação que o público ou instituições garantem ou deixam de garantir. Fica claro que a falta de resposta institucional a estruturas sócio-econômicas inadequadas é algumas vezes resultado de crenças e normas arraigadas. Se uma empregada doméstica, por exemplo, trabalha durante do dia, e mesmo noite adentro, para a maioria das sociedades isto é atribuído ao valor de ser uma mulher. Afinal, este é o padrão na história. O trabalho doméstico tem suas raízes na desigualdade entre os sexos, caracterizado com a idéia de que os empregados são normalmente pessoas consideradas inferiores por aqueles que detêm o poder (Blofield, 2009, p. 169). Normas, valores e crenças que caracterizavam desprezo do valor de tempo, desrespeito pela dignidade humana e vulnerabilidade no passado ainda estão sendo perpetuadas na nova onda do capitalismo nos tempos contemporâneos.

A OIT destacou que “quando as mesmas pessoas estão envolvidas com produção mercantil e não-mercantil, na prática é geralmente impossível medir os dois componentes separadamente” (OIT, 1992, p. 15). Estes dois componentes de produção – tempo mercantil e tempo não-mercantil –, que dizem respeito ao trabalho doméstico, não são, na verdade, claramente diferenciados o suficiente, apesar de seu papel distinto no desenvolvimento sócio-econômico. Pei-Chia (2003, p. 188) destacou esta preocupação, chamando-o de “dicotomia deficiente entre ‘criada’ e ‘senhora’”, o que torna as pessoas cegas aos papéis realizados pelas mulheres que são cheios de trajetórias incertas.

Historicamente falando, as mulheres em particular suportaram o peso do trabalho de casa e suas preocupações. O fato de nossas sociedades terem marcado as mulheres com a obrigação moral de cuidar de e manter a casa está também afetando sua atividade econômica ou mercantil nos lares. Remuneradas ou não, os trabalhos que as mulheres exercem raramente são considerados trabalhos “de

verdade”, que merecem direitos consideráveis como outras formas de trabalho (Blofield, 2009). England (1999, p. 39), comentando sobre os trabalhos de cuidados, chamou este paradoxo de “a punição por executar trabalhos de cuidados”, observando que o fato de que as pessoas têm a crença de que não podem por um preço em algo sagrado limita o pagamento oferecido. Já se argumentou que a medida da desvalorização econômica do trabalho doméstico também é resultado da feminização do trabalho devido a predominância de mulheres neste setor. Pei-Chia (2003), por exemplo, argumentou que a subvalorização e a baixa remuneração do trabalho doméstico têm suas raízes em crenças e preconceitos de gênero socialmente construídos, que vêem as mulheres como doadoras automáticas de carinho e amor, que são valores morais e não essencialmente econômicos. “O trabalho doméstico, remunerado ou não, está ligado a uma troca entre valores emocionais” (Pei-Chia, 2003, p. 189). Segundo ela, há a necessidade de conduzir análises sobre o trabalho doméstico não remunerado e remunerado, já que estes constituem continuidades estruturais que caracterizam a feminização do trabalho doméstico tanto na esfera pública quanto na privada (Pei-Chia, 2003, p. 189). Pei-Chia (2003) observou que habilidades e funções de cuidados são desvalorizadas devido ao preconceito de gênero, mas também devido à crença social de que amor e carinho são diminuídos pela comoditização, e seu valor monetário é subestimado.

Uma vez que as mulheres são consideradas tradicionalmente proficientes na realização de tal trabalho, o trabalho doméstico remunerado é geralmente considerado inato e não qualificado, ensinado nas casas por outras mulheres – é classificado como “emprego de mulher”. Esta associação feita entre “emprego de mulher” e desvalorização do salário pode ser também uma razão para o desprezo pelo trabalho que envolve habilidades ou responsabilidades associadas a mulheres, mesmo que a pessoa que o esteja realizando não seja uma mulher (England *et al.* 1999, p. 43).

A preocupação acima tem sido um fator contribuinte que caracteriza uma ocupação crescente importante realizada principalmente por mulheres em ambientes domésticos perante suas circunstâncias sócio-econômicas. Isto constitui uma verdadeira negligência e exclusão desta mão-de-obra que exerce tanto tempo e trabalho na promoção do desenvolvimento econômico e social. Pior ainda, é muito lamentável o fato de que alguns economistas não apenas desviam sua atenção do sofrimento econômico dos empregados domésticos, mas vão além ao expressar sua crença e justificar os baixos salários, levando-se em conta o quanto os economistas valorizam o tempo bem como o valor econômico que

tem o trabalho doméstico ao contribuir ao PIB de um país.

A ideologia neoclássica de auto-regulamentação de preço e mercado está aumentando a vulnerabilidade desta categoria de trabalho baseada em gênero. Já que muitas pessoas nesta categoria de mão-de-obra têm restrição ao acesso a empregos em outros setores do mercado de trabalho, combinado com a falta de contrato, e onde há contatos e legislação, falta de cumprimento, elas mal podem negociar seus salários. Elas devem ser flexíveis, caso contrário as trabalhadoras que desafiam as condições injustas são demitidas; devemos manter em mente que outras podem ser recrutadas imediatamente. A maioria das trabalhadoras domésticas está, portanto, sujeita a trabalhar em condições de que não gostam, mas não tem escolha. Elas realmente sofrem, e na maioria dos casos, em silêncio, por falta de voz e por sua exclusão explícita e implícita. Phelps (2003) elaborou o seguinte:

“A marginalização dos menos favorecidos opera através da escassez de empregos para eles e através de salários que estão tão longe daqueles oferecidos na força de trabalho convencional que seu ânimo fica debilitado ou quebrado” (Phelps, 2003, p. 2).

Baixos ganhos significam má qualidade de vida porque “renda ou ‘renda equivalente’ é tido como um substituto para o bem-estar” (Ferrer-i-Carbonell *et al.*, 2003, p. 1). Este tipo de força de mercado demonstra maior imperfeição devido a seus traços de relação de poder – “criada e madame”, senhor e menino, rico e pobre, baseado em desigualdade sócio-econômica.

Isto, de fato, confirma uma observação que Blofield (2009) fez a respeito da relutância da maioria das elites quanto a melhorar as circunstâncias sócio-econômicas da mão-de-obra doméstica, porque a maior parte delas se beneficia deste trabalho mal pago, e às vezes eles mesmos perpetuam abusos contra os trabalhadores domésticos. Além disso, aqueles – a classe média e alta – cujos interesses eles representam não estão prontos para a redistribuição de riquezas, status e direitos. Blofield escreveu:

“Legal e economicamente, os interesses dos trabalhadores domésticos são opostos aos interesses de seus empregadores, que pertencem às classes média e alta... Quanto mais alto seus salários, mais o empregador tem que pagá-los. Como o estado media esta relação de poder – em termos tanto de leis quanto de aplicação destas leis – é um indicador de como o estado equilibra os interesses dos ricos e dos pobres” (Blofield, 2009).

O desrespeito pelo tempo dos trabalhadores domésticos, entretanto, está sujeito a mudar se os

legisladores mostrarem a disposição política necessária. Há a necessidade de políticas sociais e econômicas direcionadas a resolver problemas de uso de tempo de modo que vise um resultado objetivo em nome de grupos vulneráveis, e trabalhadoras domésticas em particular. Levar o tempo em consideração deve garantir uma base que vai permitir a integração de “fenômenos diversos de produção e consumo” no quadro geral que explica os processos de mudanças estruturais sociais e econômicas (Gershuny *et al.*, 2004).

1.4 Mulheres e trabalho doméstico remunerado

Recentemente, uma sucessão de fatores “push and pull” fazem mulheres recorrer ao trabalho doméstico tanto dentro quanto fora de seus países. A dependência nos trabalhadores domésticos está crescendo “em todo lugar ao redor do mundo como uma estratégia privada para conter as tensões entre trabalho e família” (OIT, 2010). Esta se tornou necessária em um mundo onde os horários de trabalho estão mudando com a intensificação da carga de trabalho. Ao mesmo tempo, muitas mulheres estão entrando no mercado de trabalho, reduzindo seu acesso ao trabalho de casa não remunerado, que tradicional e primariamente tem sido o fardo de mulheres e não de homens (D’Sousa, 2010; OIT, 2010). Em face dessas preocupações, continuam diminuindo as intervenções estatais que permitem às famílias reconciliar preocupações domésticas com aquelas do ambiente de trabalho (OIT, 2010), aumentando a demanda por um atalho ou uma solução – os trabalhadores domésticos.

Dado que as circunstâncias estão criando a necessidade de trabalhadores domésticos em toda parte, outras circunstâncias estão tornando a necessidade de envolver-se com trabalho doméstico inevitável para outros. O aumento da pobreza rural em muitos países, somado às demissões causadas por programas de ajuste estrutural, setor agrícola deplorável e crises econômicas contribuíram para piorar as desvantagens econômicas e sociais da mulher (MEIGO, 2008). Estes influenciaram a entrada de mais mulheres e garotas no trabalho doméstico para seu sustento econômico (MEIGO, 2008). No contexto de globalização e políticas neoliberais, o mesmo capitalismo que inibe a industrialização das colônias vem condenando-as à pobreza e ao subdesenvolvimento (Reinert, 2007). Estes são os principais aspectos de crises econômicas que atingem mulheres e garotas especialmente:

“... A desindustrialização pode levar ao oposto de desenvolvimento, degeneração e primitivização econômica... o que faz com que os setores econômicos de comércio mais avançados no país de comércio menos avançado sejam as primeiras baixas do livre comércio imediato. À medida que os ciclos viciosos baseados em rendimentos decrescentes são invertidos, a periferia do mundo

experimenta uma sequência de desindustrialização, “desagriculturação”, ... mecanismos que podem ser observados hoje...” (Reinert, 2007).

As mulheres, de modo geral, têm estado às margens das atividades econômicas; especialmente aquelas no mundo em desenvolvimento, mas a marginalização da maioria delas se intensificou recentemente devido a tendências de políticas econômicas globais. A necessidade extensiva de acúmulo de capital condicionou a participação econômica das mulheres na periferia do sistema capitalista mundial. Enquanto o capitalismo se expande, produzindo o processo de subdesenvolvimento na periferia, a participação econômica que diz respeito às mulheres no terceiro mundo varia consideravelmente, comparada com a participação econômica de mulheres no centro da ordem do mundo capitalista (Carmen, 1979, p. 133). De fato, a maioria das mulheres em muitas partes do mundo está carregando o peso dos efeitos negativos da recente globalização e das políticas econômicas neoliberais. Já que a maioria das indústrias do “Terceiro Mundo” gradualmente se torna incapacitada por não estar em pé de igualdade com grandes indústrias na competição do livre comércio, elas acabam fechando. Níveis de pobreza e frustrações estão aumentando na maioria dos países em desenvolvimento. Enquanto os empregos formais continuam diminuindo na maioria dos países em desenvolvimento, mulheres e garotas são as pessoas que mais sofrem.

Ao passo que “rendimentos crescentes” (Reinert, 2007) tem geralmente aumentado a participação das mulheres na mão-de-obra remunerada no centro das economias capitalistas, na periferia ou nas economias marginalizadas, a história é diferente – o capitalismo aumentou a participação econômica das mulheres em modos de produção não-capitalistas (Carmem, 1979, p. 133), na categoria de rendimentos regressivos ou decrescentes (Reinert, 2007).

A perpetuada discriminação por gênero que tem levado muitas mulheres e garotas às margens sociais devido a ciclos viciosos crescentes de pobreza aliados a baixos níveis de educação formal e às vezes ao analfabetismo, deixam-nas com pouca ou nenhuma opção para outras oportunidade de emprego. A maioria das mulheres e garotas que entram em serviços domésticos vem de casas pobres. Muitas mulheres, em relação a seus concorrentes masculinos, têm restrições devido às suas limitadas “habilidades comercializáveis” (MEIGO, 2008), portanto, uma das fontes de emprego prontamente disponíveis é o trabalho doméstico remunerado. Além disso, como já foi mencionado, tradicionalmente as mulheres tiveram que se engajar no trabalho de casa como um papel social, por isso possuem competência nas habilidades de cuidados da casa e cuidados com as pessoas:

“Limpar, e cozinhar, e cuidar de crianças e idosos é quase universalmente considerado como

tarefas da mulher, o que significa que homens raramente competem com as mulheres neste mercado de trabalho. Trabalho doméstico é, portanto, um dos poucos empregos abertos a mulheres pobres” (MEIGO, 2008).

Esta posição aparentemente favorável em oposição em relação às suas habilidades adquiridas através de trabalho árduo ligado aos seus papéis tradicionais, normalmente como ajudantes domésticas, não é isenta de desafios. Nesta era de democratização e conscientização crescente dos direitos humanos, situada no contexto de ordem neoliberal, as trabalhadoras domésticas continuam a suportar o peso de uma dicotomia que aumenta sua vulnerabilidade. Para iluminar mais a questão, Blofield (2009) insiste que o contexto democrático político e o contexto econômico neoliberal reduziram a força dos sindicatos, permitindo outras formas de grupos marginalizados, criando tanto oportunidades quanto restrições para os trabalhadores domésticos enquanto grupo.

Já que as mulheres dominam a mão-de-obra doméstica, a qual também é ao mesmo tempo caracterizada por minorias raciais e étnicas, é geralmente alta a intensidade de sua exclusão em relação às nossas sociedades em geral, e são lentas as medidas para resolver suas principais preocupações. Phelps (2003) também enfatizou que a não-inclusão decorrente de preconceitos raciais, étnicos ou sexuais é clássica e antiga (Phelps, 2003, p. 2). Mesmo onde há leis protegendo estes que foram excluídos, elas são raramente cumpridas ou monitoradas. Um exemplo típico é a maneira desinteressada com que policiais no Líbano cuidam de casos em que trabalhadoras domésticas sobrevivem ao suicídio ou escapam no Líbano:

“... nos casos em que a trabalhadora doméstica sobrevive a uma queda, a polícia com frequência a entrevista sem a presença de um tradutor e geralmente ignora os motivos que a levaram a fugir” (Human Rights Watch, 2008).

Segundo a OIT (2007), a globalização e a crescente interdependência econômica tiveram um efeito profundo no mundo do trabalho com uma distribuição um tanto desigual de seus potenciais benefícios. Uma categoria de trabalhadores que está promovendo ativamente a interdependência econômica é a da mão-de-obra doméstica remunerada nos tempos contemporâneos, embora esteja nos bastidores.

O trabalho doméstico remunerado, de fato, tem sido privado de reconhecimento adequado de seu valor e contribuição sócio-econômica há muitos anos, embora tais tendências não devam continuar frente ao contexto contemporâneo de nosso desenvolvimento sócio-econômico, uma vez que mais mulheres entram nesta força de trabalho dentro e fora dos países, com contribuições significantes que requerem absoluto

reconhecimento. A sempre crescente importância de serviços domésticos remunerados deve ser extremamente enfatizada, porque, embora invisíveis, constituem um dos principais pilares do bom funcionamento da economia fora dos lares. A OIT (2010) destacou o fato que:

O trabalho de cuidados no lar... é simplesmente indispensável para que a economia fora do lar funcione. A crescente participação de mulheres na mão-de-obra muda a organização e a intensificação do trabalho... a falta de políticas que reconciliem a vida familiar e o trabalho, a queda no fornecimento estatal de serviços de cuidados, a feminização da migração internacional e o envelhecimento das sociedades tem aumentado a demanda por trabalho de cuidados nos últimos anos” (OIT, 2010, p. 4).

Muitos casos provam a resposta construtiva que a força de trabalho deste estudo tem a oferecer para as exigências sócio-econômicas crescentes das nossas sociedades hoje em dia. O trabalho doméstico remunerado está, de fato, representando uma grande ponte que harmoniza a participação crescente das mulheres na economia de mercado fora dos lares. Analisando as preocupações com os cuidados com as crianças, por exemplo, Lareau *et al.* (2008) insiste no fato de que um dos principais conflitos gerados pela organização de atividades infantis geravam era devido à sua inevitável interseção com os horários de trabalho dos pais, especialmente das mães (Lareau *et al.*, 2008, p. 430). Neste sentido, um trabalhador doméstico remunerado recrutado pela família para manter a casa e cuidar das crianças serve como uma ajuda a mães que teriam tido problemas para gerenciar as atividades organizadas das crianças de maneira eficaz. Os pais, especialmente as mulheres, que têm um papel reprodutivo, também têm um papel produtivo que promove crescimento e desenvolvimento sócio-econômicos. Como uma mulher habilidosa poderia combinar trabalho doméstico e cuidado com as crianças com seu emprego e ser eficiente e produtiva ao mesmo tempo? Em resposta a esta questão, citaremos Cowling no seguinte:

“Para o indivíduo pode significar um aumento no estresse, e efeitos potencialmente prejudiciais na saúde psicológica e física. Os efeitos sociais podem incluir um aumento nas tensões familiares... e nas relações matrimoniais... Para a economia, pode levar à má produtividade no trabalho tanto em termos de aumento de absentismo quando em diminuição de produtividade marginal de trabalho...” (Cowling, 2007, p. 3).

Uma pessoa economicamente ativa que tem o gosto inato pelo trabalho pode decidir ir trabalhar, mas sob as condições adversas como as listadas acima, a tendência a ficar estressado ou distraído é inevitável. Isto pode levar a baixa produtividade bem como outras situações complexas que afetam o bem-estar do empregado, incluindo perigos para a segurança ocupacional e a saúde. Por outro lado, as mulheres que

gostam de participar da criação dos filhos optariam por não trabalhar para que possam gerenciar as atividades de seus filhos de maneira mais organizada, de modo a fugir da sensação de se sentirem “divididas entre obrigações concorrentes” (Lareau *et al.*, 2008, p. 435). Neste caso, tanto a economia quanto a família teriam de abrir mão das contribuições econômicas de tais mulheres. Esta perda pode ser enorme porque o estado teria investido muito no treinamento de tais mulheres, que poderiam fazer uma diferença na economia com seus talentos. Além disso, o companheiro teria que trabalhar sozinho para manter a família. Segundo o Banco Mundial (2003), algumas mulheres são forçadas a deixar a força de trabalho quando se casam e começam a criar os filhos.

São necessárias políticas confiáveis para unir a família e a vida de trabalho em todas as comunidades. Definitivamente, entretanto, na ausência de políticas confiáveis que harmonizem família e trabalho no contexto sócio-econômico de hoje, uma pessoa que quer continuar com sua vida econômica pode decidir não ter filhos para evitar o fardo do conflito entre casa e trabalho. Além disso, como existe pouca população economicamente ativa em tais países, as intervenções econômicas e sociais garantidas pelas trabalhadoras domésticas através de seus cuidados tornam possíveis que outras pessoas se concentrem em atividades econômicas, enquanto transferem seu papel social inevitável de cuidados com os idosos, os doentes ou deficientes para a trabalhadora doméstica.

Em outro exemplo, onde há mães solteiras ou lares chefiados por mulheres, o engajamento nas atividades econômicas fora do lar com suas habilidades adquiridas pode criar riqueza econômica e social. A mãe solteira, ao ter que lidar com a criação do filho sozinha, por exemplo, pode evitar que a criança seja um peso social, além de contribuir para a economia quando contrata uma trabalhadora doméstica remunerada que possibilita que ela - a mãe solteira - trabalhe por dinheiro. Olaf (2005) comentou sobre a taxa alarmante de feminização da pobreza devido à já identificada super-representação das famílias lideradas por mulheres, que carregam o peso da pobreza crescente. Esta tendência de pobreza pode ser minimizada quando elas são capazes de trabalhar dentro das suas profissões adquiridas, sabendo que têm o apoio de outras mulheres em suas casas enquanto trabalham.

As circunstâncias acima citadas, entre outras, refletem os papéis importantes porém geralmente ocultos que as trabalhadoras domésticas desempenham perante circunstâncias inevitáveis, tanto nas esferas econômicas quanto nas sociais das nossas economias em processo de globalização. Isto significa que o reconhecimento, a remuneração adequada e o respeito pelo trabalho doméstico não só beneficiará a mão-de-obra doméstica através da melhoria da sua qualidade de vida, mas também sustentará nossas economias e sociedades. É

preciso dar um reconhecimento especial à mão-de-obra doméstica e ao mercado em si, e compreender que eles compõem um recurso social “sobre o qual as pessoas dependem quando buscam estratégias de sustento, exigindo coordenação e ação coletiva” (Olaf *et al.* 2005, p.1784)

Os desafios com que as famílias, e as mulheres em especial, se confrontam em sua busca por definir a si mesmas enquanto se engajam em atividades econômicas no mercado de trabalho exigem estratégias coletivas, caso se espere que os fundamentos possam ser sustentáveis. Olaf *et al.* (2005) destacou o fato de que a eficiência ou o potencial para atividade auto-definidora e auto-sustentada é principalmente operacionalizada em termos dos crescentes valores e atitudes de apoio com relação à ação coletiva auto-organizadora. Segundo ele, as diferenças de gênero no capital social que fortalecem as relações internas dos grupos podem fazer com que esperemos uma maturidade do grupo, de modo a estar positivamente relacionada à proporção de mulheres em um grupo.

O trabalho doméstico remunerado, além de ser uma oportunidade para as mulheres trabalharem, pode realmente ser considerado um facilitador do bom funcionamento de economias onde a participação crescente de mulheres se tornou necessário, e vem causando um impacto considerável no desenvolvimento e crescimento econômicos. Portanto, mulheres em outras categorias da divisão social de trabalho podem se definir mais livre e sustentavelmente se o trabalho doméstico for valorizado. A OIT enfatiza que:

“Pagar para que as trabalhadoras domésticas realizem serviços de casa, cuidem de crianças e idosos é uma solução da ‘nova economia’ que famílias profissionais de classe média de dupla renda tendem a adotar em muitos países de mercado em industrialização, para poder equilibrar trabalho e vida doméstica,... promovendo proteção social e igualdade de sexos no trabalho” (OIT, 2010).

As trabalhadoras domésticas não só reconciliam casa e trabalho em muitos países avançados, mas também em países em desenvolvimento onde na maioria dos casos, não importa quão modesta seja uma casa, se recruta pelo menos um trabalhador doméstico (OIT, 2010).

1.5 Trabalho doméstico e migração

Nos últimos 30 anos, de acordo com a OIT (2010), muitos lugares no mundo estão observando um predomínio crescente de trabalhadores migrantes no domínio do trabalho doméstico, o que é chamado de “uma das mais notáveis mudanças no trabalho doméstico”. Mulheres migrantes constituem a maioria dos trabalhadores domésticos hoje em várias regiões particularmente na Europa, países do Golfo e Oriente

Médio (OIT, 2010, p.6).

Como já foi mencionado, muitos fatores levam as mulheres à migração, como os círculos viciosos de pobreza. O contexto contemporâneo de políticas econômicas neoliberais em muitos países em desenvolvimento constitui um dos principais fatores que levam muitas pessoas, especialmente mulheres – as mais atingidas – a migrar para servir de paliativo para suas famílias pobres e para si mesmas. Reinert esclareceu este evento histórico devastador:

“A migração para as áreas do mundo dominadas por atividades de rendimentos crescentes aparece como a única opção de sobrevivência” (Reinert, 2007, p. 166).

Algumas dessas mulheres que pertencem a famílias pobres, entretanto, migram porque querem evitar um casamento difícil ou imposto ou em nome de maior autonomia pessoal. Na maioria das circunstâncias, as trabalhadoras domésticas remuneradas são forçadas a deixar seus próprios filhos por longos períodos, às vezes aos cuidados de outros membros da família (OIT, 2010, p. 10).

Mesmo enquanto as condições levam estas mulheres a procurar refúgio social e econômico, elas se deparam com a demanda crescente por trabalho doméstico nos países desenvolvidos, o que pode ser atribuído a políticas de cuidado inadequadas nos países industrializados, constituindo uma das principais razões para a migração em massa de mulheres do hemisfério sul para os países desenvolvidos nos últimos anos (OIT, 2010).

Muitas trabalhadoras domésticas em países em desenvolvimento começam o trabalho doméstico na infância (Ávila *et al.*, 2008), razão pela qual muitas delas não recebem educação formal. Muitas das trabalhadoras domésticas não tiveram educação formal. Nem todas as mulheres que migram dos países em desenvolvimento para os países avançados para se envolver em trabalho doméstico, entretanto, são isentas de outras habilidades profissionais. Muitas delas têm profissões tradicionalmente reconhecidas em seus países, mas aceitam trabalhar em terras estrangeiras como trabalhadoras domésticas “por causa de forças econômicas maiores que elas mesmas” (OIT, 2000; 2010). Muitas trabalhadoras domésticas migram de áreas rurais ou áreas desfavorecidas economicamente dentro de seus próprios países para as áreas urbanas bem como para países vizinhos mais ricos – portanto dentro da mesma região.

Geralmente, apesar da renda baixa, as trabalhadoras domésticas migrantes conseguem mandar apoio financeiro para suas famílias em casa (OIT, 2000). Principalmente para as mulheres, às vezes mães solteiras, a única opção de cuidar de seus próprios filhos é deixá-los aos cuidados de membros da família

enquanto elas se encarregar dos cuidados de outras crianças no exterior. Por exemplo, Anderson (2000) destacou que no Reino Unido, na mesma hora que uma mulher na Grã-Bretanha está sendo liberada dos serviços domésticos por uma trabalhadora doméstica migrante, a irmã, amiga ou mãe da migrante está adicionando as tarefas de casa e cuidado dos filhos da migrante aos seus próprios encargos. Anderson (2000) insistiu que os verdadeiros custos de migração são frequentemente escondidos, e que é discutível se estes não pesam mais que os benefícios.

Tal fato destaca possíveis riscos que filhos de tais mulheres migrantes são por vezes expostos, em função de quão comprometidos são seus guardiões. Eles podem, por exemplo, estar sujeitos a abusos, trabalho infantil, ou sofrer negligência de necessidades básicas.

1.6 Proteção Social e Trabalhadores Domésticos

A proteção social, de acordo com a OIT (2010, p. 56), inclui uma grande variedade de mecanismos de proteção e seguros coletivos dos quais os trabalhadores domésticos foram excluídos na maioria dos casos. A OIT (2007) afirmou categoricamente que cerca de 80% da população trabalhadora do mundo não estão adequadamente cobertos pela proteção social, mas deve ser enfatizado que entre os socialmente menos protegidos, as circunstâncias que os trabalhadores domésticos enfrentam são normalmente alarmantes. A Conferência Internacional de Trabalho adotou uma resolução em 2001 que redefinia a segurança social como um direito humano básico e um meio de promover coesão social, dignidade humana e justiça social (OIT, 2007, p. 58).

Ameaças e assédio, segundo Sayer (2007), representam as mais severas instâncias de falta de dignidade no trabalho. A maioria das trabalhadoras sofre algumas das piores formas de abusos no ambiente de trabalho que as afeta física, emocional e psicologicamente. A OIT (2010) tem de fato enfatizado especialmente sua vulnerabilidade ao abuso:

“É frequentemente relatado o abuso verbal tal como gritar, insultar a nacionalidade ou raça do empregado e usar linguagem inapropriada. Também foi identificado o abuso físico de vários tipos... realizado com impunidade na frente de terceiros... para humilhar trabalhadores ou exercer submissão. Assédio e abuso sexual também parecem ser prevalentes...” (OIT, 2010, p. 8).

Estas práticas abusivas lamentáveis deferidas contra trabalhadoras domésticas têm consequências fatais. Tais atos levaram inclusive a surtos desenfreados de suicídio e morte como resultado de tentativas de fuga.

Um exemplo da situação no Líbano, relatado pela Human Rights Watch (2008):

“Trabalhadoras domésticas estão morrendo no Líbano na taxa de uma por semana... aprisionamento forçado, excessivas exigências de trabalho, abuso por parte dos empregadores e pressões financeiras são fatores levando as mulheres a se matar ou arriscar suas vidas (...) ao tentar escapar de prédios altos” (Human Rights Watch, 2008).

Uma razão pela qual tantas trabalhadoras domésticas são confrontadas com constantes abusos e tratamento deplorável é que algumas delas moram com seus empregadores em suas casas. O fato do lugar de trabalho e residência ser o mesmo constitui um dos principais desafios para a autonomia e mobilidade pessoal do empregado. Elas não são na maioria das vezes membros de sindicatos e são “sem voz”. Seus planos e decisões sobre suas vidas e futuro estão, portanto, em risco (OIT, 2010). Elas querem trabalhar para ganhar um sustento, um grau de vida decente que é o desejo de toda pessoa, mas às vezes, nos bastidores, elas são obrigadas a trabalhar sem limite de tempo, e na maioria dos casos, como já foi mencionado, são privadas de desfrutar de qualquer período de prazer, e também de planos e sobrevivência futuros.

Em uma perspectiva mais ampla, a proteção social adota medidas que “melhoram capacidades sociais, certificam a existência de segurança econômica, e permitem que as seções mais vulneráveis da população possam sobreviver” (OIT, 2007, p. 58). Esta afirmação, no caso das trabalhadoras domésticas, pede mais atenção e ação. Alguns países têm políticas instauradas que dão cobertura de previdência social às trabalhadoras domésticas. A OIT (2010) indicou, por exemplo, que 23% das trabalhadoras domésticas contribuíam para o programa de previdência social em 2003 na América Latina, entretanto, muitas não estão cobertas pela previdência social, o que as põe em risco na velhice.

Muitos exemplos provam o fato de que as trabalhadoras domésticas estão expostas a insegurança e risco no local de trabalho. Esta dificuldade é elevada principalmente pelo fato de que o local de trabalho é nas casas. Segundo a OIT (2010), elas não estão cobertas por legislações de segurança no trabalho e saúde, negligenciando os riscos sérios que são associados a fadiga de longas horas de trabalho, que envolve curvar-se repetidamente, levantar substâncias pesadas, calor extremo, uso de produtos de limpeza tóxicos, para mencionar alguns. Há uma percepção errônea de que, no final das contas, as atividades domésticas são seguras e normais. A OIT (2010) também destaca a questão de acesso limitado dos trabalhadores domésticos a medidas e proteção adequadas direcionadas à segurança e saúde de gravidezes e partos, “uma renda substitutiva quando elas estão de licença maternidade e o

direito de voltar para seus empregos” (OIT, 2010). Em muitos casos, além disso, políticas de efeitos cumulativos permitem que os empregadores de trabalhadoras domésticas paguem os menores salários, em muitos casos, abaixo do salário mínimo. Isto, em efeito, cria uma classe de trabalhadores economicamente marginalizados e perpetua o ciclo vicioso de gerações de famílias desfavorecidas e presas à pobreza.

1.7 Trabalhadores domésticos e sindicatos

Os sindicatos têm papéis importantes com relação a melhores condições de trabalho bem como a pressão por melhorias nos padrões sócio-econômicos. Standford (2008, p. 109) enfatizou que os trabalhadores poderiam obter ganhos sempre que combinam forças para tirar vantagem do poder de barganha, e, portanto, para negociar coletivamente melhores salários e condições de trabalho. Infelizmente, apesar dos grandes desafios que os trabalhadores domésticos remunerados enfrentam e de sua alta vulnerabilidade, eles em sua maioria não estão cobertos por atividades sindicais. Eles geralmente não são organizados, não são sindicalizados e, portanto, não possuem “voz” que permita que eles negociem coletivamente melhores remunerações e condições de trabalho.

Os problemas impedindo os trabalhadores domésticos de pertencer a sindicatos advêm do fato de que eles trabalham dentro de ambientes domésticos – uma mão-de-obra com empregadores diferentes, isolados e geralmente sem semelhantes nos seus locais de trabalho. A OIT (2010) destacou a dificuldade que esta situação representa para trabalhadores domésticos migrantes em particular, já que sua isolamento é geralmente somada à dificuldade em dominar idiomas nacionais ou locais bem como a ausência de membros da família ou de uma rede ou interações de apoio.

Além disso, sindicatos que deveriam organizar trabalhadores domésticos têm um grande desafio em mãos. Como a casa do empregador é o local de trabalho do trabalhador doméstico, isto representa um desafio para sindicatos cujos métodos e estratégias tradicionais de organização, frente às situações específicas desta mão-de-obra, se mostram inadequadas devido às circunstâncias peculiares desta força de trabalho. Pior ainda, baixas remunerações e as “exigências domésticas imprevisíveis” normalmente perpetuadas representam desafios para a mobilização e organização dos trabalhadores domésticos por melhores condições. Tais impedimentos são somados à inexistência de leis nacionais que permitam à mão-de-obra doméstica envolver-se em acordo coletivo: “para o fim de sindicalização, o empregado

não pode ser considerado um ‘empreendimento’, já que trabalho doméstico é não-comercial e não-produtivo” (OIT, 2010). Em situações onde o trabalhador doméstico está ciente dos benefícios de sindicatos e está disposto a se sindicalizar, todos estes impedimentos, que também servem como um reforço de que “a percepção de que trabalho doméstico não constitui trabalho ‘de verdade’ ” (OIT, 2010), contribuem para a falta de reconhecimento e desprezo pelo trabalho doméstico remunerado.

Conclusão

A importância do trabalho doméstico está recebendo mais atenção porque recentemente, diferentemente dos tempos antigos, quando os trabalhadores domésticos eram contratados principalmente por famílias de classe alta pelo prestígio (Lutz, 2002), o trabalho doméstico remunerado hoje é crítico para sustentar atividades econômicas fora os lares e está servindo como um impulso para as sociedades. Apesar da contribuição vital para as atividades humanas desde os dias antigos, o trabalho doméstico tem sido caracterizado por suas raízes na escravidão, racismo, etnia, servidão, gênero e negligência do seu valor. Não obstante suas origens, está se tornando cada vez mais uma atividade econômica remunerada que precisa ser tratada com decência e dignidade. Diferentemente de seus muitos concorrentes no mundo do emprego, que às vezes começam no lar e vão para os lugares abertos ou um local de trabalho mais oficial com o tempo, esta forma de trabalho está fazendo sua contribuição econômica e social atrás do público, ainda dentro das casas.

O pano de fundo do trabalho doméstico, que está ligado à classe de inferioridade, discriminação e puro descaso pelo valor da contribuição que ele faz, não afeta somente nosso conceito de economia em relação ao uso do tempo, valor do trabalho e produtividade, mas também perpetua marginalização e exclusão social. As pessoas estão recorrendo ao trabalho doméstico remunerado para seu sustento devido a muitos fatores incluindo pobreza rural, setor agrícola em deterioração e crises econômicas (MEIGO, 2008), mas na maior parte do tempo, sob condições de trabalho que servem como sérios reveses bem como nos privam do bem-estar econômico e social, embora os empregados em si e o trabalho que eles realizam promovam bem-estar sócio-econômico.

As atividades econômicas domésticas só podem ser devidamente estimadas se preconceitos baseados em discriminação tradicional e divisão social de trabalho em relação ao gênero e outras forças de subjetividade ligadas ao campo forem tratadas como uma coisa do passado, e se houver maior concentração em análises econômicas críticas e objetivas do trabalho doméstico remunerado no contexto das nossas tendências sociais e econômicas constantemente mutáveis. A campanha da OIT por trabalho digno para todos, assim

como sua declaração sobre justiça social para uma globalização justa (OIT, 2010a), não exclui os trabalhadores domésticos, daí a necessidade de reconhecimento da contribuição econômica da mão-de-obra doméstica e sua inclusão na busca pelo trabalho digno.

CAPÍTULO DOIS

TENDÊNCIAS E CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NA NOVA ECONOMIA

“... A expansão do capitalismo na periferia tem frequentemente intensificado a participação econômica nos modos não-capitalistas de produção. Isto não é o mesmo que dizer que a participação da força de trabalho feminina não é importante na periferia.” (Carmem, Diana Deena, 1979)

Introdução

No que diz respeito a mercados de trabalho e outras tendências sociais, é um fato inegável que durante as últimas três décadas o mundo inteiro assistiu a grandes mudanças e desenvolvimentos nos mercados de trabalho, especialmente na participação das mulheres no mercado do trabalho (Mosley *et al.*, 2002).

Os mercados de trabalho de hoje continuam a gerar empregos de tempo integral e bem-estar a muitas pessoas, mas eles também estão gerando muito desemprego, insegurança no emprego, baixos salários e aumento de pobreza, além de exclusão social a longo prazo (Safarti *et al.*, 2002). Desenvolvimentos sociais e econômicos em relação à globalização econômica, o envelhecimento da população, mudanças na estrutura familiar, a migração crescente das mulheres e o aumento da participação das mulheres em empregos produtivos fora dos lares são traços importantes das mudanças contemporâneas. A predominância de trabalhos estáveis de tempo integral dominados por homens que caracterizaram os mercados de trabalho altamente estruturados agora parece ser uma coisa do passado (Safarti *et al.*, 2002, p. 1) à medida em que mais e mais mulheres entram nos mercados de trabalho. São de extrema importância os impactos de tais mudanças no trabalho digno, proteção social, direitos trabalhistas e natureza dos empregos, em face às políticas emergentes, incluindo flexibilização e diminuição das provisões estatais em relação à participação econômica das mulheres nos mercados de trabalho.

Ainda persistem as mudanças que têm feito com que muitas mulheres deixem seus papéis relacionados ao gênero, que fazem com que elas se envolvam em atividades domésticas não remuneradas e partam para atividades econômicas pagas fora de casa. O discurso público, em muitas situações, entretanto, não tem abordado as questões relacionadas à harmonização das atividades domésticas não remuneradas, o que é tido como uma questão particular na maioria dos países, e o trabalho remunerado fora de casa. Isto está criando uma situação difícil para mulheres que eram tradicionalmente responsáveis por atividades de manutenção da casa em muitos casos. Elas suportam o peso de combinar responsabilidades domésticas com aquelas do ambiente de trabalho. Em face destes desafios estão os termos globais de trabalho em um ambiente de mercado profissional competitivo que normalmente não

tem considerações por preocupações domésticas – a ordem ou tendência do “trabalho primeiro” nos mercados de trabalho. Por esta razão, a desigualdade relativa parece crescer entre mulheres e homens da mesma posição de classe, perpetuando formas novas e mais complexas de divisão de classe e gênero (McDowell, 2001). Estas dinâmicas na esfera sócio-econômica tornaram importante o papel do trabalho doméstico remunerado tanto em países avançados quanto nos em desenvolvimento. Apesar da maioria dos empregadores trabalharem fora de suas casas, há a possibilidade de que nem todos os empregadores de trabalhadores domésticos estejam trabalhando. Isto, entretanto, não muda o fato de que o trabalho doméstico funciona para manter o “estilo de vida de outra maneira insustentável” (Anderson, 2000).

O trabalho doméstico é caracterizado pelas semelhanças e diversidades em face às dinâmicas econômicas e sociais recentes. Aqueles empregados em países desenvolvidos passam por tratamento e experiências semelhantes às daqueles empregados em países em desenvolvimento em algumas áreas, mas também há diferenças e especificidades que caracterizam as regiões diversas como a questão de raça e do status do migrante.

O foco deste capítulo será especificamente analisar as condições de trabalho recentes no que se refere à participação das mulheres. Também será mostrar como o trabalho doméstico remunerado se tornou vital para sustentar a participação econômica no mercado de trabalho de hoje, especialmente aquela das mulheres devido ao inimaginável peso de ter que carregar ambas as produções privadas e públicas. O capítulo também mencionará as características comuns que definem o trabalho doméstico em países avançados e em desenvolvimento, assim como suas condições de trabalho. A metodologia será baseada na revisão da literatura de Mosley *et al.* (2002).

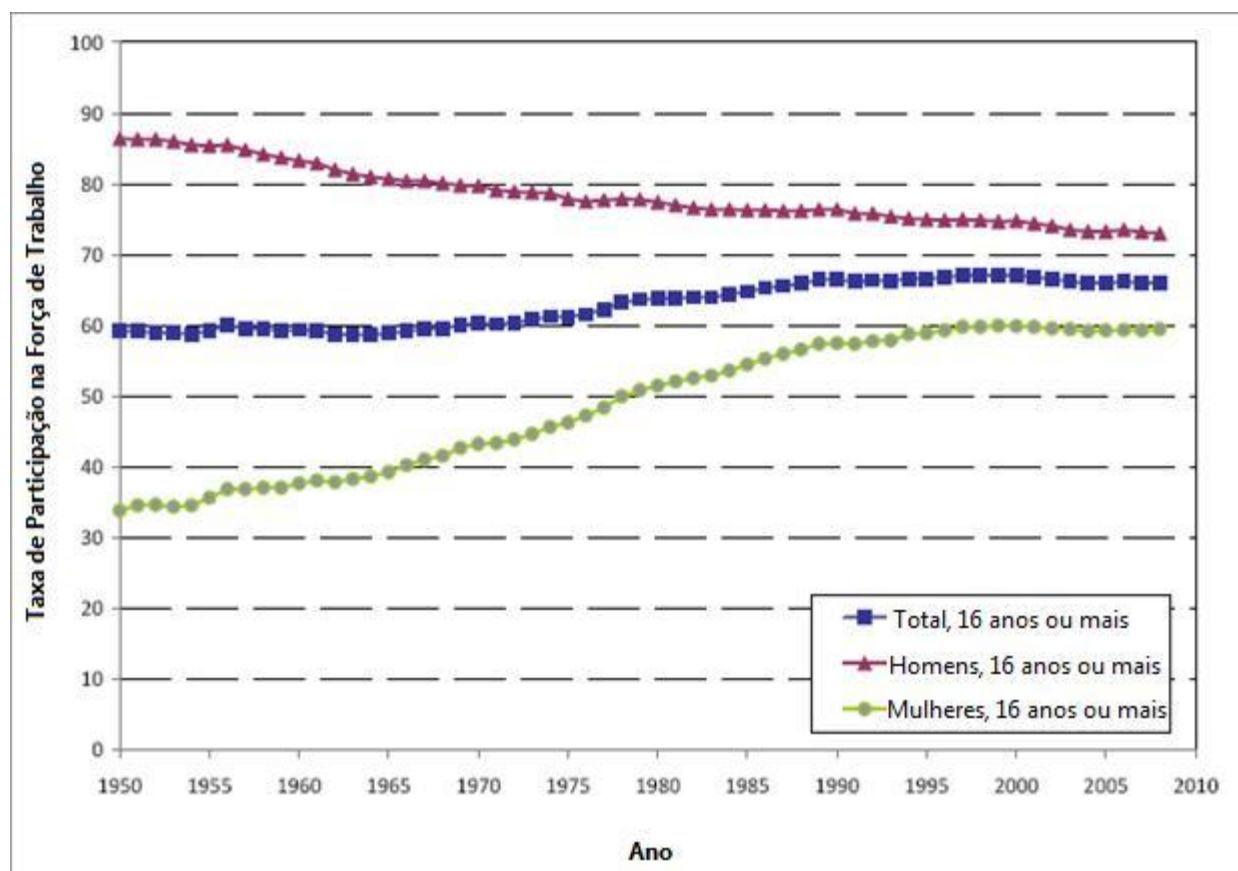
2.1 A “Nova Economia” e a Participação Econômica das Mulheres

Durantes as três primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial, o mundo observou mercados de trabalho predominantes altamente estruturados com “empregos de período integral, estáveis e (totalmente) masculinos” (Safari *et al.*, 2002, p. 1). O homem costumava ser visto como o “provedor” e a mulher, dona de casa (Mosley *et al.*, 2002). As mulheres, excluídas da arena econômica pública e vistas como donas de casa, eram responsáveis por cuidar da casa e garantir cuidados, como mães para seus filhos e esposas para seus maridos, além de produtoras de conforto no ambiente doméstico. Isto permitia e facilitava o desempenho adequado dos homens em público e no mercado de trabalho, livre

das preocupações domésticas. Mas sua contribuição passava despercebida no Produto Nacional Bruto (PNB) e continuava como trabalho não remunerado nas casas, perpetuando a predominância do seu estado de dependência e subordinação. As mulheres “eram vistas como diferentes dos homens e unicamente adequadas aos cuidados da casa e à maternidade” (Mosley *et al.*, 2002).

Como já foi indicado acima, Aziz (2009) nos deu a perspectiva de tais tendências com a situação nos Estados Unidos. Segundo ele, a Segunda Guerra Mundial teve um efeito enorme na participação de mais mulheres na força de trabalho quando milhões substituíram seus parceiros masculinos que haviam ido para a guerra, deixando vagos seus empregos civis. Como resultado, nos Estados Unidos, por exemplo, a taxa da participação feminina na força de trabalho aumentou de 27.9 para 35.8 em 1945. Depois aumentou significativamente de 37.7 para 43.3 entre 1960 e 1970. Para dar uma perspectiva geral da taxa de participação feminina na força de trabalho, ela aumentou de 34% em 1950 para 73% em 2008 enquanto a taxa da participação masculina diminuiu de cerca de 86% para 73% entre 1950 e 1980 (Azis, 2009).

Figura 2: Taxas de participação para homens, mulheres e força de trabalho total, Estados Unidos



Fonte: Bureau of Labor Statistics (Aziz, 2009)

As tendências de emprego vêm mudando nos últimos tempos, com as mulheres entrando no mercado de trabalho mais do que em qualquer período da história. Isto constitui uma mudança social, mas também um avanço econômico para mulheres. A oferta de trabalho de mais e mais mulheres constitui uma fração significativa da força de trabalho de hoje. Stanford (2008) observou que estas mudanças têm sido progressivas embora condições desfavoráveis para o mercado de trabalho tenham criado algumas restrições:

“Tem havido um progresso incremental em direção à maior igualdade econômica para mulheres na maioria dos países desenvolvidos, mas ele não aconteceu facilmente. A maioria das mulheres agora participa de trabalho remunerado, e as taxas de participação... para homens e mulheres estão convergindo...” (Stanford, 2008).

McDowell (2001), dando uma explicação para as taxas crescentes de participação das mulheres no mercado de trabalho atribuiu a expansão a uma variedade de trabalhos e ocupações em diversas ocupações “de serviço” consideradas particularmente apropriadas para mulheres, normalmente na base do mercado de trabalho. Não obstante, cada vez mais as mulheres entram nos serviços profissionais dominados pelos homens à medida em que conseguem obter credenciais educacionais e profissionais. A Tabela 1 abaixo dá uma idéia das deferentes tendências de mercado de trabalho nas regiões do mundo. Os resultados destacam que os aumentos são mais altos nos países em desenvolvimento na América Latina e nos países do Caribe, Oriente Médio, norte da África e África subsaariana. Isto é devido provavelmente à melhoria gradual na criação de ambientes que permitam a diminuição das diferenças entre os sexos, assim como uma melhoria na sensibilidade e na disposição política de garantir e apoiar a participação das mulheres (Zambrano, 2005).

Tabela 1: Estimativas mundiais e regionais das taxas de participação da força de trabalho feminina em percentuais

	1998	2004	2005	2006	2007	2008
MUNDO	51.4	51.3	51.5	51.6	51.5	51.6
Economias Desenvolvidas e UE	49.2	49.5	49.6	49.8	49.8	49.8
Centro e Sudeste Europeu (não UE) &	50.2	48.8	48.9	48.7	49.4	49.5

CEI

Leste Asiático	70.7	68.9	68.7	68.5	68.3	68.2
Sudeste Asiático e Ilhas do Pacífico	57.3	57.0	57.1	56.4	58.8	56.8
Sul Asiático	35.1	35.0	35.4	35.9	35.6	35.8
América Latina & países do Caribe	45.6	50.5	51.0	51.8	52.0	52.4
Oriente Médio	21.5	23.8	24.2	24.6	25.0	25.4
Norte da África	24.6	26.8	27.0	27.4	27.7	28.1
África Subsaariana	59.6	60.7	60.9	61.1	61.2	61.5

Fonte: OIT, Participação no mundo de trabalho (Indicadores-chave do Mercado de Trabalho 1, 6ª edição)

A Tabela 2 mostra que mais mulheres estão entrando na força de trabalho em relação aos homens (embora não muito distintamente, já que apresenta dados do final da década de 1990). A taxa de participação feminina na força de trabalho cresceu entre 1998 e 2008. No mesmo período, a taxa de participação masculina caiu, diminuindo levemente a diferença nas taxas de participação.

Mosley *et al.*, (2002) também enfatizou os números crescentes de mulheres no mercado de trabalho. Nos EUA, a participação das mulheres no trabalho considerado “provedor” cresceu no século XX devido aos níveis educacionais crescentes das mulheres, às mulheres que tomaram os empregos tornados vagos pelas guerras, ao crescimento do setor de serviços e de profissões emergentes que envolvem cuidados, o que motivou as mulheres a deixarem a arena doméstica. Entretanto, recentemente, o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho tem sido dramática como consequência da queda nos reais níveis de salário dos maridos na maioria das famílias, assim como uma melhoria nas oportunidades no mercado de trabalho para mulheres que tiveram educação superior. O grande aumento na classe de trabalho formada por mulheres casadas nos EUA e Suécia, por exemplo, foram influenciados por avanços recentes na tecnologia e industrialização que diminuíram a capacidade das mulheres de contribuir para o melhoramento do padrão de vida e produção econômica de suas famílias através de seus próprios esforços costurando roupas, preservando comida e cuidando dos doentes. O aumento nos empregos das mulheres foi extenso em muitos países avançados também (Mosley *et al.*, 2002):

“O aumento dramático do número de empregos de muitas mulheres casadas e com filhos é um tanto recente. Elas começaram há 25 anos nos EUA, antes na Suécia e em alguns outros países nórdicos e muito mais recentemente em países do oeste e sul da Europa, Japão e Austrália. Nos Países Baixos... o modelo arrimo de família-dona de casa persistiu por muito mais tempo...” (Mosley et al., 2002, p. 141).

Tabela 2: Taxa de participação na força de trabalho mundial: homens e mulheres

Ano	1998	2004	2005	2006	2007	2008
Homens	78.6	77.3	77.1	76.9	76.8	76.7
Mulheres	51.4	51.3	55.5	51.6	51.5	51.6

Fonte: OIT, Participação no mundo do trabalho (Indicadores chave do Mercado de Trabalho 1, 6ª edição)

Em grande medida, os países em desenvolvimento também observaram uma mudança no trabalho das mulheres, que deixou de ser somente nas casas, no pequeno comércio e na agricultura de subsistência para ser uma participação econômica na força de trabalho fora das casas, o que aumentou dramaticamente, mas principalmente na precariedade como resultado de baixo nível de educação, pobreza, assim como condições econômicas criadas pelo Programa de Ajuste Estrutural. A seguinte observação sobre a participação das mulheres na América Latina corrobora isto:

“Na última década, a participação feminina na força de trabalho na América Latina cresceu rapidamente. Este crescimento coincidiu com a implantação de Ajustes Estruturais e políticas de reforma econômica. Estas políticas, incluindo a redução de despesas sociais, privatização de serviços públicos, desregulamentação de mercados de trabalho e liberalização do comércio... A crescente presença de mulheres no mercado de trabalho se deu ao mesmo tempo em que as oportunidades de emprego, particularmente no setor formal, diminuíram.” (Cerruti, 2000).

Embora lentamente, devido a tradições arraigadas de gênero, comparado a seus parceiros masculinos, gradualmente mais mulheres estão obtendo níveis mais altos de educação em países em desenvolvimento também. Elas estão tendo acesso a empregos no mercado de trabalho principal, embora a maioria nos trabalhos segregados predominantemente femininos como enfermeiras,

professoras e empregos de secretária, com apenas algumas em setores tradicionalmente vistos como sendo da esfera masculina e empregos de gerência. As Nações Unidas (NU, 2000) comentou o fato de que os aumentos na percentagem da participação da força de trabalho foram significativamente maiores para mulheres que para homens em todas as regiões do mundo com a exceção da África entre o período de 1980 até 1990, mas foi mais além ao afirmar que diferentemente do norte da África, as mulheres na África subsaariana alcançaram taxas muito altas de participação da força de trabalho no final da década de 1990 (NU, 2000).

A participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, além de impulsionar o Produto Interno Bruto da economia e gerar poder econômico para as mulheres em relação à tomada de decisões reprodutivas, permite que as mulheres desfrutem totalmente dos direitos humanos e, quando necessários, os exijam. (NU, 2000). Este passo significativo nos mercados de trabalho não se dá sem desafios para estas mulheres, e por sua vez, para a sociedade em geral, devido à divisão desigual de trabalho não remunerado dentro dos lares.

Standford (2008) observou que a existência de progresso crescente na participação econômica das mulheres é um fato, mas isto não veio facilmente. Há ainda problemas difíceis a serem resolvidos, mesmo hoje. Como discutimos no primeiro capítulo, em quase todas as sociedades ao redor do mundo, as mulheres fazem mais trabalho nas casas que os homens, mas este trabalho em grande parte não é reconhecido assim como não é recompensado, ainda que tal engajamento doméstico “tenha garantido que os trabalhadores remunerados conseguissem se reproduzir no capitalismo” (Chancer *et al.*, 2006). As repercussões de práticas sociais e econômicas tão desiguais ainda persistem e estão afetando o acesso das mulheres à participação no mercado de trabalho, ao contrário do que ocorre com seus parceiros masculinos. Nós devemos enfatizar que o aumento do trabalho remunerado das mulheres melhora seu sustento através de rendas em expansão, aumentando seu poder dentro de suas famílias. Entretanto, um custo considerável de estresse e exaustão está geralmente relacionado ao progresso que elas estão fazendo, já que elas suportam a responsabilidade desigual de realizar a maioria do trabalho em casa em relação ao homem (Standford, 2008). A OIT (2007) enfatizou o fato de que as mulheres carregam a principal responsabilidade de cuidar das crianças e de outros parentes dependentes em todas as sociedades. Como então essas sociedades casam a participação das mulheres na força de trabalho fora dos lares com as responsabilidades nos lares?

Poucos países colocaram em prática provisões para melhorar as conexões entre a vida privada e a pública, entre a casa e o ambiente de trabalho, de modo a melhorar as transformações recentes na participação na força de trabalho para homens e mulheres tendo em vista o declínio geral em intervenções sociais e tratamento desigual para as mulheres trabalhadoras. As trabalhadoras em tais países só foram afortunadas por causa de situações ou contextos específicos que, conforme seus países perceberam, tinham o potencial de impedir seu progresso no futuro próximo, e não porque eles quiseram dar poder às mulheres economicamente. Um exemplo é a Suécia, onde a circunstância do pequeno tamanho de sua população levou ao discurso público que via a diferença da participação das mulheres no mercado de trabalho e estabeleceu instituições baseadas em comunidades para assegurar as condições para o trabalho remunerado, embora com um alto nível de segregação ocupacional. O governo do Japão, também prevendo a falta de trabalhadores homens dentro de 10 anos, encorajou as mulheres a terem participação no mercado de trabalho em período integral após o nascimento de uma criança, e promoveu creches nas empresas para mães trabalhadoras (Mosley *et al.*, 2002, PP. 142, 143). As responsabilidades domésticas das mulheres, entretanto, não dizem respeito somente aos cuidados com os filhos, e elas ainda podem estar expostas a trabalho excessivo e estresse, apesar das medidas tomadas para diminuir o peso dos cuidados com os filhos, devido a outros compromissos, como limpeza, compras, lavagem de roupas, preparação de alimentos, para mencionar alguns, o que continua sendo visto como dever das mulheres na maioria das partes do mundo.

Em muitos países, a contradição entre a produção doméstica “tradicional” e “moderna” (Anderson, 2000), ou reprodução e trabalho remunerado, ainda continua um problema não resolvido. Anderson (2000) destacou o fato de que a divisão entre o que é privado e o que é público se destaca como uma divisão altamente regida pelo gênero, com mulheres predominantemente suportando o peso das responsabilidades privadas, o que, a longo prazo, dificulta sua habilidade de participar total e efetivamente nas atividades públicas. Mosley *et al.* (2002) também elucidou mais o assunto dos papéis sociais da mulher e seus efeitos em sua vida com a afirmação de que as contradições que existem entre as exigências das responsabilidades domésticas e aquelas do emprego remunerado, assim como as expectativas irrealistas para mulheres que arcaram com este peso duplo, ainda não foram tratadas no discurso público. Segundo Mosley, as preocupações acima foram resolvidas através da desvalorização do trabalho de cuidados e a marginalização daqueles que o realizam – ainda principalmente mulheres

(Mosley *et al.*, 2002).

Hoje, a ordem social permite, por lei, a participação na força de trabalho tanto de mulheres quanto de homens na população economicamente ativa em muitos países, mas na prática a segregação e a discriminação persistem na maioria dos mercados de trabalho:

“As novas normas e cuidados sociais que vem emergindo nos EUA e, em maior ou menos medida, em muitos outros países industrializados também, permitem a qualquer um – homem e mulher – trabalhar. O único requisito é que... eles devem estar de acordo com o trabalhador ideal. Um trabalhador ideal é um trabalhador que se comporta no local de trabalho como se ele ou ela tivesse uma esposa em casa em período integral realizando todas as atividades não remuneradas que uma família requer.” (Mosley et al., 2002).

Mas este desequilíbrio social não é visto somente em países avançados; ele predomina em países em desenvolvimento também. O trabalhador ideal deve trabalhar no “padrão de ouro”, trabalhando em período integral durante o ano todo, e pronto para realizar hora extra quando e como devido. O trabalhador no “padrão de ouro” não tira tempo de folga para “dar à luz ou criar uma criança”. Problemas pessoais ou preocupações domésticas são vistas como particulares; tais expectativas não devem ser trazidas para o lugar de trabalho nos competitivos mercados de trabalho de hoje. O trabalho vem em primeiro lugar; portanto, exigências conflitantes são geralmente resolvidas a favor do emprego quando se trata de preocupações domésticas e aquelas do lugar de trabalho. Este sistema e estas tendências de emprego impedem oportunidades de emprego com plano de carreira em especial para mães, que acham difícil cumprir as expectativas de seus chefes (Mosley *et al.*, 2002). As consequências disto são enormes e Medeiros *et al.* (2007) comentou sobre isto:

“Nas últimas décadas, muitas mulheres em muitos países vem tendo maior liberdade em definir o que fazer com suas próprias vidas, incluindo sua participação no mercado de trabalho. Entretanto, isto não tem sido acompanhado por uma redução em suas obrigações no campo doméstico. Muitas mulheres que venceram as barreiras que impediam gerações anteriores de ter acesso total ao mercado de trabalho arcaram com uma dupla jornada. Isto significou menos tempo para estudar, descansar e ter relações sociais...” (Medeiros et al., 2007, p. 2).

As mulheres que estão trabalhando fora das casas também precisam ter tempo para descansar, estudar,

entre outras atividades recreativas como seus parceiros masculinos. Algumas mulheres, para evitar a frustração e focar na realização de suas ambições profissionais, assim como levar estilos de vida saudáveis, podem decidir não ter filhos, o que afetará a reprodução social e o desempenho econômico a longo prazo. Uma escolha da maioria das mães trabalhadoras é envolver-se em trabalhos de meio-período enquanto seus filhos são novos. Segundo Mosley *et al.* (2002) e Safarti *et al.* (2002), por exemplo, casais em que os dois têm renda continuam a ser menos predominantes nos Países Baixos e a taxa de participação feminina na força de trabalho é sempre baixa em relação à dos homens, o que ocorre devido às dificuldades em lidar com as preocupações domésticas e envolver-se com atividades econômicas remuneradas fora de casa. Normalmente, se uma pessoa do casal tem que ficar em casa e realizar trabalho não remunerado, é a mulher.

Narrando a situação dos EUA, uma economia muito avançada, Mosley *et al.* (2002) deixou claro que empregos de meio-período, que a maioria das mulheres escolhe sob as circunstâncias de ter que trabalhar com preocupações domésticas, são geralmente encontrados em indústrias e ocupações com remuneração muito baixa e condições de trabalho desfavoráveis. Infelizmente, tais trabalhos de meio-período ainda constituem uma forma de subemprego de mulheres altamente educadas que são ser forçadas a aceitá-los para poderem ser donas-de-casa. Mães, mesmo quando elas realizam ocupações remuneradas de meio-período, ainda sofrem de marginalização nos EUA e mãe solteiras têm que aceitar trabalhos de meio-período para conseguirem fazer uma combinação de trabalho fora e dentro de casa, incluindo o cuidado com os filhos (Mosley *et al.*, 2002). Uma mulher que opta por emprego de meio-período na base de sua preferência por cuidar de seus filhos, por exemplo, perde a oportunidade de receber a mesma taxa de remuneração em comparação a um homem realizando trabalho de período integral. Neste sentido, segundo a OIT (2007, p. 91), as práticas no mercado de trabalho ignoram as múltiplas restrições que enfrenta a mulher. Ela normalmente enfrenta os preconceitos sociais que ela tem que suportar no exercício de sua livre escolha. Isto é o mesmo que dizer que a opção de meio-período não faz com que a mulher trabalhadora se beneficie a longo prazo – os baixos salários e benefícios negados ainda empobrecem a ela e aos seus filhos, se ela já os tem.

Nos Países Baixos, por exemplo, segundo Mosley *et al.* (2002), mesmo onde as mulheres têm trabalhos de meio-período bons e de qualidade, elas estão em desvantagem porque elas não desfrutam de promoção e outras oportunidades de carreira. Sarfati *et al.* (2002) também observou que o mercado de

trabalho no Reino Unido no final da década de 1990, por exemplo, caracterizado por um nível crescente de participação feminina na força de trabalho, teve mulheres predominantemente empregadas em contratos atípicos, onde a precariedade é inevitável na maioria dos casos. Estas mulheres desfrutavam de pouca “infra-estrutura de apoio no trabalho, incluindo péssima disponibilidade de creches para crianças” (Sarfati *et al.*, 2002, p. 354). Embora se refira às creches do Reino Unido, por exemplo, como irregulares e inexistentes, outras áreas como a Itália, onde existem acordos municipais para o cuidado das crianças, tais provisões começam quando a criança tem 3 anos ou mais (Sarfati *et al.*, 2002, p. 368). Neste caso, o que acontece nos primeiros três anos, os anos mais formativos em que a criança precisa de cuidado intensivo? Nós também somos levados a entender que nos Países Baixos uma lei sobre Tempo de Trabalho foi promulgada para permitir aos trabalhadores variar suas horas de trabalho, oferecendo às mulheres a oportunidade de adaptar as horas de trabalho de casa e permitindo a elas que incluam treinamento, desenvolvimento e necessidades domésticas (Sarfati *et al.*, 2002, p. 368).

Por mais que achemos estas medidas louváveis, infelizmente elas não combatem ou eliminam os problemas principais que encontramos na maioria das casas – a dupla jornada de trabalho doméstico e trabalho remunerado com a qual a maioria das mulheres precisa lidar. Apesar dos esforços que alguns países industrializados colocam para controlar os problemas relacionados ao trabalho e à casa, as famílias em que todos os adultos estão trabalhando encontram altos níveis de restrições de tempo que também criam novas inseguranças (Mosley *et al.*, 2002, p. 146). Um exemplo da vulnerabilidade das mulheres na força de trabalho também foi destacado pelo resultado de uma pesquisa sobre mulheres trabalhadoras no Conselho Municipal de Bristol:

“... Muitas mulheres em contratos não-padrões sentem que não são levadas tão a sério quanto trabalhadoras de período integral. Elas com frequência ficam de fora de informações e oportunidades decisivas. Elas acham difícil comparecer a reuniões vitais e envolver-se com treinamento” (Sarfati et al., 2002).

A participação econômica feminina no mercado de trabalho, em todas as circunstâncias, provou-se ser significativa para o crescimento e desenvolvimento econômico, e é por esta razão que ela precisa ser sustentada, mas como? O Banco Mundial (2009) chamou os desafios e preocupações que as mulheres enfrentam de “paradoxo do gênero”. Este paradoxo de desigualdade e injustiça na maioria das nossas sociedades, e no ambiente de trabalho em particular, causa muitas dificuldades para as mulheres. A

preocupação da maioria das mulheres com suas carreiras ocorre principalmente em detrimento de outras áreas de suas vidas. É verdade que as responsabilidades de cuidar da casa e dos filhos e os desafios que representam para a mão-de-obra feminina são questões de interesse para a maioria das mulheres trabalhadoras, mas também para as economias em geral. A desigualdade de gêneros constitui um atraso no desempenho econômico de um país. A inabilidade de um país em usar seus melhores talentos com certeza enfraquecerá o crescimento econômico bem como a produtividade (Banco Mundial, 2009). Os maiores desafios relacionados à economia, à segurança, ao governo e ao meio ambiente nos tempos modernos não pode ser resolvido sem a participação das mulheres em todos os níveis de nossa sociedade já que as mulheres de fato agregam valor às economias do mundo – significando que sua ausência faz com que a economia mundial sofra (News Blaze, 2009).

Há a necessidade de uma solução que possa assegurar a participação livre das mulheres em todos os níveis do desenvolvimento econômico a fim de evitar a subutilização de suas capacidades intelectuais e econômicas. Este duplo peso de trabalho remunerado e doméstico pode perpetuar níveis mais baixos de qualificações e treinamento para mulheres no ambiente de trabalho e continuar arraigando a tradição patriarcal, assim como as formas indiretas de exclusão. É neste sentido que a importância do trabalho doméstico remunerado participa na diminuição das diferenças entre os sexos, a fim de promover a participação das mulheres no mercado de trabalho, além do fato de que isto também cria empregos para outras mulheres em nossas economias.

2.2 Trabalho doméstico: sustentando e redefinindo papéis familiares e trabalho em um novo mundo globalizado

O trabalho doméstico remunerado está aumentando tanto no mundo desenvolvido quanto no mundo em desenvolvimento. Como já foi indicado no capítulo anterior, tem havido uma demanda crescente por trabalho doméstico nas últimas décadas como resultado da participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, já que as políticas não atendem adequadamente às preocupações domésticas. A migração crescente das mulheres do mundo em desenvolvimento para os países desenvolvidos, de fato, se dá principalmente como uma resposta a uma necessidade que foi criada em função das tendências especialmente recentes da maior participação das mulheres no mercado de trabalho, entre outros fatores como pobreza e questões econômicas e sociais.

De acordo com Lutz (2002), durante o século 20, as pessoas previram a eliminação da necessidade de assistência humana nos ambientes domésticos devido ao progresso tecnológico. Entretanto, no limiar do século 21 hoje – uma era de progresso tecnológico – a proporção de trabalhadores domésticos em lares europeus é semelhante àquela de um século atrás. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, a assistência ou o trabalho doméstico estavam fora do registro de ocupações, mas hoje, os trabalhadores domésticos fizeram um “retorno vigoroso”; por quê? Em resposta a esta questão, Lutz (2002) observa:

“A resposta mais simples usada por sociólogos e economistas tradicionais... é que as mulheres trabalhadoras profissionais hoje em dia precisam de ajuda para lidar com o duplo peso de cuidar da família e carreira”.

As razões para recrutar um criado doméstico no passado eram diferentes das razões pelas quais os trabalhadores domésticos são empregados nas décadas atuais. É isso que Lutz (2002) chamou de “os novos criados domésticos”. Nós achamos isto muito relevante, embora insistamos em utilizar um termo como “os novos ‘trabalhadores’ domésticos’”, no lugar de ‘criados’. Isto está mais de acordo com a dignidade humana à qual os empregados domésticos têm direito, como todos os outros na força de trabalho. Por que a palavra “novos”? Há centenas de anos atrás, na Europa em particular, aqueles conhecidos como criados domésticos eram contratados por famílias burguesas como uma indicação de prestígio (Lutz, 2002). Hoje, a contratação do trabalhador doméstico se dá basicamente por razões econômicas. O renascimento do trabalho doméstico na ordem mundial recente, além de ajudar a impulsionar o crescimento econômico em geral devido à participação das mulheres na produtividade econômica, está abrindo caminho para o bem-estar econômico das mulheres em particular.

O importante é que isto tem trazido a oportunidade de trabalho para outras mulheres também. As oportunidades de trabalho permitem que as trabalhadoras domésticas consigam empregos nas casas das pessoas e abrem caminhos ou tornam conveniente que outras mulheres trabalhem fora de casa sem o estresse de combinar cuidados domésticos não remunerados e atividades econômicas remuneradas e, portanto, evita algumas consequências que destroem vidas, entre outras coisas. A OIT esclarece este processo:

“Nas décadas recentes, a demanda pelo trabalho doméstico tem sido a principal razão para a migração de mulheres do hemisfério sul para cidades no norte... a falta de atenção dada às

políticas de assistência em países industrializados... deixa seus cidadãos sem opções, senão procurar soluções privadas.” (OIT, 2010, p. 9).

Isto significa que o emprego doméstico está servido como uma solução, e não como um problema. A demanda por trabalhadores domésticos é grande hoje em dia, e uma demanda ainda maior está prevista, especialmente nos países avançados. Na Europa, por exemplo, Lutz (2002), destacou o fato de que pesquisadores em todo o continente estão esperando um aumento na demanda por trabalhadores domésticos nos próximos anos devido ao rápido envelhecimento da população e às provisões estatais inadequadas para o cuidado com as crianças, idosos e enfermos na maioria dos países; a mudança significativa nos estilos de vida da classe média no que se refere às exigências com os cuidados infantis, com a limpeza mais demorada com produtos ambientalmente seguros e com um crescente padrão de limpeza; o uso recente do sistema de *au-pair* por parte dos empregadores para a realização de trabalho doméstico, algo que era originalmente para intercâmbio internacional.

Como já foi mencionado acima, o trabalho doméstico está crescendo, especialmente nos países industrializados. A demanda nos países avançados está atraindo as pessoas dos países em desenvolvimento que também estão procurando oportunidades econômicas. Entretanto, tais aumentos não dizem respeito somente aos países avançados, mas também dentro dos países em desenvolvimento. A OIT (2010) vem enfatizando a predominância do trabalho doméstico dentro de países em desenvolvimento, mesmo em casas com renda modesta.

Blofield (2009), ao expressar os números rapidamente crescentes de trabalhadores domésticos na América Latina, indicou que o número de tais trabalhadores dobrou no Chile desde 1980 para quatrocentos mil hoje. Na Bolívia, de sua população de nove milhões, cento e quarenta e quatro mil são trabalhadores domésticos (Blofield, 2009, PP. 172/178). Um artigo no Jakartan Post (2009) também indicou a crescente demanda por trabalhadores domésticos e seu amplo envolvimento na Indonésia, embora comentasse o problema da negligência do setor enquanto profissão e falta de reconhecimento dos trabalhadores domésticos pelas leis trabalhistas do país.

Assim como as tendências de participação no mercado, que eram predominantemente centradas nos homens, vêm mudando ultimamente para acomodar mais mulheres, tradicionalmente consideradas

como somente donas-de-casa, na economia fora das casas as tendências de migração também vem mudando nos últimos tempos. Hoje, diferentemente de muitos padrões de migração onde os homens eram os principais protagonistas, há agora uma “presença econômica cada vez mais visível de mulheres imigrantes nas correntes atuais de migração internacional” (Raijman *et al.*, 2003) e isto está criando demanda por trabalhadores domésticos. Raijman (2003) também destacou que o forte aumento de mulheres na migração transnacional nas últimas décadas é muito desafiador, uma vez que as mulheres se tornam protagonistas sociais independentes que tomam decisões, realizam ações e que estão redefinindo os papéis familiares e trabalhistas, enquanto cruzam fronteiras internacionais em busca de uma vida melhor em um novo mundo globalizado.

O fato de que as trabalhadoras domésticas nos países desenvolvidos são em sua maioria mulheres migrantes tem sido enfatizado em muitas literaturas (Lutz, 2002). Estas mulheres não só migram para os países mais avançados na Europa, mas também para outros países ricos ao redor delas. Elas são geralmente da Ásia, África, América Latina e leste europeu. Lutz esclarece a realidade de que “as criadas de hoje são mulheres migrantes da Ásia, África, América Latina e leste europeu que emigram para os centros do mundo rico para dar apoio e sustento às suas famílias que ficaram para trás” (Lutz, 2002).

Anderson (2000), ao comentar sobre o alívio que as trabalhadoras domésticas trouxeram ao domínio econômico na Europa, também enfatizou as migrantes. Segundo ela, o emprego de trabalhadoras domésticas remuneradas é um dos meios pelos quais algumas mulheres se adaptam aos padrões “masculinizados” de emprego que agora caracterizam as histórias de trabalho de tantas trabalhadoras européias. E as trabalhadoras domésticas migrantes estão cada vez mais assumindo as responsabilidades privatizadas que deveriam ser oferecidas pelo bem-estar estatal.

Esta atividade transnacional está transformando as relações familiares através de fronteiras nacionais, sociais e culturais, criando suas próprias restrições e custos (Aranda, 2003). Como já revelado no capítulo um, as mulheres, em particular, “desenraizadas pelo capitalismo global”, como diz Aranda (2003), estão deixando suas próprias famílias para engajar-se nos cuidados de outras famílias receptoras além das fronteiras para escapar das dificuldades econômicas em seus próprios países. Entretanto, esta divisão internacional de trabalho, que está gerando o alto custo de famílias divididas

em busca de empregos, normalmente deixa estas trabalhadoras domésticas com desafios mais difíceis a serem enfrentados em seu novo lugar de trabalho.

Apesar do fato de que muitas trabalhadoras domésticas são migrantes de um país para outro, nos países em desenvolvimento, em particular, estas trabalhadoras migram internamente – das áreas rurais para os ambientes urbanos dentro do mesmo país a fim de encontrar atividade econômica. Aquelas que trabalham dentro de seus próprios países também têm experiências e situações que precisam ser destacadas, exatamente como as que estão em outros países.

2.3 Características gerais do trabalho doméstico e experiências das trabalhadoras domésticas remuneradas

Há muitas diferenças nas políticas e regulamentos nacionais assim como nas situações sob as quais as trabalhadoras domésticas se encontram em alguns países específicos. Entretanto, as trabalhadoras domésticas no mundo todo têm muitas características em comum no que diz respeito à sua visibilidade, relações de poder, isolamento, falta de reconhecimento, tráfico e trabalho forçado, bem como exploração. Estas condições sociais estão causando impacto nas circunstâncias econômicas e vice-versa. As preocupantes áreas mencionadas, entre outras, fazem do trabalho doméstico uma das formas de ocupação mais inseguras realizadas predominantemente por mulheres em muitos lugares do mundo.

Diferentemente de outras formas de trabalho em que o local de trabalho é principalmente público, como já indicado no capítulo anterior, a maior parte do trabalho doméstico não é realizada abertamente – exceto pelas compras, pelo ato de levar as crianças para a escola e jardinagem, por exemplo, a maior parte de suas atividades são executadas dentro das casas, na privacidade do empregador. Este fato aumenta sua vulnerabilidade ao abuso verbal, sexual, físico e emocional e outras medidas exploratórias. Lutz (2002), elucidando o risco iminente ao qual os trabalhadores domésticos, normalmente mulheres, estão expostos como resultado de seu contrato no ambiente privado, fez um comentário a respeito de estupro e casas privadas:

“Em todo lugar do mundo, o estupro ocorre no âmbito particular e não no público... as mulheres envolvidas percebem que a resistência contra tais práticas é praticamente impossível, já que o peso da evidência permanece com a vítima” (Lutz, 2002; Anderson, 2000).

As mulheres que se encontram em economias avançadas se deparam com experiências e vulnerabilidades peculiares, as quais estão relacionadas ao seu status de migrante nestes países e também de trabalhadoras domésticas. Embora a invisibilidade as exponha a dificuldades na esfera privada, segundo Lutz (2002), ela é encarada como uma espécie de benefício para muitas trabalhadoras que são consideradas ilegais, já que ficam assim protegidas de serem descobertas, e neste caso, suas desvantagens são ainda maiores. As mais vulneráveis entre as trabalhadoras domésticas vulneráveis são normalmente aquelas que moram nas casas de seus empregados – as “coabitantes”. A escolha de coabitar é óbvia, já que as trabalhadoras domésticas são normalmente migrantes pobres que não podem pagar aluguel com seus baixos salários, além de receberem proteção contra serem perseguidas pelas autoridades. Anderson (2000) enfatizou que o trabalho de quem mora no emprego minimiza os gastos e fornece a proteção urgentemente necessitada. Esta acomodação, entretanto, é mais que um lugar para viver já que também se torna abrigo da polícia. Isto é devido ao fato de que muitas pessoas novas e migrantes de longo prazo não têm documentação e têm medo de serem deportados (Anderson, 2000, p. 40).

Isto se refere à mão-de-obra que migra para os países avançados. Rogers (1989), em seu artigo sobre “Trabalho Precário no Oeste Europeu”, enfatizou que os imigrantes são vulneráveis, já muitos deles trabalham nos tipos mais comuns de trabalho não padrão, e possuem características que dominam os tipos de trabalho atípico. Aqueles que migram dentro dos países, especialmente no mundo em desenvolvimento, não têm uma opção melhor quando comparados aos seus semelhantes no exterior. Muitos deles também têm que morar com seus empregadores para evitar o aluguel de acomodações e outros gastos. Baseado nisto, os empregadores geralmente lhes dão salários muito baixos como “pagamento em espécie” pelo fato de que eles moram com eles. Nesta situação, elas com frequência são forçadas a trabalhar durante o dia na maioria dos casos, e até mesmo à noite, especialmente quando envolve cuidar de crianças e dos idosos. Alguns empregadores não conseguem suportar a visão de uma empregada doméstica sentada por um momento, sentem-se provocados por esta visão, e por este motivo, a maioria das empregadas que moram no emprego são forçadas a trabalhar excessivamente (Anderson, 2000).

Os desafios que elas enfrentam incluem a documentação, mas também raça e classe, o que leva a mais exploração, humilhação e maior vulnerabilidade. O trabalho nos ambientes domésticos, já que é visto

como uma ocupação das mulheres, é com frequência gerenciado também por mulheres, mesmo quando as trabalhadoras domésticas são empregadas de um casal – portanto, em muitas situações, as empregadas vêem nas outras mulheres suas “senhoras”, que se relacionam com elas de maneira degradante. Anderson (2002) pede reconhecimento das diferenças entre as mulheres no que diz respeito ao trabalho doméstico, onde algumas mulheres ricas ou de classe média possuem poder e o exercem negativamente sobre outras mulheres e, às vezes, sobre os homens. Lutz (2002) confirmou este lamentável exercício de poder por mulheres contra outras mulheres na esfera do trabalho doméstico, sugerindo que o que é “lar” para a mulher rica pode ter um significado totalmente diferente para seus empregados, que o sentem como um lugar de alienação e exploração social.

Chancer *et al.* (2002) também enfatizou a complexidade dos problemas que as empregadas domésticas encontram quando outras mulheres, que se distinguem pela raça e classe, tratam suas semelhantes com desprezo:

“o status para as mulheres brancas de classe média e alta tem frequentemente se manifestado na capacidade de sua classe em contratar... mulheres normalmente muito mais pobres e geralmente mulheres de cor – para fazer o trabalho doméstico socialmente desvalorizado. Aqui, uma relação de poder “entre as mulheres” surge na qual aquela com o poder relativo é a empregadora branca de classe média e aquela praticamente sem poder algum é a mulher negra trabalhadora” (Chancer et al., 2006, p. 46).

Esta questão de raça e classe que domina as relações de poder no que se refere às relações de trabalho doméstico tem recebido muita atenção. No Brasil, por exemplo, a questão da raça é predominante na área de trabalho doméstico, resultando em vulnerabilidades que não afetam somente as mulheres envolvidas na ocupação doméstica, mas também suas crianças, que se envolvem em trabalho doméstico infantil. Ávila *et al.* (2008) enfatizou que, no Brasil, o trabalho doméstico é feito em sua maioria por mulheres negras, e que há um círculo vicioso de emprego de mãe para filho no trabalho doméstico. Grant (1997) também colocou sua opinião, destacando esta contradição no mundo das trabalhadoras domésticas, marcada por relações de poder injustas e discriminação baseada em raça e classe entre mulheres que deveriam estar procurando aumentar seu poder econômico e social juntas. Ela enfatizou que a defesa da igualdade é geralmente impedida por divisões e questões sociais, culturais e econômicas nos casos onde as mulheres – negras ou brancas, de classe média ou não – que, embora

mostrem preocupação com as condições da mulher no lugar de trabalho, também estão presas no papel de empregadora, e muitas vezes, opressora das trabalhadoras domésticas remuneradas.

O desprezo que caracteriza a relação de poder é extenso, denotando a imposição da subordinação. Além da exibição do que Chancer *et al.*, (2006) chamou de atitude “maternalista” em relação à força de trabalho doméstica, elas normalmente encontram expressões de desprezo quando, às vezes, por exemplo, seus empregadores desligam o aquecimento e as luzes e trancam as portas apesar do fato das trabalhadoras domésticas permanecerem em casa (Chancer *et al.*, 2006, p. 47). Uma experiência tão humilhante não só afeta as emoções de trabalhadoras tão maltratadas, mas também pode trazer repercussões igualmente sérias como, a longo prazo, problemas de visão. O “ritual da subordinação”, além disso, inclui “deferência linguística”, como chamar o(a) trabalhador(a) doméstico(a) de um nome que o(a) deprecie ou o(a) faça se sentir desconfortável, ainda que para o empregador seja indiferente. Outra área em que o empregador expressa sua superioridade sobre as empregadas domésticas é no uso da “deferência espacial”. Neste caso, a trabalhadora doméstica é levada a entender que ela é mais bem-vinda, por exemplo, na cozinha ou no corredor do que na sala de estar (Chancer *et al.*, 2006, p. 47), entre outros lugares. De fato, Anderson (2000) enfatizou que, apesar do fato de que se reconhece que as trabalhadoras domésticas migrantes normalmente trabalham em casas particulares, muito pouco é sabido sobre suas condições de trabalho.

Isolamento é outra característica que define as circunstâncias sob as quais as trabalhadoras domésticas trabalham no mundo todo. Ele(a) fica sozinho(a), e na maioria dos casos, é um estranho no “lar” de outros para quem ele(a) trabalha. Diferente de outras formas de trabalho, elas normalmente não têm colegas de trabalho com quem dividir sua condição e, mais do que disso, ter uma “voz” para representar uma reclamação comum. Quando uma empregada tem a sorte de ter outra pessoa empregada como trabalhadora doméstica na mesma casa, alguns empregadores normalmente se certificam de que elas ainda vivam isoladas ao assegurar que trabalhem em isolamento. Elas normalmente são impedidas de conversar uma com a outra, talvez por medo de que elas possam conspirar contra eles em retaliação ao mau tratamento recebido. Um jardineiro, também pastor, que trabalha na mesma casa que uma empregada doméstica em Gana* afirmou que ele não ousa falar ou sussurrar nada para a outra trabalhadora doméstica com quem ele trabalha dentro do mesmo ambiente doméstico. A “senhora” ficaria brava com ele.

Seu isolamento, de fato, intensifica a vulnerabilidade e marginalização nos padrões de trabalho. Elas são com frequência privadas de dias de folga e quando recebem este direito, é o empregador quem geralmente decide quando os ceder, segundo sua conveniência, unilateralmente (Anderson, 2000). Anderson (2000) observou que o trabalho doméstico remunerado é isolador mesmo se a pessoa mora com amigos e família por perto. A situação é ainda pior quando a trabalhadora está em um país estrangeiro com acesso limitado àqueles com quem ele desfruta de um relacionamento de igualdade.

Outra área que precisa ser mencionada é o fato de que o trabalho doméstico sofre amplamente de uma falta de reconhecimento em muitas instâncias sociais, políticas e econômicas. A maioria dos decretos legislativos não leva a especificidade das relações no trabalho doméstico em consideração. A OIT (2010) afirmou categoricamente que muitas das legislações nacionais provam o reconhecimento inadequado recebido por esta mão-de-obra e por seus esforços, já que eles não são nem definidos:

“... grande parte da legislação nacional pesquisada não define o trabalho doméstico. Isto não é surpreendente onde as trabalhadoras domésticas estão especificamente excluídas da legislação ou quando sua inclusão é implícita (...) Alguns países especificam as categorias ocupacionais em uma lista que pode, não obstante, expressamente incluir outras... desde que o dono da casa as empregue “para trabalhar diretamente em seu local de residência normal” (OIT, 2010, p. 29, 30).

Esta total falta de comprometimento aos padrões de trabalho doméstico, bem como de uma definição clara e precisa de políticas de seu interesse, deixa as empregadas domésticas lutando em um estado marginalizado, mesmo hoje, quando a democratização está permitindo a emancipação e o aumento do poder de grupos anteriormente marginalizados. Blofield (2009) destacou que a afirmação de que as trabalhadoras domésticas são invisíveis, desvalorizadas e despercebidas não é realmente o centro da questão. Segundo ele, a invisibilidade e falta de reconhecimento são irônicas, refletindo e talvez reforçando o fato de que cientistas sociais têm dado pouca atenção às trabalhadoras domésticas (Blofield, 2009, p. 159). O autor também enfatizou que a relutância dos políticos em atentar às demandas das trabalhadoras domésticas é devida ao fato de que tais mudanças vão contra seus interesses como mais organizados cidadãos de classe média e alta.

O tráfico de pessoas e o trabalho forçado são frequentes no trabalho doméstico. Muitas trabalhadoras domésticas são atraídas com falsas promessas e traficadas para lugares tanto nos países avançados quando nas economias em desenvolvimento, para finalmente se encontrarem presas no trabalho forçado, na exploração e em outros abusos extensos. Anderson (2000) enfatizou que no contexto mais geral, há aparentemente uma relação muito próxima entre a exploração sexual e o trabalho doméstico, mas também deixa claro que tais práticas são mais aparentes nas cidades europeias. A OIT (2010) também expressou preocupação com respeito à exploração ilegal e abusos que sofrem as trabalhadoras domésticas no Líbano, imigrantes da África e Ásia, “cujas relações de emprego e status social as deixam vulneráveis ao não pagamento de salários, punição corporal, abuso sexual e reclusão forçada” (OIT, 2010, p. 19).

Isto nos leva a outra grande característica geral do trabalho doméstico que é a exploração. A exploração é um grande problema econômico que afeta todas as áreas da vida do explorado. Empregadas domésticas têm que lidar com este fato em muitas instâncias exploratórias em muitos países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento, devido a sua excessiva vulnerabilidade, associada à negligência, pobreza, invisibilidade e falta de reconhecimento que recebem. Na maioria dos lugares onde elas têm a sorte de ter políticas nacionais que lhes dão reconhecimento, medidas efetivas geralmente não são postas em prática para assegurar respeito por estas políticas através de monitoramento e avaliação adequados:

“De maneira geral, o trabalho continua mal pago, com pouco prestígio, e sujeito a exploração. A posição sócio-econômica subordinada das trabalhadoras domésticas ocorre em vários países; elas são economicamente menos favorecidas...” (Chaney e Castro, 1989, apud Blofield, 2009).

A exploração com que a maioria da mão-de-obra doméstica tem que lidar não está somente na área da remuneração; também tem a ver com o uso de seu tempo, mesmo onde o sistema legal lhes dá algum reconhecimento, como mencionado no capítulo anterior. Um exemplo é o caso das trabalhadoras domésticas no Chile. Considerando que as horas de trabalho foram estipuladas em 48 horas por semana (OIT, 2007), as trabalhadoras domésticas trabalham uma média de 94 horas por semana – além do limite legal de 72 horas por semana. Apesar de suas extensas horas de trabalho, a força de trabalho doméstica tem direito legal a 75% do salário mínimo (Blofield, 2009). A questão imediata que vem à

mente é, por que, aliás, o limite legal está em 72 horas por semana? O exemplo do Chile é só um exemplo entre muitos outros. De fato, muitas das histórias de exploração que aumentam a vulnerabilidade econômica e social das trabalhadoras domésticas não são conhecidas devido à “invisibilidade” e negligência que ocorrem na prática. De qualquer maneira, as consequências de tais abusos são enormes. Segundo a OIT (2007), trabalhar horas demais pode privar empregados dos benefícios de saúde e das vidas familiares, menos acidentes de trabalho, maior produtividade e igualdade entre os sexos. Ainda como seres humanos as trabalhadoras domésticas precisam ser bem tratadas como todos os trabalhadores. A OIT (2007) enfatizou o fato de que a igualdade e a não-discriminação são os princípios básicos que marcam os direitos humanos e trabalhistas e que reconhecem o valor igual de todos os seres humanos. Isto, segundo a OIT (2007), é especialmente importante para a proteção e para as condições de trabalho dos empregados trabalhando em países estrangeiros, em um mundo constituído por Estados-nações onde os direitos naturalmente derivam da cidadania.

Conclusão

Embora o trabalho doméstico funcione como uma grande ponte econômica e social que permite, através de outras mulheres, que mais mulheres participem do mercado de trabalho de hoje, o que, portanto, cria empregos para algumas mulheres, são enormes os desafios que a trabalhadora enfrenta, incluindo os contratempos acima mencionados, e exigem grande preocupação. As trabalhadoras domésticas, em geral, estão de fato em desvantagem na esfera sócio-econômica hoje em dia, e isto é de extrema importância, mesmo nas economias avançadas onde é também avançada a conscientização sobre os direitos humanos.

Não podemos contestar o fato de que as diferentes seções da população trabalhadora não se movem juntas o tempo todo no mesmo ritmo (Sen, 2000). Há, porém, a necessidade de harmonizar as diferenças “criadas por humanos”, já que é fácil negligenciar o interesse e as exigências dos outros enquanto se persegue o interesse e as exigências de um grupo (Sen, 2000). Os desafios que as trabalhadoras domésticas enfrentam, mesmo que sejam sociais, têm impactos econômicos imensos e vice-versa, mas os legisladores tendem a subestimar a lamentável questão sócio-econômica. Anderson (2000) deixou claro que na Europa, por exemplo, o trabalho doméstico remunerado, o status de imigrante, a raça assim como a etnia estão relacionados, mas consideravelmente, pouca atenção foi dada a isto. É muito importante lutar contra o racismo, a discriminação por etnia e outras formas de

discriminação que estão sendo feitas contra as empregadas domésticas, e surgir com melhores políticas nacionais de emprego que possam ser bem cumpridas. Há a necessidade de impulsionar a harmonia social e econômica desta “ponte” econômica vital, a fim de promover desenvolvimento econômico sustentável e eliminar a exclusão social e a impunidade.

CAPÍTULO TRÊS

CONTRIBUIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS EM GANA E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Introdução

A importância de um trabalho para o status de uma pessoa e para seu senso de identidade é de extrema importância. Para o indivíduo, o status desta força de trabalho influencia todo seu estilo de vida e bem-estar econômico. As consequências do mercado de trabalho em Gana, como em todos os outros países, têm grande impacto na qualidade de vida dos trabalhadores em geral e das mulheres em particular, bem como de suas famílias (Sackey, 2005). Além disso, o país inteiro, assim como as proporções de diversos grupos na força de trabalho afetam e refletem a taxa geral do crescimento e desenvolvimento sócio-econômico, e por isso há a necessidade de levar em conta as circunstâncias dos grupos minoritários, e, portanto, das trabalhadoras domésticas.

Em Gana, um país em desenvolvimento no oeste da África, como em outros países pelo mundo, o recrutamento de trabalhadoras domésticas é “extremamente prevalente e problemático” (LAWA-Gana, 2003). O trabalho doméstico constitui uma mão-de-obra substancial em Gana, fazendo contribuições sócio-econômicas. Recentemente, estabeleceram-se agências que fazem a ligação entre empregadores e trabalhadores domésticos, o que reflete sua preponderância. Independentemente do estado dos níveis de pobreza em Gana, tem-se destacado o fato de que muitas casas recrutam trabalhadoras domésticas em termos e condições diversos (OIT, 2010). LAWA-Gana (2003) destacou o fato de que quase toda casa tem pelo menos um trabalhador doméstico, ao passo que grandes casas podem ter até seis trabalhadores domésticos. Não obstante, as estatísticas disponíveis sobre a mão-de-obra em Gana não claramente refletem esta afirmação feita por LAWA-Gana, já que o censo ou pesquisas não conseguiram reproduzir informações sobre a mão-de-obra que reflitam esta realidade (Tsikata, 2009).

As famílias que são relativamente abastadas recrutam moças e mulheres mais pobres como trabalhadoras domésticas em Gana. O contrato para trabalhadoras domésticas têm consequências positivas em algumas situações – moças e mulheres economicamente desfavorecidas recebem um emprego pagante que permite que elas sustentem a si mesmas e, às vezes, suas famílias. As empregadas domésticas, além de promover a melhoria de seu sustento com seu trabalho, também permitem que outros cidadãos, especialmente mulheres, possam contribuir para o desenvolvimento econômico por

meio de atividades econômicas fora de suas casas. Além disso, seu envolvimento indiretamente ajuda a facilitar o acesso à educação básica, higiene e boa saúde, segurança para seus empregadores, assim como refrear outros vícios sócio-econômicos.

Infelizmente, em Gana, a “prática generalizada” do trabalho doméstico está caracterizada por “relações de comercialização e exploração” (LAWA-Gana, 2003). Tais desenvolvimentos lamentáveis são aumentados pelas taxas de trabalho infantil envolvidas. De fato, não podemos refletir as realidades do trabalho doméstico em Gana sem tocar nesta importante dimensão da mão-de-obra – as crianças trabalhadoras domésticas. A OIT (2010a) enfatizou que as crianças trabalhadoras domésticas constituem a maioria das pessoas empregadas no setor doméstico. Normalmente, a relação empregador-empregado é descrita como familiar, como pai e filho adotivos (LAWA-Gana, 2003). Vários problemas incluindo as piores formas de trabalho infantil, tráfico, falta de proteção social, pequenos ou sérios abusos, discriminação na lei e na prática, assim como outros problemas referentes ao trabalho digno são predominantes no trabalho doméstico em Gana. “Vindas de famílias atingidas pela pobreza, mulheres e garotas migram das áreas rurais para as cidades para se envolverem em condições igualmente duras” (LAWA-Gana, 2003).

A OIT (2010) destacou a dificuldade em coletar informações precisas e comparáveis sobre as trabalhadoras domésticas no mundo todo, devido à “alta incidência de trabalho doméstico não declarado, subnotificação e definições variáveis de trabalho doméstico em pesquisas estatísticas”. Os problemas que esta mão-de-obra enfrenta em Gana incluem aqueles relacionados ao trabalho digno, somados à diferença entre as estatísticas existentes e a realidade – precisão dos fatos –, assim como as diferenças nas definições oficiais de trabalho doméstico (Tsikata, 2009). Segundo Tsikata (2009), o conhecimento geral dos acordos de trabalho doméstico nas casas prova o fato de que muitas casas em Gana empregam trabalhadoras domésticas sob diferentes termos e condições, mas elas não são documentadas e declaradas na maioria dos casos, como ocorre com muitas outras forças de trabalho na economia informal de Gana (Tsikata, 2009). Embora os dados de pesquisa sobre este segmento da força de trabalho sejam praticamente inexistentes, uma vez que as empregadas domésticas não são notadas o suficiente para que sejam contabilizadas, a posição tomada pela LAWA (2003) a respeito da prevalência do trabalho doméstico em Gana e dos problemas que elas enfrentam não pode ser descartada.

Recentemente, a pobreza rural, as políticas neoliberais, somadas a outros fatores sociais, culturais e econômicos, estão definindo o contexto no qual se encontram as garotas e mulheres que realizam o trabalho doméstico remunerado. Além disso, o setor do trabalho doméstico em Gana está observando mudanças significativas, uma vez que hoje ele se dá através de agentes e agências (Tsikata, 2009; LAWA-Gana, 2003).

As análises do estudo focarão principalmente na cidade capital de Gana – Acra. É importante que se leve em conta a ampla gama de preocupações que confrontam a indústria sob estudo aqui. Os problemas relacionados ao trabalho doméstico em Gana são diversos e extensos. LAWA (2003) indicou que no país em estudo, Gana, o trabalho doméstico é um fenômeno universal que apresenta desafios quando tentamos considerar seus problemas, devido à sua diversidade. O estudo e suas análises não são completos. O estudo abordará especificamente no que o trabalho doméstico remunerado está contribuindo para o país em termos de atividades sócio-econômicas, e também suas condições de trabalho, incluindo direitos trabalhistas, gênero, trabalho infantil, e outras preocupações relacionadas ao trabalho digno, à luz de tais contribuições sócio-econômicas. Também tratará das ações dos sindicatos a respeito da trabalhadora doméstica em Gana. Os passos mencionados acima serão tomados com o objetivo de fazer recomendações para a melhoria de suas condições sócio-econômicas, a fim de impulsionar os empregos dignos para as trabalhadoras domésticas na promoção do desenvolvimento sócio-econômico do país.

Material e Métodos

O estudo será baseado em pesquisas existentes sobre trabalhadores domésticos (Dzodzi Tsikata, 2009; LAWA-Gana, 2003). Entrevistas qualitativas serão usadas, focando em informantes-chave para apoiar a pesquisa: líderes sindicais, Agências de Emprego de Trabalhadores Domésticos, Departamento de Assistência Social, Departamento de Trabalho, Ministério das Mulheres e Crianças (MOWAC), doze trabalhadores domésticos. As entrevistas com agências de trabalho doméstico e trabalhadores domésticos foram feitas com seleção aleatória de pessoas. Os funcionários entrevistados foram aqueles que estavam disponíveis nos vários departamentos e ministérios selecionados. Entre os trabalhadores domésticos que foram entrevistados, as idades variaram de 6 a 50 anos de idade.

Questionários estruturados não foram usados para conduzir as entrevistas porque o objetivo do estudo é

visar a informação qualitativa e não quantitativa. A valiosa informação obtida através das entrevistas está inserida em tabelas no meio do texto, usando referências para designar as fontes (incluindo os nomes das pessoas).

3.1 Uma visão geral de Gana: a posição social, econômica e demográfica

“Certamente há tendências dominantes, as quais se correlacionam com os fatores contextuais e problemas determinantes regionais, mas a realidade dos dias atuais é que a prática de trabalhadoras domésticas jovens é mais difundida e complicada do que ‘grupo étnico específico’ como às vezes é retratada” (Jacquemin, 2009).

Gana, uma antiga colônia britânica, fica localizada no oeste da África. Em 1957, Gana, que era anteriormente chamada de Costa do Ouro, tornou-se o primeiro país da África subsaariana a obter independência. A população total de Gana era de 18.9 milhões em 2000, e até 2008, estimada em 23 milhões. A população é jovem com fertilidade relativamente alta, mas em queda, e baixas taxas de mortalidade (GSS, 2009). As mulheres constituem 50.5% da população total, com variações regionais de 49% a 52% (OIT, 2006).

Na ocasião de sua independência, embora fosse um país africano muito bem-sucedido cuja economia dependia amplamente de suas *commodities* primárias (principalmente ouro e cacau), o governo decidiu adotar o socialismo, a industrialização e a modernização, portanto, estabelecendo uma infra-estrutura industrial. Inicialmente obteve êxito, mas o êxito inicial não se sustentou. Uma combinação de fatores incluindo ineficiência da agricultura e da indústria, excesso de confiança em uma gama limitada de exportações de matérias-primas, pressões externas como o aumento no preço dos combustíveis (Tsikata, 2009), somado a uma série de golpes militares e ao mau gerenciamento econômico a partir de 1966, resultou num declínio econômico na década de 70 e começo da década de 80. O governo militar que assumiu o poder em 1983, em colaboração com o FMI e o Banco Mundial, lançou o Programa de Recuperação Econômica – Programa de Ajuste Estrutural. Desde 1992, uma democracia multipartidária tomou o gerenciamento da economia da mão dos militares (OIT, 2007).

A estrutura da economia em Gana não mudou significativamente daquela herdada na independência. A agricultura – com grande dependência do clima e desempenho imprevisível – e o setor primário –

agricultura, mineração, exploração de pedreiras e silvicultura são as principais atividades econômicas, contribuindo para a renda, empregos, geração de receita e ganhos em moeda estrangeira. Este setor é responsável por 51% do PIB nas últimas duas décadas e corresponde a cerca de 54% de todos os empregos (GSS, 2009). A economia amplamente agrária que falhou em fazer uma transformação estrutural é, em grande medida, baseada na agricultura de pequeno porte e é normalmente um sistema de produção doméstico – com trabalho intensivo e baixa produtividade (Tsikata, 2009). Atualmente, os principais itens de exportação do país continuam sendo os produtos primários como cacau, ouro, madeira e bauxita. O cacau é responsável por cerca de 45% de toda a renda das exportações.

As reformas políticas introduzidas na década de 80, com foco na privatização, comércio e liberalização do investimento e industrialização, essencialmente tinham como objetivo também reduzir os gastos do governo através de uma política fiscal, enxugando e reestruturando o setor público e impulsionando maior geração de renda. Estas reformas políticas obtiveram sucesso em reverter o declínio no crescimento econômico, mas não sem custo social. O acesso aos direitos da terra, através da privatização, tem se concentrado nas mãos de poucas pessoas como líderes de comunidades e homens chefes de família que conseguem obter direito de posse sobre a terra, ao passo que outros, incluindo mulheres pobres da zona rural, perderam os poucos direitos que tinham, sem conseguirem participar ativamente no mercado de terras (Lastarria-Cornhiel, 1997). Através de cortes de despesas e reestruturação, o tamanho da administração pública vem sendo drasticamente reduzido desde meados da década de 80, levando a um aumento considerável da economia informal, que chegou a 85% dos empregos no país em 2003 (OIT, 2007). Asiedu (2002) enfatizou o fato de que as demissões e redução de trabalhadores, resultado da liquidação das empresas estatais, tiveram como consequência “dificuldades inenarráveis para as comunidades”. Isto levou ao extenso aumento da já existente migração rural-urbana de jovens aptos, especialmente para Acra, a cidade capital de Gana (Asiedu, 2002). Muitas fazendas estatais e outras fábricas foram usadas para criar oportunidades de emprego para alguns colonos rurais. Estas incluíam a fábrica de vidro Aboso, a fábrica de cana-de-açúcar Komenda, a fábrica de tomates kpwalugu, entre muitas outras. O processo atual de urbanização, resultado de fatores contemporâneos, além da condição histórica, também inclui o impacto das reformas econômicas e políticas inspiradas pelos Programas de Ajustes Estruturais (PAEs) (Owusu, 2005).

É válido destacar o fato de que não se materializou o impacto pretendido da privatização, que enfatizava a industrialização em nível doméstico, assim como um setor privado vibrante como fonte de emprego para impulsionar a economia. (Asiedu, 2002). Tsikata (2009) também salientou o fato de que as atividades industriais que deveriam ter caracterizado as reformas econômicas não se realizaram como o previsto, já que “o investimento estrangeiro migrou da produção para os bancos e serviços financeiros” e isto afetou o mercado de trabalho extensamente (Tsikata, 2009).

A liberalização e os ajustes mostraram algum crescimento nos serviços e na mineração, mas não puderam sustentar o crescimento na agricultura e na indústria. A liberalização do comércio, embora inicialmente tenha resultado em um aumento nas exportações, levou Gana à competição econômica em nível global, com pouca diversificação e exportação de commodities basicamente primárias (Tsikata, 2009). A exportação persistente de alguns produtos primários incluindo cacau, ouro e madeira vêm tornando a economia de Gana vulnerável a variações de preço externas também. Além disso, as baixas receitas provenientes destas exportações tornaram difíceis a geração de renda e a criação de riqueza. À medida que o mercado local tornou-se aberto a importações agrícolas diversas, o Estado retirou os subsídios aos fazendeiros, levando a um declínio contínuo da produtividade agrícola, com os fazendeiros enfrentando a impossibilidade de competir com as importações baratas. Isto, entre outros fatores, também contribuiu para a taxa de pobreza rural (Tsikata, 2009). A pobreza em Gana é em grande parte um fenômeno rural com 80% das pessoas classificadas como pobres residindo nas comunidades rurais – de 57% em 1981 e 60-65% em 1978 (Tsikata, 2009). Em 1991, os níveis gerais de pobreza tinham caído de 52% para 40% em 1998-99. A pobreza extrema caiu de 37% para 27% por volta do mesmo período. Apesar destas quedas, cerca de um quarto da população não podia sequer satisfazer os requisitos nutricionais básicos, mesmo que gastassem todo seu orçamento de consumo somente em comida (OIT, 2009).

Significativamente, há diferenças geográficas relativas nas taxas de pobreza em Gana – a pobreza extrema varia de 2% na Grande Acra para 59% na Savana Rural. A zona mais afetada no que diz respeito à pobreza são aquelas na Savana Rural – regiões do alto leste, alto oeste e norte – (e também região Central) onde 88% da população vivem abaixo da linha da pobreza (Tsikata, 2009; OIT, 2006, OIT, 2009). A maior fonte de emprego da população rural, que constitui a mais pobre em Gana, é a agricultura, e uma das razões para a pobreza é a categoria de emprego dos cultivadores de alimentos, que recorrem à agricultura de subsistência. A agricultura de subsistência é responsável por 34% do

produto interno bruto (Tsikata, 2009). A renda anual per capita, de acordo com o relatório 4 da Ghana Living Standard Survey (GLSS), é cerca de US\$ 289 na área urbana e \$196 na área rural. No que diz respeito à alfabetização, cerca de 75% são alfabetizados nas áreas urbanas e 53% nas áreas rurais (Aryeetey *et al.*, 2009). Segundo o Serviço Estatístico de Gana (2009), a estrutura social de Gana é caracterizada por atividades predominantemente tradicionais, rurais e informais com estreitas relações familiares.

Além disso, como muitos outros países africanos, as taxas de pobreza entre fazendeiros e trabalhadores da economia informal estão crescendo com uma clara dimensão de gênero. A OIT (2006) enfatizou que a dimensão de gênero da pobreza em Gana é mais intensa nas áreas rurais do que nas áreas urbanas. Mais mulheres estão relativamente recebendo salários baixos e trabalhando em condições precárias na economia informal (OIT, 2009). O crescente número pessoas de Gana que são atingidas pela pobreza nas áreas rurais, especialmente aquelas das três regiões ao norte, migram para a parte sul do país em busca de melhores oportunidades de emprego e melhor sustento na economia informal, principalmente os jovens (Tsikata, 2009). Alguns destes migrantes se tornam faxineiros nas grandes cidades, conhecidos como os “kayayo”. É nesta categoria que se encontra a maioria das trabalhadoras domésticas em Gana, particularmente aquelas que trabalham em Acra. Hoje em dia, as pessoas estão recorrendo ao trabalho doméstico, procurando ser recrutadas para este como para outras profissões no país, o que não era a tendência antigamente. Isto foi expresso da seguinte maneira:

“O trabalho doméstico não é um fenômeno recente em Gana. Entretanto, sua forma e condições atuais são melhor compreendidas se colocadas dentro dos contextos sócio-econômicos em que ocorrem” (Tsikata, 2009).

Jacquemin (2009) também destacou que a prática de jovens trabalhadoras domésticas não é recente no oeste da África, onde Gana se localiza, já que este trabalho não começou devido a uma recessão econômica ou Programas de Ajuste Estrutural (PAEs), os quais impactaram negativamente vários países. Não obstante o comentário acima, “a prática mudou e se tornou mais complexa, particularmente devido a crises econômicas”. Os aumentos na pobreza rural é um dos fatores importantes que definem o crescente trabalho doméstico e a exploração infantil. É importante notar que, apesar de 56.2% da população morar em áreas rurais enquanto que 43.8% vivem em áreas urbanas (ver tabela 1), Gana está se urbanizando de maneira estável. O nível crescente é resultado de baixa infra-estrutura nas áreas rurais e níveis decrescentes de atividades econômicas, predominantemente a agricultura nos

assentamentos rurais, como mencionado anteriormente.

Tabela 1: Distribuição da Porcentagem da População Rural/Urbana

	1960		1970		1984		2000	
Sector	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Pop.	23.1	76.9	28.9	71.1	32.0	68.0	43.8	56.2

Fonte: Serviço Estatístico de Gana (2009)

3.2 Tendências de Trabalho em Gana e Participação Feminina na Força de Trabalho

Gana tem observado uma tendência decrescente nos níveis de emprego na economia formal, a qual sofreu muitas variações em termos de sua habilidade de absorver os participantes do mercado de trabalho. A tendência de emprego positiva foi prevalecente durante a segunda metade da década de 70, mas seguiu-se uma tendência de queda no começo dos anos 80, que eventualmente abriu caminho para o Programa de Recuperação Econômica que começou em 1983 (Sackey, 2005; OIT, 2009). A queda na economia formal, causada por motivos que incluem o enxugamento do setor público, um programa de desapropriação assim como a abertura da economia para a competição, levou à elevação das atividades econômicas informais como a fonte mais importante de participação no mercado de trabalho, especialmente em empregos fora das fazendas (OIT, 2000; OIT, 2006). A Ghana Living Standards Survey 2000 mostrou que, entre a mão-de-obra com idades entre 15 e 64, 52% eram empregados autônomos na Agricultura, 34.4% trabalhavam na economia informal e apenas 13.7% estavam formalmente empregados no setor público (Sackey, 2005).

De fato, foi observado que a participação da mulher na força de trabalho é uma questão de sobrevivência para a economia de Gana (Sackey, 2005). A preocupação com as necessidades básicas – o que elas vão comer e vestir – é a maior motivação para levá-las ao mercado de trabalho. Isto explica a “questão de sobrevivência” de Sackey (2005). Seu envolvimento nas atividades econômicas normalmente não diz respeito ao luxo ou consumismo, mas simplesmente a viver ou sobreviver. Este é o motivo pelo qual elas ainda trabalham, ainda que o trabalho em que se envolvem seja precário devido à falta de oportunidades. A resposta de uma trabalhadora doméstica entrevistada de 46 anos de idade à pergunta de por que ela tinha escolhido sua profissão, em seu idioma local (Twi), reflete um ditado comum de muitas mulheres em Gana: “Kakra a yebedie nti”, o que significa “só para ter algo para comer”ⁱ. Oppong *et al.*, (1975) destacou o fato de que a maioria das mulheres de Gana são

“singularmente autônomas, auto-suficientes e focadas nas conquistas”. As mulheres em Gana também vêem seu envolvimento no emprego e nas atividades econômicas como um meio de escapar à dependência ao homem e promover um fortalecimento próprio. Há um ditado muito conhecido em Gana que diz que “se você é uma mulher e não trabalha, nem seu marido a respeita e a trata de qualquer maneira”, e este é um dos fatores que encorajam mais mulheres a se envolver com as atividades econômicas, mesmo se elas têm que combinar os deveres da casa com os do emprego. Além disso, outro fator importante que ajuda a promover o envolvimento das mulheres no mercado de trabalho é o envolvimento de muitas outras mulheres (e crianças) como trabalhadoras domésticas.

A Tabela 2 reflete o fato de que a participação das mulheres no mercado de trabalho é muito alta em Gana, apesar de elas estarem majoritariamente concentradas em formas precárias de emprego na economia informal. A tabela também mostra que do total de 9.039.318 habitantes economicamente ativos, 49.6% são mulheres.

Tabela 2

Distribuição da População Economicamente Ativa por Setor e por Sexo

Setor de Emprego	Número Total	Porcentagem da População Economicamente Ativa	Homens		Mulheres	
			Número	%	Número	%
Público	533.811	5,9	343.021	7,5	190.790	4,3
Privado Formal	705.569	7,8	445.252	9,8	260.317	5,8
Semi-público ou Para-Estatal	258.928	2,9	167.733	3,7	91.195	2,0
ONGs	76.519	0,8	46.739	1,0	29.780	0,7
Privado Informal	7.263.081	80,3	3.446.446	75,6	3.816.635	85,1
Outros	201.410	2,2	107.106	2,4	94.304	2,1
Total	9.039.318	100%	4.556.297	100	4.483.021	100

Fonte: Censo Domiciliar e Populacional de Gana - 2000

Sackey (2005) insiste que espera-se que a educação das mulheres tenha um impacto positivo na sua participação no mercado de trabalho. Em Gana, muitas mulheres estão relativamente em desvantagem quando se trata do nível de educação e de trabalho digno. Oppong *et al.* (1975) indicou que o censo de Gana, de 1960-1970, mostrou que o menor acesso das mulheres à educação nos níveis mais altos resultou em uma severa desvantagem para elas – mesmo hoje, “a grande maioria dos profissionais nos níveis mais altos e em cargos administrativos são homens”. Segundo a Estratégia de Redução de Pobreza de Gana, as mulheres são mais pobres, gastam mais tempo nos deveres domésticos, têm menos acesso aos recursos produtivos e têm menores taxas de alfabetização (OIT, 2006). A Tabela 3 apresenta áreas da participação das mulheres na força de trabalho em Gana e a proporção em relação aos homens. A tabela mostra que as atividades das mulheres concentram-se, em sua maioria, nas áreas de vendas e agricultura, comparado com os homens, que dominam na Agricultura – principalmente no cultivo comercial e setores de melhor remuneração (Tsikata, 2009) – mas também em áreas melhor remuneradas, como os setores Profissional/Técnica, de Produção e de Equipamento de Transporte.

Tabela 3: Distribuição da força de trabalho por ocupação: Homens e Mulheres

Ocupação	Homens				Mulheres			
	1960	1970	1984	2000	1960	1970	1984	2000
Profissional/Técnica	3,1	5,3	5,4	8,3	1,2	2,0	2,8	4,8
Administrativa/Gerência	0,8	0,6	0,6	0,4	0,1	0,0	0,1	0,2
Funcionários em escritórios e trabalhadores afins	2,6	4,3	3,4	7,0	0,3	0,9	1,4	1,9
Vendedores	4,3	2,9	3,1	8,6	28,0	28,7	24,0	22,0
Trabalhadores de serviços	2,5	4,0	3,2	4,3	1,6	1,5	1,6	7,4
Agric./Cria.Anim./Silvicultura/Caça	62,9	59,8	66,7	50,8	58,2	54,5	56,9	49,7
Prod./Operadores de Equip. Transp.	23,8	23,1	18,6	18,6	10,6	15,4	14,3	13,4
Outros Trabalhadores	-	-	-	2,0	-	-	-	0,6
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Todas as Regiões	1.567 .965	1.717 .965	2.637. 029	3.748. 887	991.4 18	1.415 .119	2.785 .451	3.679 .487

Fonte: Yaw Baah, 2007

Hoje, a diferença entre os gêneros na educação está diminuindo graças à melhoria nos níveis de

matrícula e redução das taxas de pessoas que abandonam as salas de aula. Não obstante isto, as taxas de abandono após o nível escolar primário é relativamente maior para as mulheres do que para os homens, e isto tem sido atribuído a fatores econômicos e sócio-culturais diversos (Sackey, 2005). O impacto de tais lacunas educacionais ainda afeta a participação das mulheres na força de trabalho, com frequência as colocando nas periferias do mercado.

3.3 Trabalho doméstico em Gana

Em muitos países no mundo todo, tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento, o trabalho doméstico é caracterizado por pobreza, gênero, servidão, migração, abusos, perpetuação da discriminação, entre outros. Regiões e países específicos têm algumas particularidades que caracterizam a prática do trabalho doméstico. Na maioria dos países em desenvolvimento, especialmente naqueles do oeste da África, a prevalência do trabalho infantil no trabalho doméstico é uma questão preocupante, diferente do que acontece em muitos países desenvolvidos.

Em Gana, a prática do trabalho doméstico é prevalecente, o que promove atividades sócio-econômicas incluindo a maior participação das mulheres na força de trabalho, mas também muitos desafios que fazem o trabalho doméstico ficar suscetível à vulnerabilidade. Como mencionado anteriormente, o trabalho doméstico enfrenta desafios específicos em Gana. Estes incluem a “natureza secreta” de seu trabalho, o uso de “trabalhadores domésticos menores de idade”, o uso de parentes mais pobres da família, a pior forma de trabalho infantil, tráfico, provisões legais desfavoráveis e proliferação de agências irregularesⁱⁱ. Há também, segundo Tsikata (2009), relações de emprego disfarçadas que resultaram em estatísticas de trabalho que “contradizem o que é conhecimento comum a respeito da prevalência do trabalho doméstico”. Estes, entre outros fatores, refletem a negligência na prática de uma importante categoria de contribuintes sócio-econômicos que, se bem regulamentados, poderiam melhorar significativamente o desenvolvimento de Gana.

É importante destacar o fato de que, como muitos países no mundo todo, especialmente aqueles de economias em desenvolvimento, a discriminação por gênero tem tido um impacto negativo nas mulheres em Gana, colocando-as nas periferias das esferas e do desenvolvimento sócio-econômicos. As taxas mais altas de analfabetismo, as taxas mais altas de abandono escolar para as garotas devido à discriminação e as práticas culturais enraizadas que definem as mulheres como donas-de-casa

contribuíram para os baixos níveis de educação de muitas mulheres ganenses, resultando na falta de oportunidades no mercado de trabalho, quando comparadas a seus concorrentes masculinos.

As perpetuadas disparidades entre os sexos em Gana colocam as mulheres como subsidiárias em muitas categorias sócio-econômicas. Esta tendência prevalece mesmo entre aquelas envolvidas com agricultura – uma das mais pobres categorias de trabalhadores de Gana. Entre os homens e mulheres que se envolvem com agricultura, “o segmento mais lucrativo – o cultivo comercial – está dominado pelos homens” (Tsikata, 2009). Hoje, as mulheres estão ativamente envolvidas nas atividades econômicas em Gana, contribuindo para as tendências sócio-econômicas de desenvolvimento, mas principalmente às margens.

3.3.1 Definindo trabalho doméstico no contexto ganense

Em Gana, uma ampla gama de definições foi dada para o trabalhador doméstico que é às vezes chamado de ajudante de casa. A Lei Trabalhista (Lei no. 651 – Seção 175) menciona um trabalhador doméstico e o(a) descreve como alguém que trabalha como um ajudante de casa para um empregador, mas que não é um membro da família de quem o(a) empregou. Em Gana, onde as relações de família estendida são praticadas e enraizadas, a definição aqui dada poderia excluir tais membros da família estendida ou filhos adotivos que se envolvem com o trabalho doméstico remunerado. Tsikata (2009) destacou o fato de que em Gana é prática comum que filhos adotados realizem o trabalho doméstico para que, por sua vez, suas mensalidades escolares sejam pagas. Além disso, alguns membros da família às vezes trabalham por pagamento.

Segundo a definição de trabalhadores domésticos do Censo Populacional de 2000, estes são pessoas empregadas para realizar serviços domésticos com ou sem remuneração, assim como aqueles que ajudam os membros de sua família a operar um empreendimento econômico sem pagamento de salários (Ghana Statistical Service, 1999) – portanto, categorizando todos eles sob “trabalhadores familiares não remunerados”. Ao comentar a definição acima, Tsikata (2009) também chamou atenção para a questão de que isto esconde “outra categoria de trabalhadores domésticos que combinam seu trabalho com sua educação”. Isto significa que alguns membros da família estendida recebem pagamento em espécie quando realizam trabalho doméstico, mas o censo de 2000 os excluiu.

LAWA-Gana (2009) propôs uma definição mais apropriada para o trabalhador doméstico que menciona remuneração em dinheiro e em espécie. Segundo esta definição, trabalhadores domésticos são pessoas que trabalham nas casas de seus empregadores e recebem pagamento ou em dinheiro, ou em espécie ou ambos. O trabalho dos trabalhadores domésticos às vezes os leva para fora do ambiente doméstico quando eles, por exemplo, vão fazer compras, levar as crianças para a escola ou fazer trabalho adicional, como vendas fora de casa. Apesar desta complexidade, a situação predominante dos trabalhadores domésticos em Gana é revelada por esta definição – trabalhadores domésticos remunerados recebem pagamento em dinheiro, mas também em espécie em muitas circunstâncias, dependendo das condições do trabalho contratado. Os trabalhadores domésticos em Gana, como mencionado acima, às vezes recebem sua remuneração até mesmo ao fim de vários anos de serviço. Alguns deles começam na tenra idade de 7 anos (Tsikata, 2009) e continuam até a época de seu casamento, quando então recebem uma mera remuneração insignificante, como equipamentos de cozinha, máquina de costura, tecidos, para mencionar apenas algunsⁱⁱⁱ.

3.3.2 Migração e Trabalho doméstico em Gana

Segundo Jacquemin (2009), a mão-de-obra das trabalhadoras domésticas, especialmente as jovens, é composta principalmente por migrantes internas, migrantes que atravessaram a fronteira, migrantes sub-regionais ou migrantes trans-continentais. Ao fazer referência ao oeste da África especificamente, contudo, Jacquemin (2009) enfatizou que “parece que a maioria das jovens trabalhadoras domésticas é interna ou atravessou a fronteira”. Normalmente, as trabalhadoras domésticas em Gana “têm maior probabilidade de serem oriundas das áreas rurais do que das áreas urbanas” (Tsikata, 2009). Como já foi mencionado, a pobreza e a falta de oportunidades são fatores importantes que levam os jovens em particular para as áreas urbanas em busca de trabalho doméstico.

Com exceção daqueles que foram traficados para as cidades para o trabalho doméstico, a maioria dos trabalhadores domésticos entrevistados em Acra que decidiram trabalhar como tal por conta própria disse que sua razão para se mudar da vila para a área urbana era encontrar trabalho, porque na vila não conseguiam encontrar trabalho algum^{iv}. Estes são os mais explorados, que se tornam principalmente trabalhadores que moram no trabalho em função da falta de acomodação própria. Há outras pessoas pobres da cidade que se envolvem com o trabalho doméstico e que moram com seus empregadores, mas há também outros que não moram nas casas de seus empregadores^v. Embora muitos trabalhadores

domésticos migrem das áreas rurais para as áreas urbanas, as crianças, que constituem uma categoria significativa das trabalhadoras domésticas, particularmente se movem de áreas rurais para outras áreas rurais com frequência (Tsikata, 2009).

3.3.3 Mediadores e Agências

Em Gana, os mediadores têm um papel vital no recrutamento de trabalhadoras domésticas. Isto é o que Tsikata (2003) chama de “mediadores informais”. Esta mediação é tradicional e persiste, apesar de pequenas mudanças que estão sendo introduzidas para a formalização de tal relação de emprego. Estes mediadores informais, também conhecidos como intermediários, “podem ser parentes próximos ou distantes, membros da família, vizinhos, amigos e em alguns casos, agentes informais” (Tsikata, 2009). Os agentes informais e suas atividades trouxeram uma mudança para o que era anteriormente conhecido como assistência mútua, o que colocava o interesse do empregado no centro das relações. A exploração de crianças trabalhadoras domésticas tem sido ligada a este sistema de agentes informais, uma vez que, com frequência, suas atividades revelaram “a natureza essencialmente comercial do trabalho doméstico infantil” (Tsikata, 2009). A distinção entre estes agentes informais e aqueles que são mais formais é que, em muitos casos, ao invés dos próprios trabalhadores receberem os pagamentos, sua remuneração é dada aos seus pais ou guardiões (Tsikata, 2009). Isto, novamente, constitui trabalho infantil, o qual está relacionado ao tráfico. Um funcionário entrevistado revelou que há uma clara distinção entre trabalho infantil e tráfico de crianças – “separando o trabalho infantil do tráfico está o elemento do salário”^{vi}. Um funcionário da LAWA-Gana também observou que apesar de alguns mediadores terem preocupações genuínas para ajudar algumas crianças a melhorar suas vidas, alguns deles são traficantes e o fazem somente pelo lucro^{vii}.

Recentemente, surgiram agências no mercado de trabalhadores domésticos – tanto registrados quanto não registrados. Segundo um funcionário no Departamento do Trabalho, as agências devem se registrar com o departamento mediante uma taxa e receber acreditação antes de operar, mas é sabido que há muitas “clandestinas” que são agências operando com trabalho doméstico sem registro com o departamento^{viii}. Até agora, desde 2008, 35 se inscreveram, das quais 19 agências receberam licença do departamento em Acra, com 17 destas agências acreditadas mediando o recrutamento de trabalhadores domésticos e outros trabalhadores e 2 destas agências, somente para o recrutamento de trabalhadores

domésticos^{ix}.

A Lei do Trabalho de 2003 tomou providências quanto ao registro de agências de emprego, mas não tomou providências quanto ao monitoramento destas atividades^x. A predominância das agências de trabalho doméstico foi destacada tanto pela LAWA (2003) quanto por Tsikata (2009). Em Acra, há propagandas em diferentes locais que provam isto. As agências cobram tanto do empregador quanto do empregado pelos seus serviços, mas a quantia cobrada varia de um para outro – é decidida pelas agências. Uma agência interrogada confirmou que o trabalhador doméstico que está procurando um emprego e o empregador que está à procura de um trabalhador doméstico se registram por uma taxa. Após o recrutamento, o trabalhador doméstico paga ou metade do seu primeiro salário para a agência ou ele(a) deve pagar uma porcentagem todo mês – dependendo da política da agência em questão^{xi}. O agente chegou a dizer que alguns agentes coletam remunerações em nome dos empregados recrutados e as repassam ao trabalhador. Em Acra, um funcionário da LAWA-Gana comentou que a presença de agências poderia ajudar os trabalhadores domésticos já que eles poderiam promover algum nível de negociação que poderia beneficiar os empregados, mas elas também podem ser exploratórias, já que pouco é feito para monitorar suas atividades, que podem ser exploratórias às vezes^{xii}, e puramente baseadas no lucro.

3.4 Quem constitui a mão-de-obra doméstica remunerada em Gana?

“A falta de estatísticas precisas sobre as trabalhadoras domésticas vem de uma longa tradição de negligência no que se refere a tais trabalhadoras em recenseamentos e pesquisas sobre o trabalho no passado” (Tsikata, 2009).

Como indicado nos capítulos anteriores, o trabalho doméstico é predominantemente feminino no mundo todo. A situação em Gana não é diferente. Em Gana, a “predominância do trabalho doméstico e o fato de que tais empregados são em grande parte mulheres” (Tsikata, 2009) não podem ser negados. Além disso, mais crianças estão trabalhando como trabalhadores domésticos. Mundialmente, segundo Jacquemin (2009), a taxa de crianças que são recrutadas como trabalhadores domésticos, especialmente em muitos países do sul, não é mais um fato secreto ou invisível. Jacquemin (2009) também indicou que no oeste da África, “trabalhadoras domésticas jovens não são novidade na nossa história”. Para elucidar mais isto, Jacquemin (2009) observou que o número de crianças e de pessoas jovens cujo

trabalho principal constitui trabalho doméstico nas grandes cidades do sul e oeste da África, em particular, “é, sem dúvida, alto”.

Um funcionário no Departamento de Assistência Social que foi entrevistado salientou que com exceção das crianças adotivas, a maioria das crianças trabalhadoras domésticas em Gana são traficadas, mas quando seus empregadores são questionados, eles dizem que são seus próprios filhos ou parentes^{xiii}. Um caso recente envolvendo o tráfico infantil em Gana, entre outros, confirma as observações acima. A “Joy F.M”, em Acra, e “T.V. 3” mostraram que cerca de 500 crianças que foram colocadas em ônibus e estavam sendo traficadas das regiões do norte, e outras da área de Yeji, para trabalhar em Acra foram interceptadas pela polícia^{xiv}. A maioria de tais categorias de crianças traficadas geralmente entra para o trabalho doméstico, mas talvez não sejam contabilizadas como tais. Não foi possível até agora tocar no assunto de se quantificar os trabalhadores domésticos, entretanto, saber seu número exato é muito crítico para a demonstração das “muitas situações diferentes que devem ser levadas em conta” (Jacquemin, 2009).

Além disso, LAWA (2009) enfatizou o fato de que as trabalhadoras domésticas em Gana são geralmente muito jovens, com algumas tendo apenas 7 anos, embora algumas trabalhadoras domésticas com frequência têm idades entre 14 e 45. A Lei sobre a Infância de Gana (1998) indica que a idade mínima que uma criança deve ter para ser aceita em um trabalho é 15 anos. Estimativas recentes mostram que as crianças que trabalham como trabalhadoras domésticas em todo o país são mais de 800.000 e delas são exigidas coisas que um adulto deveria fazer – cuidar de crianças ou preparar as refeições, entre outros (LAWA-Gana, 2003). Jacquemin (2009) também salientou que “na verdade, são as meninas jovens e adolescentes que realizam a maioria do trabalho doméstico para as classes média e trabalhadora”. O trabalho doméstico em Gana é “uma parcela grande mas não documentada das mãos-de-obra rural e urbana” (Tsikata, 2007).

As pessoas relativamente ricas contratam garotas e mulheres jovens mais pobres como trabalhadoras domésticas, como mencionado acima. Segundo Helen, uma trabalhadora doméstica de 22 anos entrevistada em Acra, envolver-se no trabalho doméstico deu-se por razões econômicas e pelo fato de que ela queria acumular dinheiro para continuar os estudos. Outros que foram entrevistados disseram que foram pequenos comerciantes e ambulantes, mas migraram para o trabalho doméstico uma vez que

as vendas estavam ficando cada vez mais difíceis. Em Gana, Tsikata (2009) salientou que a pobreza e a desigualdade espacial têm atraído um grande número de pessoas, especialmente jovens, do norte de Gana para o sul em busca de melhores condições de vida. Muitas destas pessoas, que têm menos de 15 anos ou mais, acabam no trabalho doméstico, principalmente nas cidades, mas também nas áreas rurais. Algumas destas pessoas usam seus ganhos para sustentar os membros de sua família, enquanto outros buscam treinamento vocacional ou mais estudos.

Os níveis educacionais dos trabalhadores domésticos em Gana vão desde o analfabetismo, pessoas que abandonaram a escola primária, pessoas que terminaram o ensino fundamental, até alguns que concluíram o ensino médio^{xv}. Em todas estas categorias, uma categoria comum que os leva a este trabalho é ainda assim a pobreza.

3.5 O contexto de Acra

Acra, sendo a capital de Gana, tem um número significativo de trabalhadoras domésticas trabalhando dentro de casas, e às vezes, fora das casas*.

Apesar dos números exatos de trabalhadoras domésticas na cidade de Acra não serem ainda conhecidos^{xvi}, há provas substanciais das taxas à qual os agentes de trabalhadoras domésticas estão aumentando – operadores de agências licenciadas e ilegais estão envolvidos com o recrutamento de trabalhadores domésticos remunerados. O número médio de recrutamentos que cada uma destas agências faz por mês também nos dá uma ideia da predominância do trabalho doméstico ultimamente na maioria das áreas urbanas, e em Acra em particular. Uma entrevista com uma destas agências revelou que uma média de 20 trabalhadores domésticos, em sua maioria mulheres e garotas, são recrutados de sua agência^{xvii}. Outra agência indicou que fornece de 20 a 30 trabalhadores domésticos por mês para contratação, insistindo na maior porcentagem de mulheres^{xviii}. De fato, a predominância do trabalho doméstico em Acra é refletida pelos muitos *outdoors* e *banners* que são colocados em várias partes e lugares públicos de Acra por estas agências para atrair mais clientes. Um dos agentes, depois de nos mostrar papéis empilhados de candidatos a trabalhadores domésticos, não conseguiu produzir uma informação organizada de sua admissão mensal e periódica, e indicou que eles geralmente não têm tempo para tais compilações^{xix}.

O Centro Público de Emprego está funcionando como uma destas agências. Este centro criado pelo governo está sob os auspícios do Departamento de Trabalho. A Tabela 4 mostra as trabalhadoras domésticas recrutadas entre 2006 e 2009 no Centro de Público de Emprego, em Acra. Ela reflete que alguns homens realizam trabalho doméstico, mas mais mulheres que homens estão no trabalho doméstico em Acra. Além disso, sobre os números dados na tabela, provavelmente pode-se dizer que as pessoas usam as agências privadas mais do que a pública para o trabalho doméstico.

Tabela 4: Trabalhadores domésticos recrutados entre 2006 e 2009

Mês/Ano	2006			2007			2008			2009		
	Hom.	Mul.	Total	Hom.	Mul.	Total	Hom.	Mul.	Total	Hom.	Mul.	Total
Janeiro	2	6	8	7	13	20	2	16	18	4	9	13
Fevereiro	2	4	6	-	10	10	1	5	6	-	7	7
Março	2	3	5	5	3	8	2	7	9	-	5	5
Abril	-	6	6	3	11	14	-	7	7	2	7	9
Maio	5	10	15	2	10	12	4	6	10	-	4	4
Junho	6	7	13	3	7	10	-	6	6	2	5	7
Julho	-	9	9	2	8	10	2	9	11	1	3	4
Agosto	5	10	15	2	8	10	1	11	12	1	8	9
Setembro	-	10	10	4	9	13	1	4	5	3	10	13
Outubro	3	13	16	2	8	10	-	4	4	1	8	9
Novembro	3	3	6	3	11	14	-	2	2	-	7	7
Dezembro	1	10	11	-	4	4	-	5	5	-	6	6
Total	29	91	120	33	102	135	13	82	95	14	79	93

Fonte: Agente Público de Emprego, Centro Público de Emprego, Acra.

Todas as quatro agências entrevistadas contratam uma média de 20 trabalhadores domésticos por mês, levando em conta a informação recebida de agentes privados entrevistados. Em Acra, as agências, segundo alguns agentes entrevistados, excedem 50. Um agente entrevistado insistiu: “somos muitos – aliás, as agências são muitas. Somos mais de 50, e todas nós estamos fazendo a ligação entre os trabalhadores domésticos e os clientes^{xx}”. Estes são os que se identificaram. Há muitos outros que não são conhecidos abertamente, mas que estão envolvidos ativamente na ligação entre potenciais empregadores e trabalhadores domésticos – os mediadores informais (Tsikata, 2009).

Entrevistas com 12 trabalhadores domésticos em Acra revelaram a predominância deste tipo de método de intermediário. Sete pessoas, das 12 trabalhadoras entrevistadas em Acra, afirmaram a prevalência de tal tendência de contratação. Entre as respostas recebidas à pergunta de como foram recrutados estão:

“o amigo do meu pai veio para nossa vila me buscar”; “o amigo da minha irmã fez minha ligação”; “um vizinho me disse que o casal precisava de um ajudante em casa e fez a ligação...”. Apenas 5 trabalhadores domésticos entrevistados dos 12 foram recrutados através de agências.

3.6 Contribuições sócio-econômicas dos trabalhadores domésticos em Gana

O trabalho doméstico remunerado notavelmente oferece contribuições sócio-econômicas significativas para o desenvolvimento e manutenção de Gana. “Apesar da importância social e econômica crescente, o trabalho doméstico tradicionalmente tem sido, e ainda é, uma das formas de emprego mais precárias, mal pagas, inseguras e desprotegidas.” (OIT, 2010a, b). Em Gana, os trabalhadores domésticos estão promovendo a criação de riqueza e a participação das mulheres em atividades econômicas fora das casas, mas também dentro das casas. Além do fato de que os trabalhadores domésticos encontraram uma forma de sustento ao realizar o trabalho doméstico como sua atividade econômica, eles também estão ajudando outros – mulheres em particular – a realizar atividades econômicas fora das casas. É um fato estabelecido que o trabalho doméstico ou as responsabilidades de casas são “um empecilho para a participação completa das mulheres na economia ganense” (Adunyame, 1999). A presença de outros que cuidem das preocupações domésticas ou referentes à família é essencial para se utilizar os recursos humanos femininos para o desenvolvimento da economia.

No contexto de Gana, o impacto do trabalho doméstico excede somente as tarefas de casa. A ocupação está também impactando positivamente a educação, saúde, taxa de emprego, segurança, para mencionar alguns e, se fosse bem manejada, poderia melhorar o desenvolvimento sócio-econômico sustentável de curto e longo prazo. Um funcionário no Departamento de Trabalho, comentando sobre as contribuições dos trabalhadores domésticos em Gana, destacou efusivamente que “ainda que nós deliberadamente não os reconheçamos, eles estão conosco – não podemos desenvolver em Gana sem um grupo deste tipo. Eles promovem a educação infantil, a saúde e até segurança para as casas daqueles que têm que deixar seus lares para trabalhar!”^{xxi}.

Como indicado no capítulo anterior, as mulheres estão entrando no mercado de trabalho cada vez mais em países no mundo todo. Estas são exatamente as mesmas que haviam ficado em casa, principalmente como donas-de-casa, mas que ultimamente estão ativamente realizando atividades no mercado de trabalho. Elas têm se tornado particularmente vulneráveis em muitas circunstâncias devido ao estresse

resultante de lidar com as exigências da família e as responsabilidades do trabalho (Sackey, 2005). A situação em Gana não é uma exceção. Desde a década de 1990, muitas mulheres enfrentam as exigências do emprego que entram em conflito com aquelas dos lares. Estas exigências do emprego podem promover desenvolvimento econômico, mas estão estruturadas em um “padrão complexo de especialização de trabalho e divisão de trabalho”, e normalmente não são adaptadas para acomodar as necessidades e responsabilidades necessárias para a manutenção das casas. Adunyame (1999) destacou que as mulheres em Gana têm tido que dar um jeito de se ajustar às exigências do emprego e às da casa. Algumas delas foram obrigadas a procurar mudanças nos requisitos de emprego a fim de acomodar suas responsabilidades em casa. A partir do uso criativo de seu tempo, algumas mulheres trabalhadoras tiveram que sacrificar qualquer tempo de lazer e fins de semana para atender às demandas domésticas, forçando a si mesmas a trabalhar excessivamente. Cerca de 90% das mulheres trabalhadoras em Gana devem sacrificar seus fins de semana para terminar o trabalho doméstico que ficou por fazer no curso da semana de trabalho fora de casa (Adunyame, 1999). Outras mulheres que não são capazes de sustentar tais pressões assim como aquelas que são incapazes de coordenar o emprego remunerado e as preocupações com a casa ou com o cuidado dos filhos podem ter que adiar ter filhos ou decidir simplesmente não ter filhos. Isto pode resultar em repercussões desfavoráveis no futuro. Segundo Adunyame (1999), algumas delas têm que suspender suas aspirações de carreira por algum tempo, especialmente quando seus filhos são mais jovens.

É, portanto, raro para os homens enfrentar as preocupações que exigem adaptações como as mencionadas acima, ou que os faça requerer mudanças nos horários de trabalho a fim de acomodar as responsabilidades domésticas (Adunyame, 1999). Isto os coloca em vantagem sobre as mulheres que estão conseguindo quebrar o “teto de vidro” no mercado de trabalho, historicamente dominado por homens em Gana, especialmente aqueles na economia formal. Tsikata (2007) destacou que o baixo nível de participação das mulheres na economia formal também pode ser devido, entre outros fatores, à discriminação nas estruturas educacionais e modelos de recrutamento coloniais que eram usados. Além disso, mesmo quando as mulheres eram recrutadas, elas tinham que abandonar o trabalho sempre que se casavam ou tinham um filho.

A fim de aumentar o acesso das mulheres às atividades econômicas públicas e formais – e em alguns casos, nas atividades econômicas informais – as trabalhadoras domésticas estão servindo como um

remédio para os desafios não resolvidos que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho a respeito do gerenciamento das responsabilidades profissionais e domésticas. Jacquemin (2009) enfatiza o fato de que a maioria das meninas e adolescentes realiza a maioria do trabalho doméstico para as classes operária e média. Tsikata (2009) destacou a importância do trabalho doméstico para as atividades econômicas fora das casas:

“... elas também trabalham primariamente para mulheres que trabalham fora de casa. Sem trabalhadoras domésticas de preços acessíveis, tais mulheres achariam muito difícil trabalhar fora de casa já que a contribuição dos homens ao trabalho doméstico, embora crescente, ainda não é o suficiente” (Tsikata, 2007)

A palavra “acessível” usada aqui demonstra a medida em que, em muitas circunstâncias, o trabalho doméstico é menos caro ou barato em Gana. Uma das áreas em que acessibilidade é garantida é através da contratação de jovens garotas por adoção temporária – uma prática costumeira em Gana (LAWA-Gana, 2003). De fato, no contexto de Gana, as crianças que trabalham como trabalhadores domésticos continuam a contribuir imensamente para a renda familiar em Gana (LAWA-Gana, 2003).

“Trabalhadores domésticos têm um grande papel na infra-estrutura de Gana, tanto dentro quanto fora de casa. Com o aumento de mulheres entrando na força de trabalho, a demanda por trabalhadores domésticos está sempre crescendo.” (Amanquaah et al., 2009).

A OIT (2009) comprova o fato de que o acesso universal gratuito a serviços de saúde, cuidado com os filhos e com os idosos, e o fornecimento de água em casa reduz a quantidade de tempo necessário para cuidar da família ou de membros da família em um ajuntamento ou casa. O acesso universal às facilidades básicas para facilitar as tensões do dia-a-dia está ausente em Gana no que diz respeito à maioria da população. Isto torna a presença das trabalhadoras domésticas essencial na redução das muitas tarefas que sobrecarregam muitas pessoas, especialmente mulheres, devido à falta de tal acesso universal.

As trabalhadoras domésticas, além de ajudar outras mulheres a trabalhar no mercado de trabalho fora das casas sem muito estresse, estão contribuindo para a promoção da educação básica em Gana. Em Gana, especialmente nas cidades, é uma prática comum que pais trabalhadores – tanto na economia formal quanto na informal – geralmente tenham que sair de casa às 5, 5h30 da manhã. Isto é devido a

muitos fatores incluindo acesso ao transporte, compromissos cedo e distância até o local de trabalho assim como congestionamento de tráfego. É a trabalhadora doméstica que une os lados neste caso, preparando as crianças mais jovens e as mandando para a escola. Elas estão ajudando a promover um fator social muito fundamental – educação básica – o que vai a longo prazo impulsionar o desenvolvimento econômico – ao preparar e mandar estas crianças mais jovens para a escola.^{xxii}.

Além disso, uma grande área em que os trabalhadores domésticos em Gana em particular estão oferecendo seus serviços é no nível do saneamento – melhorando a higiene nas casas para a boa saúde. Cozinhar refeições e limpar as casas assegura a boa saúde para os membros das famílias para as quais elas trabalham e a maioria das trabalhadoras domésticas em Gana realiza estas atividades entre outras.

Um funcionário envolvido com o trabalho em Gana salientou que a presença das trabalhadoras domésticas nas casas particulares das pessoas faz com que os trabalhadores fora de casa relaxem psicologicamente a respeito da segurança de sua residência e posses pessoais, permitindo que eles se concentrem no seu emprego e sejam mais produtivos. “É um fato de que as pessoas não se sentem inseguras quando vão trabalhar, se há outras pessoas em suas casas. Muitos dos nossos trabalhadores não podem pagar por serviços de segurança. Além disso, se algo some, as trabalhadoras domésticas podem ser responsabilizadas, então elas guardam bem as propriedades das pessoas enquanto trabalham”.^{xxiii}

É importante notar também que realizar o trabalho doméstico remunerado é uma maneira de envolver as pessoas nas atividades econômicas. Muitas mulheres que teriam ficado ociosas encontram consolo em serem recrutadas como trabalhadoras domésticas. Como já foi indicado, algumas destas mulheres têm baixos níveis de educação formal, mas algumas também completaram o Ensino Médio^{xxiv}. Esta é supostamente uma forma de ganhar um sustento para muitas que, de outra maneira, poderiam ficar presas nos vícios sociais como roubo, tráfico de drogas, entre outros.

A intensificação da contratação de trabalho doméstico encorajou muitas pessoas a entrar no campo de trabalho, abrindo empregos para trabalhadoras domésticas e para empregadores, que são em sua maioria mulheres, ao mesmo tempo em que promovem educação, saúde, segurança e outros fatores que

têm boa perspectiva para o desenvolvimento sócio-econômico a longo prazo.

3.7 Condições de trabalho das trabalhadoras domésticas ganenses – questões referentes ao trabalho digno

“Os direitos humanos básicos dos trabalhadores domésticos são violados todos os dias. No curso de suas vidas cotidianas, os trabalhadores domésticos não têm acesso ao conjunto completo de direitos e liberdades humanas, incluindo o direito à liberdade de ir e vir, o direito ao mais alto padrão de bem-estar físico e mental, e o direito de participar ativamente na vida social e cultural.” (LAWA-Gana, 2003).

A OIT (2009) enfatizou que acordos a respeito do trabalho assim como a medida em que o trabalho doméstico remunerado é executado sob condições dignas de trabalho mostram variações extremas, com consequências singulares para os trabalhadores. As condições de trabalho das trabalhadoras domésticas em Gana são, em grande medida, inadequadas, embora haja poucas exceções (de fato, algumas das trabalhadoras domésticas entrevistadas em Acra afirmaram que estão relativamente bem de vida, não por causa das leis; são meramente sortudas devido à generosidade e características humanitárias de seus empregados). Em Gana, o trabalho doméstico é caracterizado por grandes preocupações a respeito de trabalho digno que se relacionam com os direitos fundamentais no trabalho, incluindo igualdade, trabalho infantil, trabalho forçado, tráfico de seres humanos, assédio sexual, liberdade de associação, direito de negociação coletiva e falta de proteção social.

Uma grande deficiência no que se refere ao trabalho doméstico digno é o trabalho infantil. LAWA-Gana (2003) salientou que grandes números de trabalhadores domésticos em Gana são crianças, que não deveriam estar no trabalho doméstico em primeiro lugar, já que tais atividades lhes nega o direito de estar na escola. Tratando da prevalência do trabalho doméstico remunerado infantil e dos desafios que este representa para o trabalho digno, Jacquemin (2009) indicou que “os esforços contra o trabalho infantil com frequência ignoram os trabalhadores domésticos”, entretanto, “milhões de garotas estão presas em trabalho mal remunerados como trabalhadoras domésticas”. A Lei sobre a Infância (1998) descreve o trabalho infantil como qualquer atividade que impeça a criança de estar na escola. Segundo LAWA-Gana (2003), muitas das crianças que realizam trabalho doméstico “ou nunca frequentaram a

escola ou a abandonaram cedo para trabalhar” como trabalhadores domésticos. Quando têm a sorte de ter acesso à escola, enquanto realizam trabalho doméstico, elas estão incapazes de lidar com o trabalho acadêmico por causa das longas horas de trabalho que os deixa praticamente sem períodos de descanso. Apesar de ser um fenômeno antigo, hoje em dia o trabalho doméstico infantil está se tornando uma situação preocupante, que não apresenta uma boa perspectiva para o país, já que as crianças estão cada vez mais sendo presas ao trabalho doméstico – isto, de fato, exige preocupação^{xxv}. É isto que Jacquemin (2009) chama de “escândalo moral”.

Na maioria dos casos, a questão do trabalho infantil está associado à pior forma de trabalho infantil, trabalho forçado e tráfico de seres humanos. Foi observado que 18% das crianças abordam seus empregadores sozinhas em busca de empregos, mas na maioria dos casos, pais ou parentes tomam a decisão pelas crianças. Alguns pais pobres também dão suas guardas para “intermediários” ou amigos que acham trabalho doméstico para elas. A maioria desses pais não se dá ao trabalho de descobrir as condições sob as quais seus filhos trabalham (Tsikata, 2009). A adoção temporária também gera trabalho forçado, já que normalmente é feito sem o consentimento da criança. A OIT indicou que o trabalho infantil está “generalizado e arraigado” na tradicional prática da adoção temporária em Gana (Tsikata, 2009). Neste sistema, as pessoas dão seus filhos para parentes relativamente mais ricos para criá-los por elas.

“Este problema é uma questão perigosa... Um parente distante enviará uma garota para conseguir uma oportunidade melhor por causa da pobreza em casa, e a garota terá que dar seus serviços pela oportunidade... As mulheres com frequência são acusadas de maltratar estas garotas – fazendo com que trabalhem demais” (LAWA-Gana, 2003).

Um funcionário da LAWA-Gana expressou que há boas intenções na adoção temporária, dado que algumas que fazem tais acordos genuinamente o fazem para beneficiar as crianças e ajudar a melhorar suas vidas. Há “intermediários” bem intencionados e outros cujo objetivo não é lucrar de tais acordos com crianças sendo empregadas como trabalhadores domésticos. Não obstante, algumas crianças se tornam vítimas de trabalho infantil, tráfico de seres humanos e abuso^{xxvi}.

Um funcionário do governo observou que não só muitas crianças realizam trabalho infantil, mas também algumas delas realizam nas piores formas de trabalho infantil, que incluem trabalho infantil à

noite, trabalho infantil exploratório e trabalho perigoso^{xxvii}. Segundo a Lei sobre a Infância (1998), “trabalho noturno constitui trabalho entre as 8 horas da noite e 6 horas da manhã; o trabalho é exploratório de uma criança se a priva de sua saúde, educação ou desenvolvimento; o trabalho é perigoso quando ele apresenta perigo para a saúde, segurança ou moral de uma pessoa”. A idade mínima para a realização de trabalho perigoso é 18. É um fato de que muitas crianças estão expostas a muitas dificuldades relacionadas ao que a Lei sobre a Infância de Gana proíbe devido ao seu envolvimento no trabalho doméstico. Alguns de seus empregadores não são punidos pelos maus tratos forçados, já que elas estão em suas casas particulares. A maioria de tais atrocidades ocorre atrás de portas fechadas, o que as torna difíceis de ser notadas. Elas são quase invariavelmente as primeiras a acordar e as últimas a ir para a cama e, além disso, a maioria delas é obrigada a sair e vender coisas nas ruas à noite^{xxviii}. Quando perguntados se o Departamento de Assistência Social monitora as casas a fim de checar abusos infantis, o funcionário disse que eles geralmente dependem de dicas oferecidas por um vizinho ou pessoa preocupada. Isto significa que se as pessoas ao redor não mostram preocupação alguma, ou não percebem tais abusos, não há possibilidade de intervenção.

3.7.1 Sindicatos

A Liberdade de Associação está consagrada na constituição de Gana, e com isso o direito de pertencer a um sindicato, mas no caso de trabalhadores domésticos, como são empregados como indivíduos que trabalham nas casas das pessoas, o cumprimento desse direito é muito difícil. Além disso, como eles em grande parte não são organizados, eles são incapazes de negociar coletivamente ou realizar Acordos de Negociação Coletiva para promover melhores condições de trabalho.

Das 12 pessoas realizando trabalho doméstico que foram entrevistadas, nenhuma delas pertence a uma associação ou sindicato. Portanto, remunerações e outras condições de serviço são negociadas pessoalmente, quando elas têm a oportunidade de fazer isso. Tsikata (2009) destacou que mesmo quando há um sindicato de trabalhadores domésticos, seus números em relação à predominância de trabalhadores domésticos no país como um todo provam o fato de que “a maioria dos trabalhadores domésticos não pertence a nenhuma organização coletiva”.

A falta de contrato formal é um dos maiores desafios que confrontam as condições do trabalho doméstico em Gana. A maioria dos trabalhadores domésticos, como os muitos trabalhadores da

economia informal, não tem contrato de emprego que regula seu relacionamento com seus empregadores. Esta brecha aumenta a exploração de tais trabalhadores, que não têm nada de significativo para garantir melhores condições como benefícios médicos, planos de pensão, licença por doença, férias, licença-maternidade ou horas extra.

“Pode ser muito exploratório e pior no lar porque você não tem um contrato... Não há horários de encerramento para o trabalho doméstico; é uma situação feita para a exploração, sem supervisão, sem parâmetros definidos” (LAWA-Gana, 2003).

Quando há contratos, são em sua maioria verbais. Isto leva à fácil negação e violação já que a empregada doméstica fica à mercê do empregador, que invariavelmente toma decisões para satisfazer suas aspirações e critérios, mesmo se isto se der às custas da empregada doméstica. LAWA-Gana (2009) notou com preocupação que muitos empregadores informalmente prometem cuidar da empregada “desde que ela faça tudo que a mandam fazer”. A empregada é, portanto, deixada sem recursos quando confrontada com uma situação onde o empregador se recusa abertamente a honrar o contrato informal. Uma trabalhadora doméstica que foi entrevistada disse que o marido de sua empregadora a assediava sexualmente e quando ela resistia isto resultava em mau tratamento e abusos por parte do homem. Quando eles, o homem e a empregadora – a esposa – consequentemente a demitiram, eles se recusaram a pagar o que tinham concordado verbalmente – pagamento em espécie. Quando ela insistiu que eles deveriam pagar sua remuneração, sua empregadora finalmente a bateu^{xxix}.

3.7.2 Proteção Social

Como parte dos mais de 80% da população economicamente ativa que se encontram na economia informal em Gana, muitas trabalhadoras domésticas não contam com recursos para a proteção social e segurança, incluindo proteção da maternidade. Acordos formais de segurança social não cobrem as trabalhadoras domésticas (Tsikata, 2009). Recentemente, o sistema de segurança social estatal tem feito mudanças para incluir os trabalhadores da economia informal, “porém, sem um esforço explícito para incluir as trabalhadoras domésticas, sua situação provavelmente não melhorará” (Tsikata, 2007). Na prática, as trabalhadoras domésticas em Gana não desfrutam de licenças remuneradas, licença maternidade ou licença por doença. Elas só tiram folgas, geralmente não remuneradas, quando ficam doentes ou grávidas. Algumas delas podem facilmente ser demitidas quando tiram folgas e, já que não têm segurança de emprego, elas não devem se ausentar por longos períodos, temendo que possam

perder seus empregos. Em Gana, como as trabalhadoras domésticas normalmente são pagas em espécie, “a violação do seu direito de segurança social poderia levar à catastrófica pobreza durante a velhice” (LAWA-Gana, 2003).

Além disso, os empregadores raramente asseguram o acesso de suas empregadas domésticas à segurança ocupacional e unidades de saúde. LAWA (2003) indicou que muitas trabalhadoras domésticas, além de serem obrigadas a trabalhar por longas horas, são expostas a lesões relacionadas ao trabalho devido à falta de medidas de proteção ou prevenção para protegê-las. Cortes, contusões, queimaduras, entre outros caracterizam suas atividades cotidianas. Elas também raramente recebem atenção médica e isto, às vezes, se torna graves infecções (LAWA-Gana, 2003). Algumas delas, entretanto, têm sorte de ter empregadores que, por iniciativa própria, lhes oferece algum grau de proteção.

Trabalho árduo, livre de descanso adequado, e, às vezes, má nutrição está expondo muitas trabalhadoras domésticas a sérios riscos de saúde. Sobre esta preocupação em Gana, LAWA (2003) observou: “de fato, as trabalhadoras com frequência realizam trabalho estrênuo o dia todo, comem poucas migalhas e dormem no chão... empregadores só contratam aquelas trabalhadoras que silenciosamente se submetem a tais condições”. Segundo Tsikata (2009), as crianças trabalhadoras domésticas, em particular, frequentemente relatam malária, dores de cabeça, dores no corpo, dores de estômago e tosse/dores no peito. Apesar do fato de que 70% das crianças admitiram que antes de começarem o trabalho doméstico eles apresentavam sintomas similares, muitos acreditam que as condições de seu trabalho são fatores contribuintes para sua doença. Esta relação foi feita pela maneira pela qual algumas trabalhadoras trabalham no sol, sem descanso e com refeições que lhes são estranhas (Tsikata, 2009).

É importante notar que algumas destas trabalhadoras domésticas não só realizam o trabalho doméstico na casa dos empregadores, mas também realizam outras atividades econômicas fora de casa, para seus empregadores. Tsikata (2009) destacou é uma realidade que algumas trabalhadoras domésticas também realizam “negócios e atividades produtivas” para seus empregadores. As combinações das tarefas de casa e o envolvimento com outras atividades fora das casas para estes empregadores complicam a natureza estrênuo de seu trabalho. Uma trabalhadora doméstica de 10 anos nos contou: “Eu acordo

cedo ao amanhecer para varrer, limpar a casa e lavar. Depois disso, eu vou comprar blocos de gelo e água em sachê e começo a vender água da manhã até a noite.”.^{xxx} Esta jovem menina, que nem sabia dos termos de seu contrato, nos disse que o mediador veio em busca de roupas e de outros itens para seus pais. Outra trabalhadora doméstica entrevistada disse que ela tem que terminar rapidamente o trabalho da casa, que inclui preparar as crianças para as escolas, limpar e cozinhar. Depois destes, a empregadora a manda trabalhar em um restaurante que pertence à sua irmã como parte do seu trabalho diário.^{xxxi} Sobrecarregadas com múltiplos trabalhos, estas empregadas sofrem muitos perigos de saúde relacionados ao trabalho. Dos exemplos citados acima, é claro que a pobreza dos pais levou a menina ao trabalho forçado e à pior forma de trabalho infantil com consequências sérias à sua saúde psicológica e física. A outra trabalhadora, segundo ela mesma, aceitou fazê-lo por falta de oportunidades e pobreza, esperando que no futuro próximo, ela seria enviada para aprender um ofício, mas no final das contas sua expectativa não se materializou por falta de contrato escrito. Estas instâncias entre outras, refletem a medida em que muitas trabalhadoras domésticas estão expostas a inseguranças e perigos de saúde.

Abuso físico e psicológico no trabalho doméstico é predominante em Gana. Algumas das empregadoras usam varetas para bater nas empregadas domésticas. Uma menina trabalhadora doméstica de 10 anos que foi entrevistada tinha uma cicatriz grande resultante de um golpe de vareta atrás de sua orelha esquerda. Outras empregadoras infringem abuso verbal sério em suas vítimas, “danificando sua auto-estima e dignidade pessoal”. LAWA-Gana (2003) indicou que as histórias de abusos são “muito comuns”. Assédio sexual e abusos também são excessivos e enormes. “Machucadas fisicamente, traumatizadas emocionalmente, e subdesenvolvidas educacionalmente, estas jovens mulheres sofrem abuso sexual e exploração” (LAWA-Gana, 2003).

3.7.3 Sistema institucional e trabalhadoras domésticas

O sistema legal e institucional possui provisões particulares que também são direcionadas para as trabalhadoras domésticas. Estas incluem a Constituição, a Lei do Trabalho (2003), a Lei sobre a Infância (N. 651, 2003), a Lei das Crianças e a Lei da Violência Doméstica; e 7 das Convenções Fundamentais ratificadas em 1999. A constituição de 1992 oferece condições gerais de trabalho para os trabalhadores em Gana com o artigo 24 destacando os direitos econômicos que dão a todas as pessoas o direito de trabalhar "sob condições satisfatórias, seguras, e saudáveis" assim como receber remuneração

igual por trabalho de valor igual, eliminando toda forma de discriminação. A constituição também enfatiza o descanso, o lazer e a "limitação razoável" das horas de trabalho, férias remuneradas incluindo feriados públicos. Além disso, o direito do trabalho de formar ou pertencer a um sindicato com o objetivo de proteger interesses econômicos ou sociais também é garantido pela constituição (Tsikata, 2009). Tsikata (2009) também salientou que o fato que o Artigo 16 da constituição de Gana sublinha a "proteção de ficar preso em escravidão ou servidão e trabalho forçado", o que chama nossa atenção para os Princípios Diretivos da Política Estatal que declara que:

"o Estado tomará todos os passos necessários para estabelecer uma economia sã e saudável cujos princípios subjacentes incluirão a garantia de uma remuneração justa e realista para a produção e produtividade" (Artigo 36 (2a))

A lei ganense proíbe o trabalho forçado, abuso infantil, tráfico, e servidão, portanto trata da maioria dos problemas que confrontam as trabalhadoras domésticas. Apesar do fato de que as provisões acima afirmadas estão consagradas na constituição de Gana, e também estão elaboradas na Lei do Trabalho (2003), a falta de monitoramento do sistema legal para a melhoria das condições de trabalho da força de trabalho na economia informal, particularmente aqueles que realizam trabalho doméstico é uma questão preocupante. LAWA-Gana (2003) destacou que apesar das leis que Gana fornecerem proteção formal para os trabalhadores, as trabalhadoras domésticas ainda enfrentam desafios no acesso a essas provisões. Além disso, o monitoramento ainda é um problema "tanto por causa da falta de recursos quanto por causa da falta de poder político" (LAWA-Gana, 2003). É como se as leis não existissem ou não houvesse instituições que façam cumprir as leis quando se trata de condições de trabalho como as das trabalhadoras domésticas. A seguir estão comentários dados por alguns ganenses a respeito das leis praticamente não existentes:

"Eu não acho que há muito em termos de cumprimento real. Eles não têm o sistema na prática"

"Aprovar a lei é uma coisa, mas o cumprimento é outra"

"Se há uma lei, ela é fraca" (LAWA-Gana, 2003).

Mesmo os oficiais do governo que deveriam acompanhar o cumprimento das leis – juízes, polícia, oficiais de trabalho, entre outros estão contribuindo para a ineficácia das leis porque a maioria deles não está "familiarizado com as provisões da lei" que têm como objetivo proteger crianças e adultos que

fazem trabalho doméstico (LAWA-Gana, 2003). Um funcionário preocupado no departamento de Assistência Social que foi entrevistado enfatizou que seu trabalho para proteger crianças abusadas e traficadas é frequentemente interceptado por oficiais de polícia que às vezes atuam no interesse dos criminosos que fazem as piores formas de trabalho infantil e/ou tráfico. Alguns deles até aceitam o acordo de morar com as crianças que são traficadas como trabalhadoras domésticas.^{xxxii}

Além da falta de cumprimento que coloca a maioria das trabalhadoras domésticas no país em risco, as próprias leis excluem algumas categorias de trabalhadoras domésticas em algumas de suas provisões básicas, tornando-as vulneráveis às consequências de tal discriminação. “As leis de trabalho existem, mas em certas áreas, há isenções – medidas que são aplicáveis a trabalhadoras domésticas não existem”.^{xxxiii} De fato, sob a nova Lei do Trabalho de 2003, Parte IV (sub-parte I) diz-se que os direitos de licença incluem licença por doença remunerada, licença anual remunerada, entre outras, “não se aplicam a uma pessoa em uma ocupação em que somente membros da família do empregador estão empregados”. Isto, como já foi indicado, está excluindo muitos membros de famílias estendidas que são recrutados por seus empregadores que vivem relativamente bem para realizar trabalho doméstico remunerado em dinheiro e/ou espécie. E os muitos membros de família que realizam trabalho doméstico? Na mesma Lei do Trabalho (2003), Parte IV (sub-parte III), onde provisões são feitas acerca dos períodos de descanso – seção 33 sobre “horas máximas de trabalho” assim como a seção 34 sobre “horas diferentes de trabalho” distintivamente isenta trabalhadores de tarefas e trabalhadores domésticos:

“Exceções: Esta Sub-Parte não se aplica a trabalhadores de tarefas e trabalhadores domésticos em casas particulares”

É nas casas particulares, entretanto, que a maioria das trabalhadoras domésticas opera suas atividades econômicas. Isto significa que a lei que protege os empregos não reconhece o fato de que dentro das casas particulares, há pessoas que também constituem uma categoria do mercado de trabalho que realizam trabalho doméstico remunerado. As leis de trabalho não requerem que aqueles que contratam trabalhadoras domésticas dêem 30 minutos remunerados de folga todo dia; “um período de descanso de 36 horas consecutivas” por semana assim como o direito de “quatorze dias consecutivos de licença anual”. Negar aos trabalhadores domésticos tais direitos, entretanto, é violar a Constituição de Gana que enfatiza o descanso, prazer e também as limitações razoáveis de horas de trabalho (LAWA-Gana, 2003).

A combinação de obstáculos legais e atividades culturais fortes assim como práticas tradicionais complicam as situações desafiantes das trabalhadoras domésticas, tornando a busca por ajuda contra condições desfavoráveis de trabalho muito difícil mesmo com o recurso de algumas instituições intervencionistas estatais. LAWA-Gana (2003) insistiu que em Gana, mulheres e crianças têm extensivamente “dificuldade para escapar de situações de trabalho abusivas e exploratórias”.

3.8 A resposta dos sindicatos para os desafios que as trabalhadoras domésticas em Gana enfrentam

Os sindicatos foram descritos por Schilinger (2005) como “agrupamentos organizados de ganhadores de salário com o propósito de representar os interesses econômicos, sociais e políticos de seus membros em relações de trabalho e sistemas políticos”. O Congresso Sindical de Gana (CSG), um conjunto de associações de trabalhadores pela proteção mútua que existe desde a década de 1920 foi estabelecida formalmente em 1945 quando 14 sindicatos que se registraram sob o Decreto Sindical de 1941 “se uniram sob uma entidade coordenadora central” (Anyemedu, 2000).

Desde sua criação, o CSG, cuja formação surgiu como um resultado de esforços para organizar os trabalhadores do setor informal incluindo trabalhadores agrícolas, cozinheiros, motoristas de automóveis e outros artesãos, tem continuado com suas relações históricas com os trabalhadores da economia informal (Tsikata, 2009). Hoje em dia, a força de trabalho da economia informal, à qual as trabalhadoras domésticas pertencem, não aparece muito na estrutura e composição do CSG uma vez que na sua evolução, aparentemente, trabalhadores da economia formal dominaram suas estruturas (Tsikata, 2009). Isto não obstante, recentemente, como resultado da diminuição do seu número de membros devido às persistentes demissões e à diminuição dos trabalhadores do setor público, quando o governo de Gana introduziu reformas econômicas liberalistas através do Serviço de Ajuste Estrutural (PAE) (Anyemedu, 2000), o CSG tem levado a organização de trabalhadores informais mais a sério. Esta tentativa de mobilizar os trabalhadores da economia informal não tem sido sem desafios, especialmente na área de finança (Tsikata, 2009).

Em seu esforço para organizar os trabalhadores da economia informal, o Sindicato de Trabalhadores Industriais e Comerciais (STIC), um dos 17 membros do CSG, começou a organizar as trabalhadoras

domésticas em sua unidade de economia informal. O STIC, por sua experiência com outros trabalhadores informais que organizou – cabeleireiros e esteticistas, barbeiros e donos de salão, tecelões e fabricantes de batiques –, teve dificuldades ao organizar as trabalhadoras domésticas, tornando esta organização menos bem sucedida, comparado com outras que organiza dentro de seu mandato e jurisdição.

O STIC começou a mobilizar os trabalhadores domésticos em 1990. Em 1991, começou com o recrutamento de cozinheiros e camareiros, babás e outras categorias de trabalhadores domésticos: jardineiros, motoristas e outros. Porém, ele só olhava trabalhadores domésticos adultos. Os critérios para buscar organizar os trabalhadores domésticos foram baseados em casa para as atividades (Tsikata, 2009). Segundo um funcionário do STIC, isto tornou a tarefa muito complicada já que houve muita resistência dos empregadores do grupo específico de trabalhadores domésticos que eles começaram a mobilizar, que eram em sua maioria empregados de diplomatas e oficiais do governo.^{xxxiv} Em Acra, especificamente, os trabalhadores domésticos organizados foram os de três zonas: Cantonments, Tesano e a área do Aeroporto (Tsikata, 2009).

O STIC contratou organizadores e lhes deu a única tarefa de organizar os trabalhadores domésticos. Entre as atividades relevantes de interesse para os trabalhadores domésticos afiliados estão a capacitação na sua atividade econômica escolhida, apoio para resolver conflitos com empregadores, encontros regionais e oficinas para dar treinamento básico no manuseio de produtos químicos, higiene e medidas para aumentar a eficiência (Tsikata, 2009).

Infelizmente, os esforços do STIC para mobilizar, organizar e sindicalizar os trabalhadores domésticos que começou com as três zonas em Acra e outras regiões em Gana falhou, terminando em 2008. Isto, segundo um funcionário do STIC, deve-se aos muitos desafios incluindo falta de um sistema institucional adequado, baixos retornos financeiros e o não cumprimento dos empregadores e às vezes, dos próprios empregados domésticos.^{xxxv}

3.9 Recomendações para melhorar a situação

Recentemente, Gana, como muitos países no mundo todo, tem observado mudanças na organização do trabalho, o que se intensificou com mais mulheres participando no mercado de trabalho. Estas

mudanças não tiveram provisões estatais para assistência e serviços sociais, tornando difícil para as famílias combinar trabalho remunerado com responsabilidades familiares. Isto, em grande medida, explica porque Gana, e especificamente Acra, está observando uma dependência maior no já existente trabalho doméstico remunerado, o qual agora está tomando outras formas, incluindo o uso de intermediários chamados de agências. Na ausência de pontes estatais entre o trabalho de cuidado doméstico e as atividades econômicas fora de casa, o trabalho doméstico tem sido, e continua a ser um envolvimento útil no que diz respeito ao desenvolvimento sócio-econômico de Gana.

Como já refletido neste capítulo, como muitos outros países, a economia de Gana, e sua sociedade e modo geral, no presente, não pode funcionar adequadamente sem esta força de trabalho. O trabalho doméstico está absorvendo grande parte de sua população cada vez mais ativa economicamente na economia informal, especialmente mulheres, mas também ajuda outras mulheres em particular a contribuir mais eficientemente para o crescimento e desenvolvimento econômico. Há a necessidade de melhorar as condições de trabalho das trabalhadoras domésticas. A prevalência do trabalho doméstico remunerado poderia ser mais produtiva e útil para a economia de Gana se medidas consistentes e objetivas fossem aplicadas para conter sua negligência e seus abusos o mais rápido possível. Estas medidas adequadas exigem um envolvimento do que a OIT chama de “parceiros sociais” – o Estado, os empregadores e os trabalhadores (sindicatos), assim como outras organizações da sociedade civil.

3.9.1 O Estado

Deve-se notar que o papel do Estado, que engloba todas as outras partes interessadas, é de extrema importância no que diz respeito ao aumento da produtividade das trabalhadoras domésticas assim como suas condições de trabalho em Gana, por isso há a necessidade de seu envolvimento efetivo. O Estado tem a responsabilidade de iniciar, executar e monitorar sistemas institucionais eficientes enquanto assegura a aderência adequada dos empregadores e outras partes interessadas à causa dos direitos dos grupos vulneráveis em Gana, especialmente das trabalhadoras domésticas remuneradas. Tais medidas devem ser consideradas a fim de fazer o trabalho doméstico mais atraente para adultos e com isso reduzir e/ou eliminar o trabalho infantil enraizado e formas piores de trabalho infantil, assim como refrear as muitas falhas relacionadas a trabalho decente que caracteriza o mercado de trabalho do trabalho doméstico.

Como já foi indicado acima, a negligência das trabalhadoras domésticas remuneradas começa com o Estado e suas provisões que praticamente discriminam contra as trabalhadoras domésticas. De fato, deve-se notar que uma das maiores razões para a falha do STIC em mobilizar e promover direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas foi a falta de um sistema legal que desse apoio. Isto é praticamente devido à falta de reconhecimento das contribuições sócio-econômicas generalizadas que elas fazem para o andamento do desenvolvimento sustentável do país. Apesar de tais negligências serem comuns na sua situação do trabalho doméstico em todo o mundo, Tsikata (2009) notou que quando olhamos a história desde a era colonial, as trabalhadoras domésticas recebiam melhor reconhecimento e condições nas economias coloniais da África, incluindo Zâmbia e Zimbábue. Com informação confiável, eles foram capazes de melhorar a visibilidade das trabalhadoras domésticas, o que levou ao seu reconhecimento e inclusão nos direitos trabalhistas o que “teve um efeito positivo no tratamento geral das trabalhadoras domésticas” (Tsikata, 2009) mesmo na era colonial. Isto significa que com disposição política hoje, pode-se melhorar as condições gerais das trabalhadoras domésticas. Preconceitos na estrutura social que militam contra a reparação da negligência da força de trabalho doméstica devem ser enfrentados com atitudes sociais renovadas, conscienciosidade e ação.

“A noção de trabalho doméstico para trabalhadores domésticos oferece um sistema normativo através do qual se deve pensar e mudar para além da lei pluralística do ambiente de trabalho doméstico para corrigir a desigualdade social estrutural enraizada.” (Blackett et al., 2009).

Primeiramente, uma visão geral do sistema legal e institucional que governa o trabalho doméstico em Gana deveria ser feito para encontrar os problemas e dificuldades que caracterizam as experiências das trabalhadoras domésticas. A Lei do Trabalho de 2003 deveria ser re-analisada, revisada e cumprida para cobrir adequadamente os interesses de todos os trabalhadores, especialmente as trabalhadoras domésticas remuneradas. Áreas que excluem ou discriminam trabalhadoras domésticas incluindo a Parte IV (sub-parte I) na qual é afirmado que os direitos de licença que incluem licença por doença remunerada, licença anual remunerada, entre outras, “não se aplicam a uma pessoa em uma ocupação em que somente membros da família do empregador estão empregados”; Parte IV (sub-parte III) onde provisões são feitas sobre períodos de descanso – seção 33 sobre “horas máximas de trabalho” assim como a seção 34 sobre “horas diferentes de trabalho” distintivamente isentam os trabalhadores de tarefas e trabalhadores domésticos, entre outros, devem ser corrigida o mais cedo possível.

Além disso, o Estado deveria criar uma provisão na lei que proíbe contratos verbais que amplamente caracterizam o trabalho doméstico remunerado no país, insistindo em um contrato vinculativo escrito para as relações de contratação de trabalhadores domésticos. Para apoiar os instrumentos legais mencionados acima, o governo de Gana deveria demonstrar interesse particular e apoio à Convenção de Trabalho Doméstico da Organização Internacional de Trabalho (OIT) que está no processo de ser formulada, tendo sido elaborada na sua 99ª sessão em 2010, e deve ser concluída em 2011 (OIT, 2010). Gana deveria não só fazer pressão para a realização da convenção dos trabalhadores domésticos, mas também estar pronto para ratificá-la assim que sair.

O passo mencionado acima não pode dar frutos se a definição dada a trabalho doméstico no contexto de Gana não for melhorado para evitar a exclusão de categorias cruciais de trabalhadores domésticos que realizam igualdade “trabalho doméstico remunerado”, não importando a relação com seus empregadores.

O Estado deveria não somente assegurar melhores condições legais, mas também ativamente buscar medidas que poderiam assegurar o respeito pelas leis e a aderência a elas através de monitoramento eficiente e avaliação das condições dos trabalhadores domésticos. Este passo importante para assegurar a segurança e bem-estar dos trabalhadores domésticos remunerados, através de monitoramento e avaliação, não deveria ser um fardo já que isto pode ser feito através de instituições já existentes que o Estado já estabeleceu, incluindo o Ministério de Mulheres e Crianças (MOWAC), o Departamento de Trabalho e o Departamento de Assistência Social. O problema do trabalho doméstico, além disso, está relacionado ao sexo e, portanto, requer o envolvimento de oficiais conscientes da questão do gênero nas instituições estatais para assegurar que as dimensões sexuais de tal monitoramento e avaliações não são menosprezadas.

Além destas instituições estatais, Organizações Não Governamentais, como a LAWA-Gana, e pesquisadores individuais que estão interessados em fazer pressão a favor dos direitos e bem-estar de grupos vulneráveis, particularmente a força de trabalho doméstica, deveriam ser encorajados e envolvidos em processos de reparação das circunstâncias infelizes das trabalhadoras domésticas. Além disso, medidas de apoio que incluem recursos humanos e financeiros deveriam ser oferecidos para tais instituições sem causar impacto adverso na credibilidade dos resultados de suas contribuições.

Além das estratégias mencionadas acima, o Estado tem a responsabilidade de criar riqueza através do aumento da produtividade e empregos decentes para combater os níveis de pobreza em Gana, especialmente no setor agrícola onde o declínio está fazendo da pobreza um fenômeno rural. O governo de Gana deveriam recomençar a subsidiar o setor para impulsionar atividades agrícolas assim como fazer intervenções nos sistemas de posse de terra a fim de beneficiar fazendeiros vulneráveis, especialmente mulheres envolvidas nesta atividade. Isto vai ajudar a resolver a questão da pobreza que gera o tráfico e o trabalho doméstico infantil.

3.9.2 Empregadores

Outra parte interessada na promoção de direitos trabalhistas e bem-estar das trabalhadoras domésticas são os empregadores. O sistema legal melhorado a ser fornecido pelo Estado deve servir como um guia para empregadores e agências que fazem a ligação entre as trabalhadoras domésticas e empregadores no que diz respeito à assinatura de contratos formais e promoção de trabalho decente. As relações virtualmente não reguladas entre trabalhadoras domésticas empregadas e seus empregadores deve ser uma coisa do passado. De fato, a Associações dos Empregadores de Gana (AEG) deveria buscar cumprir as provisões do Estado que promovem os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas. Isto poderia ser atingido se os empregadores se envolvessem na execução, monitoramento e avaliação de condições de emprego de grupos vulneráveis, especialmente aqueles na economia informal, particularmente com ênfase nas trabalhadoras domésticas devido à sua extensa vulnerabilidade que advem de sua baixa visibilidade e antiga negligência. Os empregadores deveriam arcar com a reesponsabilidade do monitoramento da maneira que os parâmetros e leis do Estado forneceria, e ser obrigados a enviar um relatório anual com este propósito.

A Seção 8 da Lei do Trabalho (2003) explicita os direitos do empregador assim como a Seção 9 elabora os direitos do empregador. Enquanto os empregadores desfrutam de seus direitos (os quais às vezes são exagerados no que diz respeito ao trabalho doméstico), eles devem ter em mente os direitos que vêm com as responsabilidades. A Lei de Trabalho de Gana que foi formulada em referência à constituição de 1992 “proíbe tortura e tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante”. Ela insiste na dignidade inviolável de todas as pessoas e rejeita tratamento que tire de uma pessoa sua dignidade e valor humano (Constituição de Gana, 1992). Portanto, aqueles que empregam trabalhadoras domésticas devem ser

obrigados por um contrato escrito baseado em leis regulatórias.

As agências que estão cada vez mais atuando na contratação de trabalhadoras domésticas remuneradas poderiam estar contribuindo para fornecer uma fonte de assistência a muitas pessoas da força de trabalho doméstica de Gana. Algumas de suas atividades envolvem o fornecimento de uma forma de contrato escrito para as trabalhadoras domésticas assim como, em alguns casos, fazer intervenções em nome das trabalhadoras domésticas. Não obstante, muitas agências estão envolvidas na exploração das trabalhadoras domésticas praticamente indefesas, perpetuando abusos enquanto basicamente se concentram em obter lucro o que piora a condição das empregadas domésticas.^{xxxvi} Um oficial no Departamento de Trabalho, quando perguntando sobre intervenções postas em prática para regular e monitorar mesmo as poucas entre as agências, que estão envolvidas na contratação do trabalho doméstico, deixou claro que não há tal regulação para, por exemplo, quanto um agente pode cobrar de uma empregada de trabalho doméstico.^{xxxvii} Uma tendência tão desregulada deve ser tratada. Agentes que se registrarem com o Departamento de Trabalho de Gana devem ter uma idéia das responsabilidades vinculativas assim como as restrições para evitar excessos. O governo, a associação de empregadores de Gana assim como os sindicatos deveriam dedicar-se a isto, insistindo em regulamentos assim como buscar e assegurar o registro de todas as agências clandestinas, para facilitar o monitoramento.

3.9.3 Trabalho organizado ou sindicatos

“Lutar para reduzir a desigualdade entre os trabalhadores e construir solidariedade entre as divisões sexuais e raciais é crucial para os sindicatos” (Stanford, 2008, p. 167). Desde sua origem, o trabalho organizado em Gana e o CSG, em particular, se envolveram com a força de trabalho que não está coberta pelas leis e proteção social eficiente – os muitos trabalhadores da economia informal. O trabalho organizado em Gana tem sido muito lento na realização de seus sonhos neste sentido e está cada vez mais confrontado por desafios que incluem um ambiente legal desfavorável e restrições financeiras (OIT, 2000); O Congresso Sindical de Gana (CSG) deveria se envolver com as questões de das trabalhadoras domésticas e sua mobilização. Embora organizações como a LAWA-Gana tenham tomado para si a luta pelo reconhecimento e direitos das trabalhadoras domésticas em Gana, o CSG não deveria abrir mão de seu papel como voz dos sem voz somente porque os esforços do STIC para mobilizar e organizar as trabalhadoras domésticas em Gana falharam a longo prazo. Nenhuma

instituição está melhor qualificada na busca por reparação da negligência das irregularidade que caracteriza o sempre crescente trabalho doméstico remunerado em Gana. Se o CSG se envolver seriamente com outros grupos de interesse como a LAWA, o impacto será maior.

Tendo respondido ao seu número de membros em queda com uma política que encoraja seus membros a organizar as trabalhadoras da economia informal (OIT, 2000; Tsikata, 2009), é importante para o CSG colocar em prática medidas para ajudar seus membros financeira e tecnicamente a fim de apoiar esforços como aquele realizado pelo STIC. Agora que a OIT está trabalhando em uma convenção para promover trabalho decente para as trabalhadoras domésticas, o CSG deveria se familiarizar com a situação de Gana e surgir com um plano estratégico para atender a uma das forças de trabalho mais vulneráveis de Gana – trabalhadoras domésticas.

3.9.4 Todas as partes interessadas

A prática enraizada de trabalho infantil e trabalho forçado em relação ao trabalho doméstico em Gana requer preocupação de todas as partes interessadas – governo, empregadores e organizações da sociedade civil incluindo organizações não-governamentais. É triste notar que a maioria dos ganenses não estão conscientes sobre as tendências crescentes e devastadoras que está arrasado o país, assim como a medida em que tais práticas adversas está enraizado no trabalho doméstico, entre outros^{xxxviii}. Incrivelmente, mesmo as muitas agências de apoio à legislação e outros oficiais de instituições estatais que deveriam se envolver parecem estar ignorantes ou inflexíveis sobre as ameaçadas sócio-econômicas que tais deficiências de trabalho decente apresenta para a economia de Gana e seu desenvolvimento sustentável. Com o envolvimento determinado das partes interessadas acima mencionadas na sensibilização e conscientização na luta contra o trabalho infantil e seus aliados, o impacto poderia ser positivo com o efeito múltiplo de eliminar as piores formas de trabalho infantil e forçado da forma de trabalho domésticas de Gana.

O trabalho doméstico remunerado pode ser recondicionado para refletir os valores de trabalho decente se eles se tornarem atraentes, com medidas intervencionistas estatais. Empregadores que buscam trabalhadores de preço razoável e recorrem a trabalho doméstico infantil devem ser processados com seus cúmplices incluindo pais e intermediários que concordam em perpetuar as piores formas de trabalho infantil. Se o trabalho decente for promovido no trabalho doméstico remunerado através de

reconhecimento, remunerações melhores patrocinadas pelo Estado e proteção social assim como outras condições de trabalho melhoradas, o trabalho doméstico remunerado será atraente para mais adultos que se envolverão nele para seu sustento. Ao fazer isto, haverá pouco ou nenhum lugar para o trabalho doméstico infantil.

Conclusão

Em um período de interesse renovado nas condições de trabalho no mundo todo, as condições de trabalho das trabalhadoras domésticas remuneradas se tornaram uma questão de interesse para muitos, incluindo os ganenses. Até que o Estado e o povo de Gana dêem respeito e reconhecimento para o trabalho doméstico remunerado e suas contribuições sócio-econômicas para uma economia em desenvolvimento como aquela de Gana, tomando medidas apropriadas com objetivo de promover melhores condições de trabalho para as trabalhadoras domésticas, elas podem não ser valorizadas.

Apesar da falta de estatísticas confiáveis que reflitam a realidade de prevalência do trabalho doméstico, as trabalhadoras domésticas em Gana estão crescendo em número como mostram muitos indicadores incluindo a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, o constante recrutamento de trabalhadoras domésticas pelas agências sempre crescentes, assim como na prática o número de casas que têm trabalhadoras domésticas (LAWA-Gana, 2003; Tsikata, 2009). A força de trabalho de Gana é caracterizada por alguns homens e muitas mulheres e garotas que enfrentam um sistema legal inadequado, além de sérias deficiências relacionadas a trabalho decente que incluem trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação, ausência de proteção e segurança social, exploração, assédio sexual e outras formas de abuso.

Todos os ganenses bem intencionados são testemunhas das grandes contribuições que a força de trabalho doméstica remunerada está fazendo que promovem desenvolvimento sócio-econômico na economia de Gana^{xxxix}. A operação normal e sem problemas dos locais públicos e a participação das pessoas nas atividades econômicas fora de casa teria sido impedida sem as trabalhadoras domésticas. Muitos mais teriam que escolher entre ter filhos e empregos ou a educação básica de seus filhos e a presença imediata no trabalho, apesar para mencionar alguns exemplos. Este papel das trabalhadoras domésticas se tornou cada vez mais necessário na ausência de provisões estatais de creches confiáveis e outras preocupações domésticas em Gana. A tendência de que muitas pessoas, especialmente

empregados que trabalham fora de casa, estão contratando trabalhadoras domésticas prova isto, refletindo o fato de que o valor das trabalhadoras domésticas deveria ser considerado por todos.

Há, portanto, a necessidade de medidas intervencionistas abrangentes por parte do governo de Gana, cujo papel de liderança conciso atuará grandemente para trazer reconhecimento para todo tipo de trabalhador doméstico em Gana, resultando na apreciação de suas contribuições para o contexto sócio-econômico do país. O Estado deve também analisar os desafios que as trabalhadoras domésticas remuneradas enfrentam em Gana e surgir com as condições legais apropriadas que incluem suas especificações para refrear as muitas deficiências relacionadas ao trabalho decente que elas enfrentam. Gana deve também apoiar o processo da formulação da convenção da OIT em favor das trabalhadoras domésticas e tomar um passo adicional em ratificá-la quando estiver completa. O Governo, através de suas instituições, deveria monitorar e avaliar rigidamente o trabalho doméstico remunerado em Gana.

Além dos esforços do Estado, outras partes interessadas incluindo a Associações de Empregadores de Gana (AEG), o Congresso Sindical de Gana (CSG) assim como organizações da sociedade civil deveriam intensificar seu comprometimento com a causa do reconhecimento dos direitos das trabalhadoras domésticas assim como a promoção de melhores condições de trabalho para elas.

CONCLUSÃO

Milhões de mulheres e meninas estão envolvidas no trabalho doméstico exploratório que é caracterizado por baixas remunerações, isolamento, punição violenta, às vezes estupro, menosprezo constante, tendências suicidas, as quais tornam o "reconhecimento e defesa de seus direitos humanos e trabalhistas" uma necessidade urgente (D'Souza, 2010). Apesar do trabalho doméstico criar empregos para muitas mulheres, e algumas das trabalhadoras domésticas estarem relativamente bem de vida em suas condições de trabalho, a maioria delas sofre negligência e consequências terríveis. Não podemos negar o fato de que o trabalho doméstico remunerado é uma necessidade para o desenvolvimento sócio-econômico onde quer que o encontremos, uma vez que no contexto sócio-econômico de muitos países, as sociedades assim como suas atividades econômicas não podem ser sustentadas sem contar com as trabalhadoras domésticas remuneradas.

Fatores de oferta e demanda estão alimentando o crescimento do trabalho doméstico remunerado (D'Souza, 2010). Por um lado, mudanças demográficas incluindo o envelhecimento da população, diminuição do bem-estar social, aumento da participação das mulheres na força de trabalho assim como dificuldades em combinar a vida profissional e a vida familiar nas áreas urbanas está resultando na demanda crescente por trabalhadoras domésticas. Por outro lado, o aumento da pobreza rural, a discriminação sexual, oportunidades de trabalho limitadas, entre outros estão alimentando a oferta constante de trabalhadoras domésticas remuneradas. As razões para a predominância do trabalho doméstico remunerado – tanto aquelas que criam a necessidade de recrutamento de trabalhadoras domésticas remuneradas e aquelas que levam as pessoas a procurar e envolver-se com trabalho doméstico – torna este setor muito crucial para o desenvolvimento sócio-econômico em todo tipo de país onde as pessoas contratam trabalhadoras domésticas, seja nos países em desenvolvimento ou naqueles em desenvolvimento. É por isto que podemos dizer que o trabalho doméstico está servindo como um suporte principal para o contexto sócio-econômico de hoje.

No Capítulo um, vimos que inegavelmente há uma ocupação conhecida como trabalho doméstico o qual acontece dentro das casas dos indivíduos, famílias ou estabelecimentos privados. O trabalho realizado pelas trabalhadoras domésticas não acontece nos mercados, fábricas ou escritórios e por isso é normalmente não considerada ser um aspecto do "trabalho mercantil". Não obstante, a casa das pessoas agora é um ambiente de trabalho (OIT, 2010). Em outras palavras, as pessoas, particularmente

as mulheres, estão sendo contratadas para tomar conta dos cuidados e responsabilidades domésticas (em casas privadas) como sua atividade econômica enquanto as pessoas que eles servem vão realizar atividades econômicas fora das casas ou em lugares públicos. Entretanto, diferentemente da maioria de seus concorrentes nas atividades econômicas fora das casas, as empregadas domésticas enfrentam muitos desafios que incluem desigualdade e discriminação sexual, horários de trabalho, alocação de tempo em relação com seus salários, migração e problemas relacionados às trabalhadoras domésticas migrantes assim como outras grandes deficiências de trabalho decente que também se relacionam com seu status de proteção social.

No segundo capítulo, o estudo olhou as recentes dinâmicas da economia mundial em relação à participação da mulher na força de trabalho. Percebemos que na ausência de provisões ou instalações estatais que harmonizem as preocupações domésticas e do mercado de trabalho, especialmente para as mulheres que tradicionalmente tem arcado com o peso do cuidado doméstico, o trabalho doméstico fornece uma ponte sócio-econômica para facilitar a participação de mais mulheres nas atividades econômicas fora das casas. Este mesmo trabalho doméstico está criando uma plataforma para muitas pessoas que ficariam vulneráveis social e economicamente – servindo como uma oportunidade de emprego para outras mulheres no mercado de trabalho.

Embora o trabalho doméstico funcione como uma enorme ponte econômica e social que permite a participação de mais mulheres na força de trabalho de hoje, através de outras mulheres, assim criando empregos para algumas mulheres, elas enfrentam desafios, incluindo os reveses acima mencionados que são enormes e requerem grande preocupação. As trabalhadoras domésticas, em geral, estão de fato em desvantagem na esfera sócio-econômica de hoje, e isto é de extrema importância, mesmo nas economias avançadas onde a consciência dos direitos humanos é avançada. Apesar destas funções exercidas pelo trabalho doméstico, consideravelmente pouca atenção foi dada a ele.

No capítulo três, o estudo tratou do trabalho doméstico na economia em desenvolvimento de Gana. Apesar da ausência de informações abrangentes, definição e condições de trabalho padronizadas que confrontam as trabalhadoras domésticas, somadas ao sistema legal inadequado, o trabalho doméstico predomina. Aparentemente, isto levou a oportunidade de emprego para um grupo de cidadãos – agências. É um fato que o trabalho doméstico, além de recrutar muitas jovens e mulheres em geral,

está também permitindo que outras mulheres tenham acesso ao mercado de trabalho fora de suas casas, assim como indiretamente garantir segurança domiciliar, promoção de educação básica, estilo de vida mais saudável, entre outros.

Em virtude de suas contribuições sócio-econômicas em face das muitas condições de trabalho desfavoráveis que incluem trabalho infantil, tráfico de seres humanos, falta de segurança social, desigualdades, entre outras, há uma necessidade de reparação. O Estado, como outras partes interessadas incluindo a associação de empregadores, sindicatos, organizações da sociedade civil e indivíduos, está sendo intimado a se envolver efetivamente para melhorar a situação das trabalhadoras domésticas em Gana.

Em primeiro lugar, o Estado não deveria afastar suas responsabilidades de fornecer as instalações necessárias que poderiam promover oportunidades de emprego decente para toda sua população. Além disso, ele deve pôr em prática instalações que permitam a população economicamente ativa a combinar as preocupações privadas e públicas deixar uma de lado em suas empreitadas sócio-econômicas. Na ausência destas importantes medidas nas dinâmicas econômicas recentes, o reconhecimento da presença das trabalhadoras domésticas e o impacto de seu trabalho é primordial. Seus direitos humanos e trabalhistas devem buscados, enraizados e monitorados como outras ocupações respeitadas que impulsionam o desenvolvimento sócio-econômico.

BIBLIOGRAFIA

- Adunyame, B. Ennin. 1999. Gendering Work and the Economy Domestic Work, muse.jhu.edu/journals/africa_today/v056/56.3.yeboah.html Acessado em: 30-10-2009; 09:57.
- Amankwah A. Achiaa, and Gex, Megan. 2009. Ghana: Domestic Workers' Training Manual, Public Agenda.
- Accra. Department of Labor. 2010. Domestic Workers Recruited between 2006 and 2009. Accra: Public Employment Center (PEC).
- Anderson, Bridget. 2000. Doing the Dirty Work? The Global Politics of Domestic Labor, London and New York.
- Asiedu, K. Fred. 2002. Effect of Privatization on Wages and Job Satisfaction: the Case of Ghana. PhD thesis, Wageningen University. [Http://library.wur.nl/wda/dessrtations/dis3313.pdf](http://library.wur.nl/wda/dessrtations/dis3313.pdf) Acessado em: 1-12-2009; 18:24
- Aryeetey Ernest, Owusu George and Mensah E. Joseph. 2009. An Analysis of Poverty and Regional Inequalities in Ghana: Examining spatial development inequalities in Ghana Working Paper No. 27.
- Ávila, M. Betania, Prado Milena; Souza Theresa, Soares Vera, and Ferreira Verônica. 2008. Reflexões Feministas sobre Informalidade e Trabalho Doméstico, Brasil: Recife.
- Aranda M. Elizabeth. 2003. Global Care, Work and Gendered Constraints: The Case of Puerto Rican Transmigrants. *Gender and Society*. Vol. 17, No. 4 (Aug.), pp. 609-626. <http://gas.sagepub.com/content/17/4/609.full.pdf+html> Acessado em: 20-11-2009; 12:03
- Aziz Fahama. 2009. Trends in Labor Force Participation Rates by Gender and Race, Economic School of Business. Hamline University.
- Baah Yaw. 2006. Towards a National Policy on Informal Economy. In *National Forum on Informal economy*. Accra, 2006
Accra: Ghana Trade Union Congress, Research Unit.
- Botchie George and Ahiadzie William. Poverty Reduction Efforts in Ghana: the Skill Development Option. Acessado em: 13-12-2009; 00:11
- Blackett Adelle and Tsikata Dzodzi. 2009. Vulnerable Workers. *Protecting Dignity: Agenda for Human Rights*. 59-69. Canada: McGill University, et al. http://www.udhr60.ch/report/Humandignity_Megret0609.pdf Acessado em: 11-08-2010; 14:12
- Republic of Ghana. 1992. *Constitution of the Republic of Ghana.1994-2000* Ghana Review International: GRi.
- Burda C. Michael, Hamermesh S. Daniel, and Weil Philippe. 2006. The Distribution of Total Work in the EU and US, IZA. Discussion Paper No. 2270. http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=928821 Acessado em: 09-06-2009; 12:28

Bonke Jens, and Gerstoft Frederik 2007. Stress, time use and gender, electronic International Journal of Time Research. Vol. 4, No. 1. 47-68 <http://ffib.unilueneburg.de/eijtur/pdf/volumes/eIJTUR-4-1.pdf#page=48> Acessado em: 26-07-2009; 12:38

Carmen D. Deena. 1979. Rural Women's Subsistence Production in the Capitalist Periphery: Peasants and Proletarians. Monthly Review Press.

Cowling, Marc. 2007. Still at Work? An empirical test of competing theories of long hours culture, Institute for Employment Studies. <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/1614/> Acessado em: 21-08-2009; 12:51

Cerruti, Marcela. 2000. Intermittent Employment Among Married Women: A Comparative Study of Buenos Aires and Mexico City (Statistical Data Included), Journal of Comparative Family Studies. <Http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=5001217706> Acessado em: 10-08-2009; 14:13

Chancer, Lynn S. and Watkins, Berverly Xaviera. 2006. Gender, Race and Class: An Overview. United Kingdom: Blackwell.

D'Souza, Asha. 2010. Moving Towards Decent Work for Domestic Workers. An Overview of the ILO's Work, ILO Bureau for Gender Equality, Working Paper 2/2010 http://natlex.ilo.ch/wcmsp5/groups/public/---gender/documents/publication/wcms_142905.pdf Acessado em: 09-09-2010; 13:50

England Paula and Folbre Nancy. 1999. The Cost of Caring.. Annals of the American Academy of Political and Social Science. Vol. 561, pp 39-51. <http://ann.sagepub.com/content/561/1/39.full.pdf+html> Acessado em: 11-10-2009; 12:15

England, Paula. 2005. Emerging Theories of Care Work, Annual Review of Sociology. Vol. 31:381 – 399, Department of Sociology, Stanford. <http://arjournals.annualreviews.org/toc/soc/31/1?cookieSet=1> Acessado em: 09-08-2010; 11:50

Ferrer-i-Carbonell Ada and Van Praag M. S. Bernard. 2003. Income Satisfaction Inequality and its Causes. DIW Berlin, Discussion Papers, German Institute for Economic Research. <http://ideas.repec.org/p/diw/diwwpp/dp367.html> Acessado em: 01-06-2009; 09:12

Gershuny Jonathan, Harvey S. Andrew and Merz Joachim. 2004. electronic International Journal of Time Use Research,, Vol.1, No1, V-VL

Grant, Brenda. 1997. Domestic Workers: Employees or Servants? Agenda, The Labor Market. No. 35. pp. 61-65 <http://archive.niza.nl/docs/200207091215245961.PDF> Acessado em: 09-09-2009; 1049

Ghana Statistical Service. 1999. *2000 Population and Housing Census Enumerator's Manual*. Accra: Medialite Co. LTC

Ghana Statistical Service. 2002. *2000 Population and Housing Census, Special Report on Urban*

Localities. Accra : GPC (Assembly Press)

Ghana Statistical Service (GSS). key Social, Economic and Demographic Indicators. 2007-2009, <http://www.statsghana.gov.gh/Key> Accra: GSS. Acessado em: 03-07-2009, 10:17

Human Rights Watch. 2008. Lebanon: Migrant Domestic Workers Dying Every Week. www.hrw.org/.../lebanon-migrant-domestic-workers-dying-every-week
Acessado em: 09-20-2009; 11:46

ILO. 2010a. Decent Work for Domestic Workers, 4th Item on the Agenda, International Labour Conference, 99th Session, Report IV(1).

ILO. 2010. Decent Work for Domestic Workers. World of Work. No. 68. Switzerland: Geneva.

ILO. 2010. Decent work for Domestic Workers.
[Http://www.oit.org/wcmstp5/groups/public/---asia/--robangkok/documents/publication/wcm_041954.pdf](http://www.oit.org/wcmstp5/groups/public/---asia/--robangkok/documents/publication/wcm_041954.pdf)
Acessado em: 10-08-2010; 14:52

ILO. 2009. The Unpaid Care Work - Paid Work Connection, Integration. Policy Integration and Statistics Department. Working Paper No. 86 Switzerland: Geneva

ILO. 2009. Making Domestic Work Visible: the case for specific regulation, Industrial and Employment Relations Department.

ILO. 2007a. Pedagogical Material on Decent Work. International Institute for Labour Studies. Switzerland: Geneva.

ILO. 2007b. Press Release. In *Arrangement of Working Time*.
[http://www.ilo.org/global/About the ILO/Media and public information/Press releases/lang--en/WCMS_082712](http://www.ilo.org/global/About%20the%20ILO/Media%20and%20public%20information/Press%20releases/lang--en/WCMS_082712)
Acessado em: 10/11/09 10:33

ILO. 2007c. Rights, Labor Migration and Development: The ILO Approach, International Migration Brief, Geneva, http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/2007/107B09_264_engl.pdf
Acessado em: February 1, 2010, 12:25

ILO. 2007d. Labor Market Flexibility, Employment and Income Insecurity in Ghana. Employment Policy Papers. Switzerland: Geneva.

ILO. 2006. Decent Work Pilot Program, Country Brief: Ghana
<http://www.ilo.org/public/english/bureau/dwpp/download/ghana/countrybriefgh.pdf>
Acessado em: 25-11-09, 09:42

ILO. 2000. Trade Union Responses to Globalization: Case Study on Ghana. Labor and Society Program, International Institute of Labor Studies. <http://library.fes.de/pdf-files/gurn/00154.pdf> Acessado em: 10/10/2009, 11.26

- ILO. 1992. Survey of Economically Active Population, Employment, Unemployment and Underemployment: An ILO Manual. Switzerland: Geneva
- ILO. Participation in the World of Work, KILM 1, Key Indicators in the Labor Market, 6th Edition
- Ironmonger, Duncan. 2001. Household Production and the Household Economy. Research Paper. University of Melbourne, Department of Economics.
<http://www.economics.unimelb.edu.au/household/hholdunit.shtml> . Acessado em: 21-07-2009; 08:09
- IRENE/IUF. 2006. Respect and Rights: Protection for domestic/household workers. In *report of the international conference*, Amsterdam, 8-10 November, 2006.
<http://domesticworkerrights.org> Acessado em: 09-09-2009, 13:19
- Jacquemin, Melanie. 2009. (In)visible Young Female Migrant Workers: 'Little Domestics' in West Africa; Comparative Perspective on Girls and Young Women's Work,
http://www.migrationdoc.org/news/reports/Child_and_Youth_Migration/papers/Jacquemin%20AccraEnglish.pdf Acessado em: 29/06/2010; 23:45
- Jenkins P. Stephen and O'Leary C. Nigel. 1995. Modeling Domestic Work Time. Journal of Population Economics. Vol. 8, pp. 265 - 279. UK: Springer-Verlag
- Lareau Annette and Weininger B. Elliot. 2008. Time, Work and Family Life: Reconceptualizing Gendered Time Patterns Through the Case of Children's Organized Activities, Sociological forum, Vol. 23, No. 3. pp. 419-454(36)
- Lastarria-Cornhiel, Susana. 1997. Impact of Privatization on Gender and Property Rights of in Africa. World Development. Vol. 25, Issue 8. Páginas 1317-1333
<http://www.sciencedirect.com> Acessado em: 24-07-2010, 07:59
- LAWA (Leadership and Advocacy for Women in Africa). 2003. Domestic Workers in Ghana: First to Rise and Last to Sleep. Ghana.
- Löfmark, Monika Hjeds. 2007. Gender and time allocation differences in Taganrog, International Journal of Time Use Research. Vol. 4, No. 1. pp 69-92
http://econpapers.repec.org/article/leujournal/2007_3avol4_3ap69-92.htm Acessado em: 06-10-2009; 02:55
- Lutz, Helma. 2002. At your Service Madam! The Globalization of Domestic Service. Feminist Review, No. 70, Globalisation , pp. 89-104. <http://www.jstor.org/stable/pdfplus/1395972.pdf>
Acessado em: 08-11-2009; 08:42
- McDowell, Linda. 2001. Father and Ford Revisited: Gender, Class and Employment Change in the New Millenium. Transactions of the Institute of British Geographers, New Series, Vol.26, No. 4. pp. 448-464 <http://www.jstor.org/stable/3650660?cookieSet=1> Acessado em: 13-11-2009

- Medeiros Marcelo, Osorio G. Rafael and Costa Joana. 2007. Gender Inequalities in Allocating Time to Paid and Unpaid Work: Evidence from Bolivia. Levy Economics Institute Working Paper No. 495. <http://papers.ssm.com/abstract=982848> Acessado em: 25-10-2009; 09:23
- Mosley Hugh, O'reilly Jacqueline, and Schömann Klaus. 2002. Labor Markets, Gender and Institutional Change.. Great Briotain. Cornwall.
- Owusu George. 2005. Small Towns in Ghana: Justifications for Promotion under Ghana's Decentralization Program, African Studies Quarterly. Vol. 8, Issue 2, Spring http://findarticles.com/p/articles/mi_hb6608/is_2_8/ai_n29209181/?tag=content;coll Acessado em: 20-07-2010; 08:56
- Oppong Christine, Okali Christine and Houghton Berverly. 1975. Woman Power: Retrograde Steps in Ghana. African Study Review, Vol. 18, No.3. Pp.71-84 <http://www.jstor.org/pss/523722> Acessado em: 02-07-2010; 07:21
- Phelps S. Edmund. 2003. Designing Inclusion: tools to raise low-end pay and employment in private Enterprise. U.K.: Cambridge University Press.
- Proditia Sabarini. 2009. Jakartans compete for domestic workers. Jakartan Post. July 31 <http://www.thejakartapost.com/news/2009/07/31/jakartans-compete-domestic-workers.html> Acessado em: 11-13-2009; 10:33
- Pareira de Melo, Hildette. 1998. O Serviço Domestico Remunerado No Brasil: De Criadas a Trabalhadoras. Discussing paper No. 565 Acessado em: 03-02-2009; 03:12
- Pei-Chia, Lan. 2003. Maid or Madam? Filipina Workers and the Continuity of Domestic Labor. Gender and Society, Vol. 17, No. 2, pp. 187-208 <http://www.jstor.org/stable/3594687> Acessado em: 17-06-2009; 15:30
- Reid G. Margaret. 1996. The Economic Contribution of Homemakers, American Academy of Political and Social Science, Gender and Society, Vol. 17, No. 2. pp.61-69 <http://www.informaworld.com/smpp/content~db=all~content=a738552701>
- Reinert, Eric S. 2007. How Rich Countries Got Rich...and Why Poor Countries Remain Poor. London: Constable
- Republic of Ghana. 1999. *The Children's Act*, 1998. Act 560. Accra.
- Rodgers, Gerry. 1989. Precarious Jobs in Labor Market Regulation: The Growth of Atypical Employment in Western Europe. Switzerland: Geneva
- Sayer, Andrew. 2007. Dignity at Work: Broadening the Agenda. Organization articles. Vol. 14(4): 565-581, Published by SAGE, <http://www.sagepublications.com> Acessado em: 09-11-2009
- Sen, Amartya. 2000. Work and Rights, In International Labor Review, Vol. 139 No. 2.

Stanford, Jim. 2008. *Economics for Everyone: A Short Guide to the Economics of Capitalism*. London: Ann Arbor, MI.

Sarfati Hedva and Bonoli Giuliano. 2002. *Labor Market and Social Protection Reforms in International Perspective, Parallel or converging tracks?* Great Britain: Cornwall.

Sackey A. Harry. 2005. *Female Labor Force Participation in Ghana: The Effects of Education*, University of Manitoba, AERC Research Paper 150, African Economic Research Consortium. Nairobi.

Schilinger H. René. 2005. *Trade Unions in Africa: Weak but feared*. Occasional Papers: International Development Cooperation. <http://library.fes.de/pdf-files/iez/02822.pdf>
Accessed: 20-07-2010; 03:22

Tsikata, Dzodzi. 2009. *Domestic work and domestic workers in Ghana: An overview of the legal regime and practice*.
<http://bravo.ilo/public/english/protection/condtrav/pdf/23cws.pdf> Acessado em: 03-05-2010; 12:23

U N. 2000. *Female Labor Force Participation*.
<http://www.un.org/esa/population/publications/completingfertility/RevisedLIMpaper.PDF>
Acessado em: 09-19-2009; 04:30

Zambrano, Magarita. 2005. *Decent Work and Gender Equality: Participation of Women Workers in Development Frameworks*. In *Expert Group Meeting on Enhancing the Participation of Women in Development through an Enabling Environment for Achieving Gender Equality and Advancement of Women, Bangkok, 2005*. Bangkok: United Nations

U.S. Census Bureau. <http://www.census.gov/www/idb/country/ghportal.html>
Acessado em: 07-04-2009, 12:09

U. S. Department of State. 2009. *Women as Partners in Progress and Prosperity*. News Blaze. October 19, 2009. <http://newsblaze.com/story/20091019103734stat.nb/topstory.html>
Acessado em: October 19, 2009, 12:13

Westermann, Olaf, Ashby, Jacqueline, Pretty, Jules. 2005. *Gender and Social Capital: The Importance of Gender Differences for the Maturity and Effectiveness of Natural Resource Management Groups*. World development. Vol. 33, No. 11, pp. 1783-1799

WIEGO. 2008. *Women in Informal Employment: Globalising and Organising*. Informal Workers in Focus: Domestic Workers. <http://www.DomesticWorkersRights-2008.pdf> Acessado em: 15 April, 2009 18:53

World Bank. 2004. *Gender and Development in the Middle East and North Africa*. Washington D.C.
<http://books.google.com.br/booksid=woC86csGg2kC&printsec=frontcover&dq=World+Bank+2004.+Gender+> Acessado em: 26/1/10; 11:50

SIGLAS

REIRE – Rede Educacional Internacional de Reestruturação Européia (IRENE - International Restructuring Education Network Europe)

UITA – União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação, Agrícolas, Hotéis, Restaurantes, Tabaco e Afins (IUF - International Union of Food, Agricultural, Hotel, Restaurant, Catering, Tobacco and Allied Workers' Association)

STIC – Sindicato dos Trabalhadores de Indústria e Comércio (ICU - Industrial and Commercial Workers Union)

MEIGO – Mulheres no Emprego Informal: Globalizando e Organizando (WIEGO - Women in Informal Employment Globalizing and Organizing)

PDB – Produto Doméstico Bruto (GDP - Gross Domestic Product)

CSG – Congresso Sindical de Gana (GTUC - Ghana Trade Union Congress)

OIT – Organização Internacional do Trabalho (ILO - International Labor Organization)

ONG – Organização Não-Governamental (NGO - Non-Governmental Organization)

i Trabalhadora doméstica entrevistada (1), Acra, Gana. 7 de julho, 2010.

ii Assistente de Diretor-Chefe do Trabalho (1), Pesquisa e Desenvolvimento em Recursos Humanos, Departamento de Trabalho, Acra, Gana, 10 de julho, 2010./ Amoah Justice, Agente de Trabalho Doméstico, Acra, 21 de julho, 2010.

iii Chefe Interino de Assuntos de Tráfico de Seres Humanos, Ministério das Mulheres e Crianças (MOWAC), Gana

iv Trabalhadora doméstica (2) entrevistada, Acra, 7 de julho, 2010.

v Amewuga Felix, Agência Privada de Trabalhadores Domésticos, Nungua, Gana, 6 de maio, 2010.

vi Um funcionário no Abrigo para Crianças Molestadas, Departamento de Assistência Social, Acra, Gana

vii Um funcionário na LAWA-Gana, 4 de maio, 2010.

viii Assistente de Diretor-Chefe do Trabalho (2), Departamento de Trabalho, Acra, Gana. 6 de julho, 2010

ix Assistente de Diretor-Chefe do Trabalho (2), Departamento de Trabalho, Acra, Gana. 6 de julho, 2010.

x Assistente de Diretor-Chefe do Trabalho (2), Departamento de Trabalho, Acra, Gana. 6 de julho, 2010.

xi Agente de Emprego de Trabalhadoras Domésticas (1), Nungua, Gana , 6 de maio, 2010.

xii Um funcionário na LAWA-Gana, 4 de maio, 2010.

xiii Um funcionário no Abrigo para Crianças Molestadas, Departamento de Assistência Social, Acra, Gana. 16 de julho, 2010.

xiv Joy F. M./ T. V. 3, Acra, 3 de agosto, 2010.

xv Agente de Emprego de Trabalhadoras Domésticas (1), Nungua, Acra, Gana , 6 de maio, 2010.

xvi Um Pesquisador Sênior, Instituto de Pesquisa Estatística, Social e Econômica (ISSER), Universidade de Gana, Legon.

-
- xvii Agente de Emprego de Trabalhadoras Domésticas (1), Nungua, Acra, Gana , 6 de maio, 2010.
- xviii Agente de Emprego de Trabalhadoras Domésticas (2), Acra, 21 de julho, 2010.
- xix Agente de Emprego de Trabalhadoras Domésticas (1), Nungua, Acra, Gana , 6 de maio, 2010.
- xx Agente de Emprego de Trabalhadoras Domésticas (2), Acra, 21 de julho, 2010.
- xxi Assistente de Diretor-Chefe do Trabalho (1), Pesquisa e Desenvolvimento em Recursos Humanos, Departamento de Trabalho, Acra, Gana, 10 de julho, 2010.
- xxii Assistente de Diretor-Chefe do Trabalho (1), Pesquisa e Desenvolvimento em Recursos Humanos, Departamento de Trabalho, Acra, Gana, 10 de julho, 2010.
- xxiii Assistente de Diretor-Chefe do Trabalho (1), Pesquisa e Desenvolvimento em Recursos Humanos, Departamento de Trabalho, Acra, Gana, 10 de julho 2010.
- xxiv Agente de Emprego de Trabalhadoras Domésticas, Nungua, Acra, Gana , 6 de maio, 2010.
- xxv Chefe Interino, Unidade de Tráfico de Seres Humanos, Ministério dos Assuntos da Mulher e das Crianças (MOWAC), Acra, Gana. Entrevistado: 30 de junho, 2010
- xxvi Um funcionário na LAWA-Gana, 4 de maio, 2010.
- xxvii Vice-Diretor Responsável pela Promoção e Proteção dos Direitos da Criança, Departamento de Assistência Social, Acra, Gana. 1 de julho, 2010.
- xxviii Vice-Diretor Responsável pela Promoção e Proteção dos Direitos da Criança, Departamento de Assistência Social, Acra, Gana. 1 de julho, 2010.
- xxix Uma empregada doméstica (3) entrevistada no escritório de trabalho em Acra, 7 de julho, 2010.
- xxx Criança trabalhadora doméstica (4), entrevistada no Abrigo para Crianças Molestadas, Departamento de Assistência Social, Acra, Gana. 16 de julho, 2010.
- xxxi Uma trabalhadora doméstica (5) entrevistada, Acra, 7 de julho, 2010.
- xxxii Um funcionário no Abrigo para Crianças Molestadas, Departamento de Assistência Social, Acra, Gana. 16 de julho, 2010.
- xxxiii Assistente de Diretor-Chefe do Trabalho (1), Pesquisa e Desenvolvimento em Recursos Humanos, Departamento de Trabalho, Acra, Gana, 10 de julho, 2010
- xxxiv Secretário Geral do STIC, CSG, Acra. 8 de maio, 2010.
- xxxv Secretário Geral do STIC, CSG, Acra. 8 de maio, 2010.
- xxxvi Amewuga Felix, Agência Privada de Trabalhadores Domésticos, Nungua, Acra, Gana, 6 de maio, 2010. /Amoah Justice, Agente de Trabalho Doméstico, Acra, 21 de julho, 2010./Um funcionário na LAWA-Gana, 4 de maio, 2010.
- xxxvii Assistente de Diretor-Chefe do Trabalho (2), Departamento de Trabalho, Acra, Gana. 6 de julho, 2010.
- xxxviii Um funcionário no Shelter for Abused Children, Department of Social Welfare, Acra, Gana. 16 de julho, 2010.
- xxxix Assistente de Diretor-Chefe do Trabalho (1), Pesquisa e Desenvolvimento em Recursos Humanos, Departamento de Trabalho, Acra, Gana, 10 de julho, 2010 / Chefe Interino, Unidade de Tráfico de Seres Humanos, Ministério dos Assuntos da Mulher e das Crianças (MOWAC), Acra, Gana. Entrevistado: 30 de junho, 2010